

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“Determinantes socioambientais em saúde e bem-estar em grupo da população de pescadores artesanais de Itaipu – Niterói/RJ: avaliação do histórico de impactos na pesca de origem antrópica e consequências na qualidade de vida”

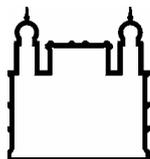
por

Rafaela Carneiro Moura

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Machado de Freitas

Rio de Janeiro, março de 2011.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Esta dissertação, intitulada

“Determinantes socioambientais em saúde e bem-estar em grupo da população de pescadores artesanais de Itaipu – Niterói/RJ: avaliação do histórico de impactos na pesca de origem antrópica e consequências na qualidade de vida”

apresentada por

Rafaela Carneiro Moura

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Gabriel Eduardo Schütz

Prof.^a Dr.^a Sandra de Souza Hacon

Prof. Dr. Carlos Machado de Freitas – Orientador

Dissertação defendida e aprovada em 21 de março de 2011.

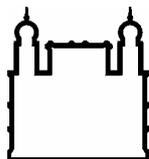
Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

M929 Moura, Rafaela Carneiro
Determinantes socioambientais em saúde e bem-estar em grupo da população de pescadores artesanais de Itaipu – Niterói/RJ: avaliação do histórico de impactos na pesca causados por atividades de origem antrópica e consequências na qualidade de vida. / Rafaela Carneiro Moura. -- 2011. xv,119 f. : il.

Orientador: Freitas, Carlos Machado de
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011

1. Saúde Ambiental. 2. Condições Sociais. 3. Fatores Socioeconômicos. 4. Pesqueiros. 5. Trabalhadores. 6. Promoção da Saúde. 7. Qualidade de Vida. 8. Impacto Ambiental. I. Título.

CDD - 22.ed. – 363.7



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

A U T O R I Z A Ç Ã O

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2011.

Rafaela Carneiro Moura

CG/Fa

Serviço de Gestão Acadêmica - Rua Leopoldo Bulhões, 1.480, Térreo – Manguinhos-RJ – 21041-210
Tel.: (0-XX-21) 2598-2558 ou 08000-230085

E-mail: secasp@ensp.fiocruz.br Homepage: <http://www.ensp.fiocruz.br>

Ao meu pai, José Damasceno (*in memoriam*),

pelos ensinamentos mais preciosos:

a lealdade, a verdade, o caráter, o senso de

justiça e o amor.

AGRADECIMENTOS

Às energias advindas da Natureza que nos proporcionam o presente mais precioso: a vida em sua plenitude.

Às forças telúricas que me fizeram permanecer nesta jornada, sempre de cabeça erguida, não me deixando esmorecer mesmo diante dos momentos de descrença de que o bem sempre prevalecerá.

À utopia que me alimenta. Às ideologias que me permitem vislumbrar um mundo melhor.

A Itaipu e os seus pescadores por trazerem lições e exemplos de respeito e ética tão raros na Academia.

À minha mãe Suely Carneiro pela dedicação, pelo apoio necessário, pelo exemplo de perseverança, pelo amor.

À minha avó Irinete por ter me criado, pelo amor dedicado, pela alegria.

À minha irmã Renata por ser minha maior fã, pela amizade mesmo sendo nossas personalidades tão distintas.

À minha família, em especial minha tia Sylvia Carneiro.

Ao meu orientador Carlos Machado de Freitas por me apresentar uma nova forma de fazer pesquisa, com comprometimento ético e engajamento social e político.

Ao Gabriel Eduardo Schütz e a todo grupo de pesquisa em Saúde Ambiental da ENSP/Fiocruz, pela riqueza dos trabalhos desenvolvidos, que verdadeiramente vislumbram a Promoção da Saúde, a Cidadania e a Sustentabilidade.

À Professora Sandra Hacon pelo apoio e incentivo durante estes dois anos de muitos questionamentos, pelo exemplo de força, de empenho e dedicação à causa ambiental em saúde como ela deve ser tratada.

Ao colega e grande amigo Francisco Pedra e seus conselhos tão fundamentais nesta minha curta jornada na Fiocruz, pela amizade e apoio em caráter pessoal, pelas vibrações positivas emanadas em todos os momentos.

Aos colegas da turma de Mestrado Acadêmico 2009, em especial Vinícius Andrade de Souza e Vinicio de Castro, que se tornaram presentes na minha vida como causas da minha luta por justiça.

Aos raros amigos que fiz neste período de convivência na Fiocruz, em especial Mariana Botelho, Robson Bruniera, Beatriz Oliveira, Arnaldo Couto, Patrícia Diniz e Jennifer Dantas.

Aos meus amigos da vida toda, meus companheiros de momentos tristes e felizes, que me apoiam incondicionalmente, em especial Felipe Oliveira (“Incrível” ou simplesmente “Fê”), Maria Carolina Henriques (“Nikita”), Alice Helena Ricardo, Pedro Lourenço Ferreira (“Nemo”) e Cecília Barbosa (“Cecilhão”).

A todos da família BioUFF, meus queridos irmãos, que estão comigo em todos os momentos, especialmente, Ricardo Couto (“Phelps”), Anderson Fraga (“Zé Pequeno”), Vanessa Marcondes, Gabriel Correal (“Gagau”), Ricardo Martins (“Papu”), Aline (“Melina”) e Vitor Bittar (“Menudo”).

A Fiocruz, por permitir que eu pudesse realizar esta Pós-Graduação.

A Coordenação do Programa de Pós Graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente, por despertar em mim um senso de justiça antes adormecido.

Aos Professores do Programa, por fazerem de mim uma cientista com senso crítico exacerbado baseado em ética, respeito, verdade, caráter e responsabilidade em fazer ciência.

Só é útil o conhecimento que nos faz melhores.

Sócrates

(...)

*Buscai o melhor de mim
E terás o melhor de mim.
Darei o melhor de mim
Onde precisar o mundo.*

Marina Silva

Poema Arco-Flecha

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo conhecer como a população de pescadores artesanais de Itaipu – Niterói /RJ percebe a saúde e seus determinantes, bem como as mudanças ambientais que vêm interferindo na relação trabalho-vida-saúde, levando-se propostas de melhorias destas condições à luz dos determinantes socioambientais. Neste sentido, foram realizadas entrevistas com 15 pescadores artesanais no período de 24 de agosto a 14 de setembro de 2010. Dos entrevistados, a maioria – 14 pescadores - era do sexo masculino e apenas 1 pescadora, com faixa etária variando de 28 a 74 anos, onde 9 dos 15 possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto. O estudo, de natureza qualitativa, utilizou a técnica de análise do Discurso do Sujeito Coletivo para que houvesse resgate coletivo das representações sociais – verbalização (opinião ou posicionamento). Dentre os discursos analisados, houve a representação de que a saúde é determinada pela atividade da pesca, tanto pela atividade física como na identidade dos pescadores com seu trabalho/vida. O estado de saúde é considerado “bom” quando estes indivíduos estão exercendo tal atividade, mesmo com os agravamentos de saúde relacionados ao esforço de pesca como doenças ocupacionais. Mudanças relatadas pelos pescadores estão voltadas principalmente àquelas ambientais que diretamente afetaram suas vidas e, com isso, a atividade da pesca. A poluição, a pesca predatória e a especulação imobiliária trouxeram mudanças concretas nas condições de “bem viver” da população em geral, reduzindo a qualidade e a quantidade da pesca, aumento na jornada de trabalho e no esforço de pesca, queda na renda familiar e, como consequência, o abandono da atividade por muitos pescadores da comunidade, levando-os à procura de outras atividades mais rentáveis ou pelo menos mais regulares. Demandas e preocupações futuras apontadas são intervenções/ações governamentais na comunidade, reestabelecendo a atividade da pesca, como o pagamento do Seguro Defeso pela Secretaria de Aquicultura e Pesca, montagem de frigorífico/cooperativa, fiscalização dos barcos de grande porte que utilizam a arte de pesca de arrasto, cerco ou com auxílio de ecossondas (alto grau de impacto sobre os ecossistemas - principalmente o bentônico- e baixa seletividade sobre as espécies e os espécimes capturados). Quanto a essas preocupações futuras, o Projeto Orla foi um tema levantado repetidas vezes pelos entrevistados, pela falta de informação e a possível especulação (e pressão) imobiliária sobre a comunidade são apontadas como riscos à prática da pesca artesanal

por tais pescadores. A atenção de órgãos de Saúde e Ambiente também é uma das reivindicações dos pescadores.

Palavras-chave: Saúde Ambiental. Determinantes Sociais em Saúde. Discurso do Sujeito Coletivo. Pescadores

ABSTRACT

This study aimed to collect perception of health and its determinants in the population of fishers from Itaipu - Niteroi, as well as environmental changes that have been interfering in work-life balance, health, leading to proposals for improvements in these conditions in the light of social-environment determinants. In this sense, we conducted interviews with 15 fishermen in the period between August 24 to September 14, 2010. Among these population, the majority -14 fishermen - were male and only 1 fisherwoman, with ages ranging from 28 to 74 years, where 9 of 15 have only incomplete elementary school. The study is qualitative, we used the technique Discourse of the Collective Subject to analyze there social representations - verbalization (opinion or position). Among the speeches analyzed, there was the representation that health is determined by the activity of fishing, not only by physical activity but also the identity of the fishermen with their work/life. The health status is considered "good" when these individuals are engaging in that activity, even with the aggravation of health related to fishing effort such as occupational diseases. Changes reported by fishermen are directed mainly to those environmental changes that their lives and, therefore, the activity of fishing. Pollution, overfishing and real estate market speculation, have brought a real change in conditions of "well being" to the general population, reducing the quality and quantity of fishing, increasing working hours and fishing effort, decreasing the family income, and consequently causing the abandonment of the activity by many fishermen in the community, forcing them to look for other more profitable activities or at least more regular ones. Government interventions/actions in the community are pointed as demands and future concern to reestablish the activity of fishing, as the payment of insurance defense by the Secretaria de Aquicultura e Pesca, installation of refrigeration area / cooperative, supervision of larger boats that use art fishing drags, siege or with the help of echo sounder (high degree of impact on ecosystems - especially the benthic and low selectivity on the species and specimens caught). About those future concerns, the Projeto Orla was a theme raised repeatedly by respondents for the lack of information and possible speculation (and pressure) on the real estate market in the community are identified as risks to the practice of fishing for these fishermen. The attention of the organs of Health and Environment is also one of the demands of fishermen.

Keywords: Environmental Health. Social Determinants of Health. Discourse of the Collective Subject. Fishermen.

LISTA DE SIGLAS

BG – Baía de Guanabara

CNDSS – Conselho Nacional de Determinantes Sociais em Saúde

DSS – Determinantes Sociais em Saúde

DSC – Discurso do Sujeito Coletivo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEA – *Millenium Ecosystem Assessment*

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial de Saúde

OPAS – Organização Pan-americana de Saúde

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

ESF – Estratégia de Saúde da Família

PESCART – Plano de Assistência à Pesca Artesanal

RESEX-MAR – Reserva Extrativista Marinha

SEAP – Secretaria de Aquicultura e Pesca

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SUS – Sistema Único de Saúde

WHO – *World Health Organization*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Determinantes Sociais: modelo de Dahlgren e Whitehead.....	14
Figura 2- Determinantes Sociais: modelo de Diderichsen e Hallqvist.....	15
Figura 3- Serviços ecossistêmicos e relação com bem-estar humano.....	16
Figura 4- Carta náutica – Itaipu Niterói/RJ (DHN/Marinha do Brasil).....	25
Figura 5- Imagem de satélite da área de estudo.....	26
Figura 6 – Histórico de Balneabilidade das Praias de Niterói em 2010 (INEA).....	28
Figura 7 – Colônia Z7 – Itaipu.....	48
Figura 8 – Ambulatório ESF – Itaipu: sala cedida pela Colônia Z7.....	48
Figura 9 – Audiência Pública na Câmara dos Vereadores de Niterói 30/04/2010.....	49
Figura 10 – Quiosques na Praia de Itaipu.....	50
Figura 11 – Comércio na Praia de Itaipu.....	51
Figura 12 – Mesas na Praia de Itaipu: ao fundo o Morro das Andorinhas.....	51
Figura 13 – Pesca submarina na Praia de Itaipu.....	52
Figura 14 – Espaço na Praia de Itaipu: pescadores x comércio.....	52
Figura 15 – Venda do pescado na Praia de Itaipu.....	53
Figura 16 – “Estacionamento” dos barcos nas areias da Praia de Itaipu.....	53
Figura 17 – Visão geral da Praia de Itaipu: barcos, comércio, comunidade, Morro das Andorinhas.....	54

SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
1.1 Mudança de Paradigmas na Saúde Pública e Promoção da Saúde	1
1.2 O Contexto da Saúde Ambiental e da Justiça Ambiental	5
1.3 Sociologia Ambiental: histórico e prospecções	8
1.4 Determinação Socioambiental e o Enfoque Ecológico em Saúde	13
2. Área de Estudo	20
2.1 O Território - Relação Ambiente e Saúde	20
2.2 Dimensão Histórica	22
2.3 Aspectos Biogeográficos e Impactos Ambientais	24
2.4 População de Estudo e a Pesca.....	30
3. Justificativa.....	34
4. Pergunta de Pesquisa	36
5. Objetivos	37
5.1 Objetivo Geral	37
5.2 Objetivos Específicos.....	37
6. Metodologia	38
6.1 As Ciências Sociais no campo da Saúde	38
6.2 Entrevistas	40
6.3 Discurso do Sujeito Coletivo.....	42
7. Resultados e Discussão	45
8. Conclusões	81
9. Referências Bibliográficas	83
10. Anexos.....	91

1.Introdução

1.1 Mudança de Paradigmas na Saúde Pública e Promoção da Saúde

Segundo definição de saúde feita pela Organização Mundial de Saúde – OMS em sua Carta de Fundação em 1948, esta não se restringe à ausência de doença, mas como a situação de “estado de perfeito bem-estar físico, mental e social”. No entanto, esta definição limita outros aspectos subjetivos associados ao que se define por “bem-estar” (Segre e Ferraz, 1997), uma vez que tal estado de perfeição é, além de inatingível, definível de inúmeras formas, segundo aspectos pessoais, como valores e crenças. Além disso, o aspecto integralizado destes componentes não pode ser esquecido, dada a complexidade do sujeito, onde uma possível forma de definir saúde seria de “um estado de razoável harmonia entre o sujeito e a sua própria realidade”(Segre e Ferraz, 1997).

O termo “Promoção da Saúde” propriamente dito foi primeiramente utilizado pelo médico e historiador canadense, Henry E. Sigerist, em 1945 (Pereira *et al.*, 2000). No entanto, na área da saúde pública, o termo tornou-se conhecido quando o então Ministro da Saúde e do Bem-Estar do Canadá publicou documento intitulado “Nova Perspectiva sobre a Saúde dos Canadenses”, que trazia uma série de propostas de mudanças nesse setor.

Aquele documento fora então utilizado como fundamento para a Primeira Conferência Internacional sobre Assistência Primária à Saúde, realizada em 1978, em Alma-Ata, ex-URSS. Nesta reunião, que teve o respaldo da Organização Mundial de Saúde (Ministério da Saúde/ Brasil, 2002), foi estabelecida a meta de “Saúde para todos no ano 2000”, com recomendações que influenciaram as políticas dessa área de diversos países, dentre eles, o Brasil. Neste sentido, a Promoção da Saúde fora introduzida como novo paradigma da saúde pública.

Em 1986, aconteceu em Ottawa, no Canadá, o Primeiro Congresso Internacional sobre Promoção da Saúde, comprometido com a melhoria das condições de vida e de saúde. A Carta de Ottawa, resultado desta reunião, afirmava que a promoção da saúde é o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade, incluindo maior participação no controle desse processo. Neste documento, foram identificados cinco campos de ação nessa área, a saber: construção de políticas públicas

saudáveis, criação de ambientes favoráveis, desenvolvimento de habilidades, reforço da ação comunitária e reorientação dos serviços de saúde (MS/Brasil, 2002).

Em 1988 ocorreu a Segunda Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em Adelaide na Austrália, a qual corroborou diretrizes antes estabelecidas em Alma-Ata e Ottawa. Com este novo paradigma da saúde pública, proposto nas Conferências Internacionais sobre Promoção da Saúde e sobre Desenvolvimento Humano e Sustentável, as relações entre saúde e ambiente se estreitaram, tendo os fatores de risco adquirido destaque nestas relações.

Neste novo paradigma da saúde pública, o qual se privilegia a promoção em saúde enquanto estratégia de atuação de políticas públicas saudáveis, os sujeitos passam a não mais serem colocados numa situação de passividade ou como dóceis receptores de informações e prescrições profissionais a sujeitos detentores de autocontrole, de responsabilidades, de racionalidade e de empreendimento (Nettleton, 1997). Sendo uma proposta neste novo modelo de gestão em saúde a articulação entre os conhecimentos técnicos e populares, a promoção da saúde, entre o campo de conhecimento e de prática, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio de estratégias adequadas e de uma concepção mais abrangente do processo saúde/doença/cuidado e seus determinantes (Buss, 2000).

Neste sentido, entender a totalidade do conceito de saúde torna-se condição primordial para execução de práticas que visem promovê-la de maneira eficaz, sem que se prenda à ausência de doença. Sendo assim, a visão de promoção de saúde baseada na Carta de Ottawa de 1996 (OPAS, 2007), onde a saúde é vista segundo o *conceito positivo*, defendido pela OMS, sendo algo relacionado à macrodeterminantes do processo de saúde-doença, como nutrição, habitação, saneamento, trabalho, educação, ambiente físico saudável, apoio social, estilo de vida responsável, cuidados de saúde, de forma que estes sejam transformados para que haja o favorecimento em direção à saúde (Buss, 2003).

Para tal, deve-se ter em mente uma concepção de saúde multidimensional, colocando-se a questão ambiental equivalentemente à dimensão física ou natural, social, econômica, política e cultural, segundo a definição contida na Carta de Sundsvall (OPAS, 2007) na Terceira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, na Suécia, a qual o tema principal seriam os Ambientes Favoráveis à Saúde. Esta reunião que contou com a participação de 81 países de maneira pró-ativa e, dentre as deliberações, estava o engajamento ativo destas nações na promoção de ambientes mais

salutares, iniciando-se, então, a partir deste Encontro, a ideia de ambientes promotores de saúde (MS/Brasil, 2002).

Em 1992, na conhecida Eco 92, o Rio de Janeiro/Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento cujo principal resultado foi a elaboração da *Agenda 21*, um cronograma de ações o século XXI nas questões ambientais. No capítulo 6 seção I deste programa, estão contempladas as dimensões sociais e econômicas e ainda o reconhecimento de que a *saúde ambiental como prioridade social para a promoção da saúde* e no capítulo 35, seção IV, reconhece-se a importância da *ciência para o desenvolvimento sustentável*. Em ambos é possível observarmos reflexões sobre a inter-relação saúde–ambiente e os seus problemas, onde mais uma vez o comprometimento do desenvolvimento científico no sentido de orientar a gestão do meio ambiente e do desenvolvimento.

Para tal, se faz necessário *fortalecimento da base científica para o manejo sustentável*, com maior interação entre as ciências e a tomada de decisões, utilizando a abordagem da precaução e a participação popular na fixação de prioridades e tomadas de decisão. Ainda para Paim e Almeida-Filho (1998), o campo do meio ambiente e seus desdobramentos estão em consonância com os da própria saúde coletiva, sendo este um ramo da ciência interdisciplinar, com práticas intersetoriais e ações através dos mais diversos agentes, fazendo os limites do setor saúde além das instituições já conhecidas.

No capítulo 6 da Agenda 21, é colocado que a saúde e o desenvolvimento estão intimamente ligados, seja aquele insuficiente que conduza à pobreza como também aquele inadequado que resulte em consumo excessivo, associado à expansão da população, causando problemas à saúde relacionados ao meio ambiente, sejam em países em desenvolvimento ou naqueles já desenvolvidos.

Neste contexto, segundo Porto e Martinez-Alier (2007), sendo os processos de desenvolvimento uma exacerbação, muitas das vezes, das desigualdades econômicas e sociais, estes geram diversos problemas de saúde pública de um país, região, o que leva a afetar territórios e grupos populacionais específicos, determinando ou condicionando os padrões de adoecimento e morte destes. Para que a saúde coletiva possa enfrentar verdadeiramente os desafios para a promoção da saúde, é preciso que se articulem pontos da saúde, ambiente e desenvolvimento, trazendo alguns pontos da economia ecológica ou da ecologia política, integrando indicadores de saúde ambiental e socioambientais, por exemplo. Tal visão permite uma ampliação e uma maior precisão

na perspectiva das consequências das opções de desenvolvimento econômico para populações e territórios.

Ainda em relação à promoção da saúde, torna-se cada vez mais urgente que se discuta cenários alternativos no desenvolvimento dos territórios. Mesmo em cenários em que conflitos ecológicos se deem de maneira mais localizada, existe uma estreita ligação com conflitos locais ou regionais e o ambientalismo global (Porto e Martinez-Alier, 2007). Nesse sentido, movimentos locais de resistência reforçam muitas vezes redes globais e até mesmo utilizam-se da linguagem e da força do ambientalismo global, como no caso de grupos populacionais organizados, como os próprios pescadores artesanais e maricultores que enfrentam com resistência a força devastadora e, muitas vezes, predatória da pesca industrial e suas grandes empresas.

Neste cenário vemos que muitos dos problemas de saúde destas populações estão intimamente relacionados com conflitos ecológicos, fazendo necessário um movimento articulando representações e redes sociais e intelectuais que, “através da discussão ambiental, relacionam o local e o global e pensam holisticamente os processos de desenvolvimento” (Porto e Martinez-Alier, 2007). As externalidades devem ser encaradas não mais como somente um ponto do processo que é compensado pelo valor econômico e sim como uma perturbação da vida cotidiana e dos direitos de povos locais, ou pelo valor sagrado da natureza, do valor paisagístico e ecológico, se valendo até mesmo da linguagem monetarista da economia.

Ainda como um fator de contribuição nesta perspectiva, é sabido que a saúde pública muitas vezes oferece uma série de indicadores relacionados à vida das populações que eliminam os reducionismos ilusórios do progresso econômico, podendo contribuir de maneira efetiva para que se possa construir uma sociedade mais justa e democrática, onde os processos de desenvolvimento sejam sustentáveis sob o ponto de vista ambiental, social, cultural e político (Porto e Martinez-Alier, 2007).

1.2 O Contexto da Saúde Ambiental e da Justiça Ambiental

As primeiras ações ambientalistas no Brasil tiveram início nas ações de grupos preservacionistas na década de 50, quando em 1955 é fundada a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) pelo naturalista Henrique Roessler e em 1958 é criada no Rio de Janeiro a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN). Os objetivos e modo de atuação estritamente conservacionistas se centravam na preservação da fauna e da flora, com particular ênfase àquelas ameaçadas de extinção. Já na década de 70 tem início um programa de financiamento em colaboração com agências ambientais, uma iniciativa da FBCN com a colaboração da União Mundial para a Conservação – IUCN – e o Fundo Mundial para Natureza – WWF.

Entretanto, as preocupações com problemas ambientais e sua relação com a saúde pública como um todo, concomitantemente com o início do movimento ambientalista de preservação, foram impulsionadas por movimentos de natureza exógena e endógena, como Conferência de Estocolmo de 1972 e a anistia de políticos exilados no ano de 1979. Neste sentido, foi possível o estabelecimento de novas perspectivas nacionais e internacionais marcadas pela superação do mito desenvolvimentista, o aumento das preocupações com a devastação amazônica, a formação de uma nova classe média já influenciada pelos novos debates sobre a qualidade de vida e a ressurgência dos movimentos de esquerda.

No Brasil em 1973, como uma tendência mundial, há a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, vinculada ao Ministério do Interior, com a função, pelo menos oficial, de traçar estratégias para conservação do meio ambiente e para o uso racional dos recursos naturais. A criação da SEMA na realidade mais respondia a pressões externas do que a uma demanda interna. Contudo, apesar desta espécie de “nascimento forçado”, as instituições governamentais de meio ambiente no Brasil terminaram sendo, em alguns casos, espaços de referência, onde militantes, ambientalistas e educadores ambientais se formaram. Também nesta época alguns estados mais industrializados criam as primeiras agências ambientais para controle da poluição, como a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB), em São Paulo, e a Fundação de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), no Rio de Janeiro.

Dando continuidade a este processo, na Constituição Federal de 1988 corroborase a abordagem integrada de saúde-ambiente, onde no artigo 225 diz: “todos têm direito

ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (...) impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo para as presentes e futuras gerações” e no artigo 200, incisos II e VIII colocam que uma das funções do Sistema Único de Saúde é, dentre outras, a execução de ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como colaborar na proteção do meio ambiente. A partir daí, deu-se a ampliação do termo saúde, que, sob o ponto de vista individual ou coletivo, está intrinsecamente vinculada à qualidade do ambiente.

No entanto, a saúde ambiental como um dos pilares não só do desenvolvimento sustentável, mas também como um componente essencial aos direitos civis e segurança humana (Periago *et al.*, 2007), traz à tona uma discussão mais aprofundada sobre riscos ambientais emergentes dentro do contexto atual de deterioração dos ecossistemas, relacionando problemas de saúde e bem estar com mudanças climáticas, impactos globais com consequências nas escalas globais ou locais. Os questionamentos sobre os limites do crescimento populacional, demandando uma escala ainda maior por recursos passam a se tornar base para que os impactos sobre os ecossistemas sejam contabilizados, colocando o modelo de crescimento econômico atual em cheque por gerar injustiças e ser insustentável sob o ponto de vista dos recursos precursores de bens materiais, além de trazerem disparidades na questão dos problemas de saúde, onde há uma polarização das condições de vida e acesso a bens e serviços.

Os problemas sociais e ambientais passam então a ser retomados pela saúde pública na década de 90 através do debate e relatórios sobre os Determinantes Sociais em Saúde – DSS, em que são condições para promoção da saúde. Na estratégia dos DSS, incorporam-se fatores sociais como viabilizadores de condições de vida que permitam a saúde em sua definição mais abrangente, onde as políticas públicas devem agir no sentido de reduzir as iniquidades consequentes deste processo de polarização da qualidade de vida dentro do modelo vigente.

Dentro deste contexto, surge a questão da Justiça Ambiental, em que movimentos sociais brasileiros trazem uma visão em que problemas ambientais não estão necessariamente atrelados à pobreza, colocando-se que a distribuição desigual de recursos e concentração da riqueza poderiam ser os responsáveis pelo esgotamento de recursos naturais em determinados locais e exportação da degradação para outros. Nesta lógica, seriam exatamente os mais pobres afetados, já que dependeriam mais de tais recursos, porque não lhes é dada a possibilidade de habitar em condições de menor risco à saúde. (Martinez-Alier, 1999 ; Jusmet, 2001 *apud* Ribeiro, 2004).

Neste contexto, em 2001 durante o Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania realizado na Universidade Federal Fluminense em Niterói é formada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental *como um espaço de identificação, solidarização e fortalecimento dos princípios de Justiça Ambiental — marco conceitual que aproxima as lutas populares pelos direitos sociais e humanos, a qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental. O conceito de Justiça Ambiental refere-se ao tratamento justo e ao envolvimento pleno de todos os grupos sociais, independente de sua origem ou renda nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso dos recursos naturais em seus territórios.*

As lutas por justiça ambiental defendem:

1) os recursos ambientais como bens coletivos, para o presente e para o futuro, cujos modos de apropriação e gestão devem ser objeto de debate público e de controle social;

2) os direitos das populações do campo e da cidade a uma proteção ambiental equânime contra a discriminação sócio-territorial e a desigualdade ambiental;

3) garantias à saúde coletiva, através do acesso equânime aos recursos ambientais, de sua preservação, e do combate à poluição, à degradação ambiental, à contaminação e à intoxicação química — que atingem especialmente as populações que vivem e trabalham nas áreas de influência dos empreendimentos industriais e agrícolas;

4) os direitos dos atingidos pelas mudanças climáticas, exigindo que as políticas de mitigação e adaptação priorizem a assistência aos grupos diretamente afetados;

5) a valorização das diferentes formas de viver e produzir nos territórios, reconhecendo a contribuição que grupos indígenas, comunidades tradicionais, agroextrativistas e agricultores familiares dão à conservação dos ecossistemas;

6) o direito a ambientes culturalmente específicos às comunidades tradicionais,

7) a alteração radical do atual padrão de produção e de consumo.

[\(http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/\)](http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/)

As ações relacionadas à Justiça Ambiental, além dos preceitos já vistos, trazem a ideia da dívida social e ecológica dos países ricos em relação aos países pobres fornecedores de matérias primas. Ainda nesta temática, porém numa escala local, as discussões sobre responsabilidade corporativa social e ambiental das empresas têm produzido diferentes formas de negociação entre representatividades empresariais, grupos ambientalistas e populações afetadas pelos negócios. Mais que isso, a Justiça Ambiental vem como ferramenta na mitigação das mazelas geradas pelo sistema de produção e econômico que continua fazendo vítimas em questões de saúde, propriamente dita, social e ambientalmente, ameaçando os princípios da equidade, universalidade, liberdade, felicidade, vida e prosperidade dos direitos inalienáveis do ser humano.

1.3 Sociologia Ambiental: histórico e prospecções

A Sociologia Ambiental como subárea da sociologia foi reconhecida na década de 60 do século XX, porém esta não é nova, e segundo Buttel (1996), é resultante de uma série de áreas e subdisciplinas estabelecidas já há algumas décadas, como a Ecologia Humana, a Sociologia Rural, a Sociologia dos Recursos Naturais, Psicologia Social, Antropologia Cultural, Sociologia dos Movimentos Sociais, Sociologia do Desenvolvimento e a Sociologia Urbana. A Sociologia Ambiental tenta integrar estas subáreas, articulando a problemática ambiental e, a partir da década de 70, passa a fazer parte da temática ambientalista, como reflexo do movimento que tomara forma neste mesmo período. E, depois de um declínio na década de 80, a partir dos anos 90 a questão ambiental passa a ganhar uma dimensão mais complexa e uma institucionalidade global (Herculano, 2000)b.

A realização da Eco 92 (Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) no Rio de Janeiro cria uma série de metas para mitigação de problemas ambientais futuros, sendo criados comissões e grupos de grupos acadêmicos e intergovernamentais com visões tanto das ciências naturais como das sociais, tendo, a partir destes estudos, uma melhor compreensão da influência humana nas mudanças

climáticas e no aquecimento global. Em relação ao enfoque sociológico, a ISA (Associação Internacional de Sociologia) funda em 1990 o comitê de pesquisa intitulado Meio Ambiente e Sociedade (RC-24), sendo acompanhada também pela inserção de programas de pós-graduação no Brasil na temática ambiental, de forma multi ou transdisciplinar (Herculano, 2000).

Basicamente o nascimento da Sociologia Ambiental fora protagonizado por sociólogos militantes compromissados com a causa ambientalista. A proposta inicial foi trazer um novo paradigma contrariando aquele defendido no século XX, em que o Homem não faz parte da Natureza (paradigma do excepcionalismo humano), por ser capaz de organizar-se socialmente, culturalmente além de produzir inovações tecnológicas que “burlam” as influências naturais.

No entanto, no que se refere à teoria marxista, há semelhanças com a Sociologia Ambiental, uma vez que ambos criticam a industrialização/capitalismo. Na teoria neo-marxista, as semelhanças se dão pela premissa de que a degradação ambiental seria uma contradição ao desenvolvimento das sociedades modernas, tendo uma perspectiva materialista da realidade da vida humana, configurando a segunda contradição do capitalismo trazido por Marx e Engels. No entanto, sociólogos ambientais têm uma visão ambivalente sobre o marxismo, já que na sua fase clássica há uma crítica ao seu prometeísmo.

A sociologia da racionalização de Weber é baseada na ação social, no sentido de como as pessoas geram mudanças estruturais de maneira imprevisível, com o subjetivismo de como interpretam estas circunstâncias. No entanto, há nesta teoria a comparação entre a sociedade urbana e aquela agrícola no que tange à sua separação pelas realidades da Natureza, onde a primeira é menos afetada, fazendo com que a Natureza seja encarada como um problema, já na segunda as forças naturais estão mais presente, condicionando, muitas vezes, as formas de relação social.

Os fatos sociais trazidos por Durkheim trazem o que poderia ser encarado como uma “antítese da sociologia ambiental”, onde o determinismo sociocultural é preconizado juntamente com a visão da ecologia humana demográfica, com a análise macrossociológica das relações entre a sociedade e suas bases. Por outro lado, Durkheim traz a analogia biológica, utilizando metáforas da evolução darwiniana e da biologia orgânica, deixando claro seu caráter funcionalista.

A partir dessas influências é possível dividirmos, segundo Buttel, a Sociologia Ambiental em quatro enfoques metodológicos: o primeiro seria aquele materialista segundo Durkheim, com a visão realista de sua teoria; o segundo é do materialismo marxista, na sua contradição entre ecossistema/ambiente e a sociedade humana, colocando as formas de tecnologias limpas como padrões utópicos de produção, contribuindo fortemente para o aprofundamento da Ecologia Política, assim como para a classe trabalhadora e sua visão da temática ambiental, construindo a Política de Saúde, Trabalho e Ambiente, no mote “verde e vermelho”, levantando questões sobre políticas de desenvolvimento com a preocupação com a relação trabalho/ambiente/saúde (Rigotto, 2003); o terceiro enfoque é o pós-materialista, onde Inglehart (Herculano, 2000) coloca que a abundância de bens materiais na sociedade contemporânea reduz seus valores em comparação às satisfações intelectuais, morais e estéticas, colocando a questão ambiental (juntamente com direitos humanos e qualidade de vida) à frente dos conflitos de classe; o quarto enfoque seria aquele construtivista ou construcionista, derivada da Fenomenologia de Schutz, com a noção de múltiplas realidades, defendendo o direito legítimo de que outros sujeitos sociais interpretem e tenham saberes considerados, colocando as percepções dos indivíduos como uma forma de questionamento da ciência e da tecnologia, inserindo a percepção das vulnerabilidades dentro do contexto das tomadas de decisão e escolhas políticas. Neste último enfoque construtivista, algumas reflexões sobre seus limites e conceitos são importantes dentro da temática da Sociologia Ambiental, uma vez que pode desviar a temática ambiental de sua especificidade ou até mesmo esvaziar a problemática ambiental, podendo colocar problemas como lixo, mudanças climáticas, como meras construções/interpretações.

Quanto aos objetos da Sociologia Ambiental, Herculano em 2000 identificou cinco. Dentre eles estão *atitudes e valores*, em função das classes sociais, gêneros e idades, relacionando fatores sociais com comportamentos ambientais desejáveis, atitudes ambientais e outras atitudes morais. *Movimentos ecológicos*, na forma de estudos de base social e grupos ambientalistas, fatores, dinâmica e forma de mobilização e o papel político destas organizações, configuram o segundo objeto desta subdisciplina, seguido de *riscos tecnológicos*, como forma de estudo da dinâmica de protestos, valores e percepções de riscos, controvérsias técnicas, construções de argumentos, distribuição social de riscos e falhas nos sistemas técnicos complexos. Como quarto objeto há a *política ambiental*, tendo como enfoque a economia de política

ambiental, os processos de criação de legislação ambiental e de novas institucionalidades e estudos sobre impactos socioambientais de grandes obras e, o quinto e último objeto, o *desenvolvimento*, com críticas ao modelo de desenvolvimento vigente, bem como propostas e práticas alternativas a este, estudos de casos e experiências alternativas locais e a gestão empresarial ambiental.

As questões ambientais ou a problemática ambiental, no entanto, têm se incorporado profundamente às discussões mais relevantes da sociedade em geral. Designações como ecologia, meio ambiente e natureza vêm sendo apropriadas pelo senso comum, sendo incorporadas ao cotidiano, com significados amplos e múltiplos. (Gehard e Almeida, 2005). Se por um lado estas questões trazem à tona a preocupação com os hábitos, valores e comportamentos das pessoas em geral, sua interferência transcende o nível individual. Tal fato se dá já que este tema envolve intensas modificações socioculturais e econômico-produtivas que podem também ser interpretadas como sendo uma consequência lógica decorrente dos processos de desenvolvimento da sociedade contemporânea ou, ainda, como reveladoras de um caráter intrinsecamente degradador e egoísta da espécie humana em relação aos demais elementos não humanos.

Se por um lado vemos essa “*explosão da sensibilidade ecológica*” (Alphandery et al., 1992 *apud* Gehard e Almeida, 2005), relacionada à intensa ocorrência de catástrofes ambientais após as transformações tecnológicas dos meados do século XX, por outro lado, ainda há um certo “receio” em entender as questões ambientais como uma problemática social relevante dentro de um processo dinâmico de reestruturação sociocultural, onde o que estaria em jogo (em disputa) seria a própria modificação da forma como a sociedade se organiza, pensa e elabora seus valores, suas prioridades e seus desejos (processo dinâmico, centrado na instável ascensão/declínio das lutas e embates que surgem em tempos e espaços diferenciados). As contradições deste modelo de desenvolvimento são, sem dúvida, uma forma de se repensar os limites, e colocam tal perspectiva como um núcleo aglutinador de um fato social que é, ao mesmo tempo, produto de um constante processo assimétrico de definição coletiva e de reelaboração dos valores da sociedade (Gehard e Almeida, 2005).

Neste sentido, as interpretações sobre a problemática ambiental não se configura apenas como um caráter físico, mas sim como algo criado através de processos sociais, de maneira dinâmica, mediados por forças sociais ancoradas em fatores históricos e

sociais, onde a qualidade e quantidade interativa destas forças subjetivas, desencadeadoras de uma certa exacerbação da problemática ambiental, estariam em foco, com a visualização dos aspectos sociais como definidores destes mesmos problemas e catástrofes socialmente relevantes.

Sendo assim, o *campo ambiental* em construção, sempre perpassado e alimentado pelos demais campos sociais e funcionando como um amplo, dinâmico, fluido, instável e heterogêneo espaço de debate onde tendem a se concentrar as disputas sobre que discursos/ações deveriam ser instituídos como sendo os mais verdadeiros ou, no mínimo, mais competentes, faz com que determinadas ideias, conceitos e práticas possam naturalizar-se e, concomitantemente, sejam vistas como ambientalmente corretas. Porém, deste ponto de vista, o que seria visto (e adotado) como “ambientalmente correto” está, desde já, em disputa.

Deste modo, uma vez que as dimensões histórico-culturais devem ser consideradas como fundamentais na conformação deste “consenso relativo” e de uma preocupação muito mais explícita, integrativa, refletida e instrumentalizada – estabelecendo, portanto, o que se conhece como senso comum – sobre os desdobramentos das relações entre ser humano e o ambiente em que ele vive, seria ao menos prudente reconhecer, em primeiro lugar, os limites e a amplitude que tais posturas apresentam quando tentam explicar transformações ocorridas ao longo do tempo em termos de valores e modos de vida e, sobretudo, o caráter intimamente relacional em que se acham culturalmente inseridos e socialmente entranhados.

Na visão de Carvalho (2001), para Bourdieu a noção de campo social evoca um espaço relativamente autônomo de relações sociais historicamente situadas, que produz um certo conjunto de valores, uma ética, traços identitários de um sujeito ideal, naturaliza certos modos de ver e se comportar que põem em ação as regras do jogo do campo. Como um espaço estruturado e estruturante, o campo ambiental inclui uma série de práticas políticas, pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituídas seja no âmbito do poder público, seja na esfera da organização coletiva dos grupos, associações ou movimentos da sociedade civil.

1.4 Determinação Socioambiental e o Enfoque Ecológico em Saúde

No que tange à determinação das condições de saúde, os fatores ambientais não estão subordinados àqueles sociais, uma vez que, como Ponting e Mc Michael apontam em suas obras, os fatores ambientais também influenciaram e influenciam de alguma maneira as questões sociais. McMichael (2001) relata que mudanças nos estilos de vida, de caçador-coletor para agricultor e, posteriormente, para sociedades industrializadas, trouxeram modificações nos aspectos desde a dieta até as desigualdades sociais, além das transformações ambientais causadas por novos padrões sociais de condição de vida, apresentando situações diferenciadas de doenças, guerras, períodos de glaciação, colonização e, assim, contato com populações diferenciadas.

Por outro lado, as condições ambientais modificadas não só pelo homem como também pelo seu curso natural passam a introduzir padrões de vida e, assim, características sociais distintas, fazendo com que haja estreita relação entre ambiente e sociedade, não estando, nós humanos, dissociados do ambiente ou da natureza, havendo, portanto, além dos determinantes sociais, aqueles ambientais. Ponting (1995) acrescenta que a história humana possui seus fundamentos sobre como funcionam os ecossistemas, em que fazemos parte das relações de dependência entre os diversos elementos constituintes desta complexa teia e que estamos subordinados a esta capacidade dos ecossistemas em suportar a influência não só da espécie humana como das demais. Porém, na história da humanidade as limitações foram contornadas trazendo uma série de consequências para o ambiente, que podem se voltar contra nós mesmos a qualquer momento.

Buss e Pellegrini Filho (2007) trazem o conceito de Determinantes Sociais na Saúde - DSS, onde diversas definições convergem para aquela em que se têm as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população estreitamente relacionadas à situação de saúde. A Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde - CNDSS - coloca os DSS como os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que possuem influência com os problemas de saúde e os fatores de risco da população. A OMS, entretanto, reduz este conceito, onde os DSS são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham.

A mudança de paradigmas da teoria miasmática do século XIX para uma visão da saúde e seus determinantes que surge neste momento perdurou durante o século XX, onde passa a ser predominante o enfoque médico-biológico na saúde pública, em

constante conflito com os enfoques sociopolíticos e ambientais. No entanto, nas últimas décadas houve um crescimento bastante significativo nos estudos das relações entre a maneira como a sociedade está organizada, bem como ela se desenvolve, e as consequências destes fatores na saúde. No modelo desenvolvido por Dahlgren e Whitehead (Figura 1), os DSS são dispostos de maneira diferenciada dos determinantes individuais dos macrodeterminantes, não sendo explicadas com detalhes as relações e mediações entre os diversos níveis e a geração das iniquidades.



Figura 1 - Determinantes sociais: modelo de Dahlgren e Whitehead

Apud, Buss e Pellegrino Filho, 2007

Já no modelo de Diderichsen e Hallqvist de 1998 e adaptado em 2001 por Diderichsen, Evans e Whitehead (Figura 2), há o destaque da estratificação social como consequência do contexto social, onde o processo de geração e poder determina o acesso a benefícios, bem como o distanciamento da exposição a riscos que causam danos à saúde. No entanto, uma convergência entre os dois modelos se faz pela característica de ambos serem funcionalistas, baseados na divisão do trabalho e a consequente estratificação social deste processo. Ademais, é possível serem identificados pontos de intervenções políticas que reduzam os diferenciais DSS

originados da posição social dos indivíduos bem como do grupo que pertencem (Buss e Pellegrino Filho, 2007).



Figura 2 - Determinantes sociais: modelo de Diderichsen e Hallqvist

Apud, Buss e Pellegrino Filho, 2007

Segundo a lei 8080/1990 do Sistema Único de Saúde designa-se no artigo 3 que “a saúde tem como um de seus fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país”. Da mesma forma, ao analisarmos estes níveis de saúde em pequena escala, como no caso de uma aldeia, um bairro, uma colônia de pescadores, a organização social e econômica também irão refletir nesta. Diante disto, a legislação relacionada à atuação no campo da saúde pública dá subsídios para que se estabeleça como meta uma política preventiva da saúde ao entender como a relação desses determinantes pode afetar a saúde dos indivíduos e seus grupos sociais.

Entretanto, assim como aspectos psicossociais, os serviços dos ecossistemas são indispensáveis para o bem-estar e a saúde dos humanos em qualquer lugar. Neste sentido, há o envolvimento das complexas relações causais entre mudanças ambientais e saúde humana, que são indiretas e abrangem diferentes escalas espaciais e temporais, sendo dependentes de inúmeras forças de mudanças (OPAS, 2005). Neste sentido, é

sabido que as ações humanas sobre os ecossistemas, marcadamente a partir da segunda metade do século XX, propiciaram benefícios para o bem-estar e a saúde, por outro vem resultando em custos crescentes, com degradação de 60% dos serviços dos ecossistemas, exacerbação da pobreza e crescentes iniquidades sociais e ambientais.

Neste contexto, serviços dos ecossistemas (Figura 3) oferecidos pela natureza sustentam a vida no planeta, não só para a espécie humana, mas todas as outras formas de vida, já que a necessidade biológica por recursos naturais é básica e inalterável. As interações entre diversas formas de vida e entre estas e os serviços ecossistêmicos também não podem ser esquecidas, já que a complexidade destas torna-se condição para que a “homeostase” do ecossistema seja estabelecida. Da mesma forma, as consequências ambientais nas questões sociais (e vice-versa) vão estar relacionadas a esta mudança nos padrões de vida da humanidade, com toda a sua complexidade, e de outras espécies, uma vez que os seres humanos teceram sua história sustentada no funcionamento destes ecossistemas.

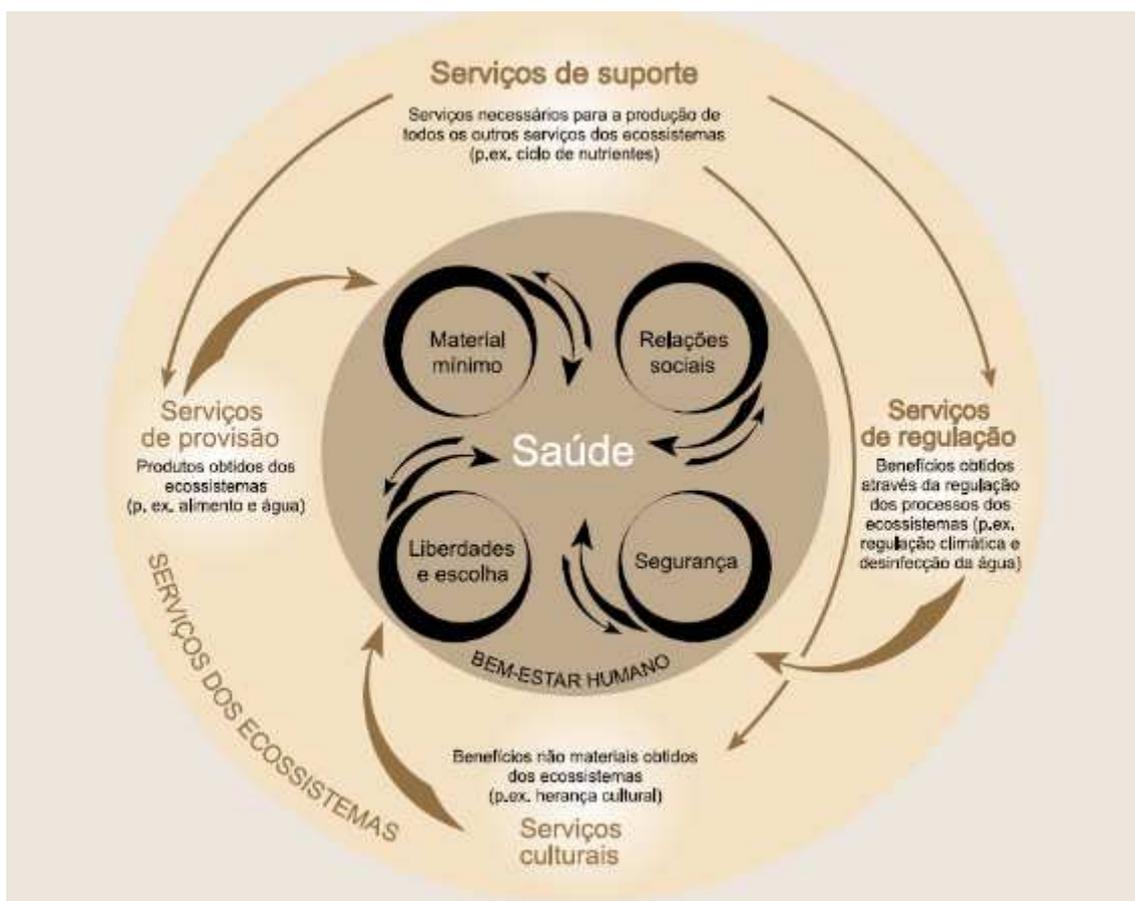


Figura 3: Serviços ecossistêmicos e relação com bem-estar humano

OPAS, 2007

Quanto às mudanças sofridas nos últimos tempos, Freitas *et al* em 2007 trouxeram o enfoque “(eco)sistêmico” como uma prerrogativa para melhor compreender e solucionar os problemas ambientais trazidos com a vida moderna e que têm sido apontados como fatores que podem gerar (geram) crise tanto no campo socioeconômico como da saúde, uma vez que estes estão intrinsecamente relacionados. Nesta abordagem ecossistêmica da saúde, há a incorporação de diversas ciências, como as naturais, sociais e de saúde, buscando transcender os limites das abordagens dominantes, tanto econômica (centrado nos preços de mercado que refletem a atual escassez de recursos naturais e ao não considerar as consequências para as gerações futuras), ecológica (uma tendência para definir a sociedade e a economia atividades de lado, tratando-os como forças "externas"), e da Engenharia (na busca por soluções baseadas em estratégias de comando e controle).

Ainda em relação ao enfoque ecossistêmico em saúde, nesta abordagem são integradas as dimensões biológicas, uma vez que se avaliam as funções e estruturas dos ecossistemas, socioeconômicas, caracterizando as distinções da capacidade de alguns ecossistemas produtivos e da valorização dos serviços dos ecossistemas pelas populações bem como nas repercussões nas políticas e econômicas, da saúde humana, estabelecendo umnexo causal entre o desequilíbrio dos ecossistemas e o estado de saúde e doenças bem como os riscos para a saúde humana, e a espacial-temporal, considerando respostas distintas para múltiplas formas de proteção ambiental. É preciso reforçar que os fatores que produzem mudanças complexas são cumulativos e/ou possuem efeito sinérgico, podendo ameaçar a própria viabilidade dos ecossistemas em nível local e/ou global (Lebel, 2003; Rapport, 1998).

Sendo assim, uma das duas grandes vertentes do enfoque ecossistêmico em saúde diz respeito a abordagens contextualizadas e participativas para compreensão e busca de soluções acerca de mudanças nos ecossistemas de determinados lugares (aldeias, vilarejos, pequenas cidades, por exemplo) e suas consequências sobre a saúde das comunidades locais (Lebel, 2003), onde privilegia a construção coletiva de informações, de modo que os atores locais possam participar de modo mais qualificado das demandas ou mesmo das tomadas de decisões.

Para que esta abordagem seja realizada se faz necessário ter como ponto inicial entender a doença e as manifestações de saúde ocorrendo no complexo contexto socioecológico. Entretanto, a complexidade e incerteza são inerentes a estes sistemas,

envolvendo um conjunto de agrupamentos hierárquicos em múltiplas escalas (espaciais e temporais) que tendem a se organizar em termos sociais e ecológicos, o que pode contribuir complexamente ao estabelecimento de instabilidade crítica, pontos que, por vezes, provocam o aparecimento de novas estruturas e formas organizacionais (Freitas *et al*, 2007). Neste sentido, a avaliação de como a saúde humana vem sendo afetada por um novo paradigma, onde o “desenvolvimento” econômico e o processo de urbanização da população são acompanhados de uma maior demanda nos serviços ecossistêmicos (Freitas e Porto, 2006), acarretando em uma massiva degradação ambiental e ascensão das iniquidades sociais é extremamente necessária.

Em relação a estas, o Millennium Ecosystem Assessment -MEA (www.millenniumassessment.org), um programa lançado em 2001 pelas Nações Unidas para responder às necessidades de informações científicas sobre mudanças nos ecossistemas e bem-estar humano, levantou como estas mudanças protagonizadas pelo homem, particularmente nos últimos 50 anos, transformaram o mundo mais do que qualquer outro período da história, revelando que serviços materiais e não materiais dos ecossistemas vêm sendo degradados ou utilizados de forma insustentável, aumentando radicalmente a probabilidade de mudanças não lineares, abruptas e irreversíveis, trazendo consequências para saúde e bem estar dos humanos, como doenças emergentes, alterações na qualidade das águas, colapso do pescado e mudança no clima.

É inegável que tal problemática tem efeitos globais, porém comunidades que sobrevivem diretamente de tais recursos sofrem ainda mais com tais mudanças. Sendo assim, aos percebermos como mudanças negativas relacionadas a este processo como vêm se apresentando, percebemos que existem “zonas de sacrifício” cujo risco é inexoravelmente maior comparado a outras áreas, onde as desigualdades sociais e falta de infraestrutura são amplificadores de problemas relacionados à saúde.

Neste sentido, este trabalho tem por finalidade compreender como uma população vulnerável a transformações do mundo contemporâneo percebe e vivencia os determinantes e condicionantes socioambientais em saúde e qual a representação destas mudanças em relação à qualidade de vida e bem-estar. Temos como população de trabalho os pescadores artesanais que, mesmo em discussões aprofundadas sobre tal temática, são muitas vezes esquecidos, como é o caso do próprio MEA, cujas preocupações são pelas associações entre as mudanças ambientais em larga escala, incluindo perda da biodiversidade, com mudanças locais e regionais que incluem a humanidade, porém pouco se detém ao bem-estar e saúde destas comunidades.

Outro exemplo da negligência à atenção da relação trabalho-vida-saúde dos pescadores artesanais é o próprio levantamento realizado pelo IBGE no *Perfil de Municípios Brasileiros: meio ambiente 2002* (IBGE, 2005), retratando o estado do meio ambiente nos municípios brasileiros segundo a percepção do gestor ambiental municipal, onde a questão da saúde e bem-estar do pescador, afetado diretamente pela degradação ambiental dos ecossistemas aquáticos, não é abordada. Ainda no âmbito nacional, o Ministério de Aquicultura e Pesca possui como preocupações as ações em que se limitam à renovação da frota, subvenção econômica para combustível, licenciamento e outorga, esforço/arte de pesca, implementação de cultivo, levantamento de qualidade e quantidade dos recursos pesqueiros. Neste sentido, tais atenções estão meramente voltadas à dimensão técnica do processo da pesca, sendo esquecido o caráter humano, dotado de uma história, da tradição e, para o nosso interesse, dos aspectos da saúde e bem-estar destes trabalhadores, onde a atividade é responsável pelas suas condições de trabalho-vida-saúde.

2. Área de Estudo

2.1 O Território - Relação Ambiente e Saúde

A noção de ambiente tem sido referida como uma associação ao espaço. No entanto, a dimensão variada e múltipla deste termo acaba por ao mesmo tempo transformá-lo em algo extenso, mutável e singular de forma concomitante. A noção de espaço geográfico se torna ainda mais fluida uma vez que permeia uma dimensão histórico-social, econômica, política e espacial. Nesta construção, algumas dimensões se tornam essenciais e complementares – a vivência e a percepção, sendo as dimensões que possibilitam compreender como os fenômenos subjetivos são consolidados neste espaço. Identidades socioculturais e afetividade marcam intensamente a percepção deste espaço, sendo impressos nesta construção valores que confirmam a noção social e cultural do sujeito (Monken *et al.*, 2008).

Para Santos (1988), o espaço geográfico é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos (fixos) e de ações (fluxos) que se apresentam como testemunhas de uma história escrita pelos processos do passado e do presente”. Essa inter-relação entre fixos e fluxos reflete a “estrutura” deste espaço geográfico, o que leva esta concepção de espaço como a coexistência de objetos existentes, como sistemas, demonstrando que o uso numa perspectiva presente, passada ou futura, dependem de como grupos humanos criam ou herdaram das gerações anteriores realizavam o uso combinado destes.

A visão de território em muitos trabalhos voltados aos aspectos de saúde e ambiente tende a colocá-lo numa dimensão onde os processos de saúde e ambiente se dão, servindo apenas como uma estratégia de coleta e organização de dados. No entanto, nesses processos estes limites são transcendidos, onde nesta situação, o território por possuir um caráter de identidade e de organização social, acaba por imprimir aspectos políticos das questões ambientais e de saúde.

Uma vez que a noção de territorialidade está relacionada aos contextos históricos e sociais, um mesmo território pode apresentar uma série de territorialidades, antagônicas a partir da visão dos mais distintos atores sociais, há o surgimento de conflitos nas questões ambientais, de saúde, políticas etc. A escala destes conflitos, por tal fato, pode alcançar grandes magnitudes quando os interesses alheios são atingidos. A justiça ambiental se tornou um instrumento para demonstrar que as condições ambientais e de saúde não são dispostas no espaço de maneira equânime. Uma série de

comunidades vem sendo colocadas numa situação de vulnerabilidade, seja esta ambiental, de saúde ou até mesmo econômica, social e política, sem que sejam introduzidas políticas de mitigação dos riscos iminentes, que são determinantes no processo de saúde e doença.

No entanto, quando percebemos a dinâmica do confronto entre o território e o sistema global, há uma prevalência da visão segundo o ponto de vista deste último: o ponto de vista da mundialização, o ponto de vista da dinâmica mundial do capital em detrimento das ações locais, onde estas podem ou não estar conectadas com o padrão global (Furtado, 2010). Em relação às “comunidades tradicionais” a territorialidade torna-se um aspecto de grande importância. Muitas vezes pressionados pelas mudanças nos estilos de vida do sistema vigente e as demandas do capitalismo, acabam por sofrer impactos das mais diferentes formas e magnitudes no seu cotidiano. No entanto, a tensão entre o tradicional e o moderno da maneira como aparece entre os “povos tradicionais”, isto é, daquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável (Arruda, 1999), se repete constantemente, e essas formas de constituição de territórios ocorrem nas mais diferentes localidades, desde megalópoles como cidades do Rio de Janeiro e São Paulo até mesmo comunidades de pescadores artesanais, como a de Itaipu.

Para Giddens (2002), a identidade social está intrinsecamente ligada aos padrões impostos pela modernidade, e nesses destaca a reorganização do tempo e do espaço, os mecanismos de desencaixe e a reflexividade da modernidade, que, segundo o autor, supõem propriedades universalizantes que explicam a natureza fulgurante e expansionista da vida social moderna em seus encontros com práticas tradicionalmente estabelecidas. A globalização da atividade social que a modernidade ajudou a produzir é, de certa maneira, um processo de desenvolvimento de laços genuinamente mundiais – como aqueles envolvidos no sistema global de estados-nações ou na divisão internacional do trabalho.

Podemos afirmar que a cultura híbrida é fenômeno decorrente daquilo que Milton Santos chama de “dialética da globalização e do território”. Ocorre que, com o advento deste mundo em “teias”, o local e o universal estão em cheque, sendo impossível a construção de conhecimentos locais legítimos. Não há possibilidade de isolamento no mundo de hoje, porém ao mesmo tempo neste território ocorre uma

determinada relação que é universal e particular, única e genérica, como único e genérico é o próprio ser humano.

A realidade é que o capital desconsidera aquilo e aqueles que não reproduzem o capital. Essa lógica imperativa do capitalismo continua valendo como nunca. Somente quando há risco físico – principalmente após os acontecimentos de 11 de setembro – regiões e pessoas passam a interessar de alguma forma. Nesta dimensão se encaixam as questões de saúde que ainda hoje tendem a considerar seus fatores determinantes como aqueles que de alguma forma possam desencadear em processos saúde/doença (nestes se incluem os psicológicos) e não alcançam os processos de identidade social, a territorialidade e o “bem viver”.

2.2 Dimensão Histórica

Os primeiros registros de ocupação de Itaipu – Niterói/RJ datam de 8 mil anos (Mizubuti, 1996) por comunidades indígenas Tupis-Guaranis e por povos pescadores e coletores, fato que foi comprovado por estudos realizados no Sítio Arqueológico da Duna Grande. A observação de utensílios primitivos e restos de ossos confirmam que já nesta época as populações utilizavam a pesca como uma de suas principais atividades, onde as dunas existentes na região costeira eram usadas como pontos de observação de entrada de cardumes na enseada e na laguna.

Itaipu encontrava-se isolada, já que até a década de 1920 não havia uma via para transporte terrestre que a ligasse a Niterói, sendo realizado, muitas das vezes, o caminho por mar. Mesmo após a construção desta estrada, houve a manutenção da atividade unicamente da pesca, já que no entender da comunidade, o peixe era mais valorizado e havia grande fartura, apenas ampliando o mercado de trocas regionais e complementares com agricultores de regiões adjacentes (Kant de Lima e Pereira, 1997).

Naquele momento, morar em Itaipu significava a possibilidade de visualização da entrada de cardumes, uma vez que “peixe não tem hora”, sendo mantido estado de alerta constante, durante dia e noite, a fim de mobilizar os demais pescadores, mulheres, crianças e os mais velhos e, assim, ajuda para a pesca, principalmente no período da tainha, onde há maior fartura e a venda é bastante intensa. Já nesse período, havia relação de dependência entre pescadores com donos de barco e de terras. Era a chamada “cabeça de burro”, um sistema complementar entre proprietários, camponeses e pescadores para manter a economia e o sistema de trocas local e com a cidade.

No século passado, na década de 40 temos a formação do bairro de Itaipu com o desmembramento de três fazendas que desenvolviam atividades agrícolas e a partir da década de 70, como uma tendência de toda a Região Oceânica de Niterói, Itaipu sofreu um grande aumento demográfico, estimulado pela construção da Ponte Rio-Niterói.

Como tradição, Itaipu a realização de festas em homenagem ao seu padroeiro, São Sebastião, e ao padroeiro dos pescadores, São Pedro. Nestas festividades, a organização e promoção têm significado extremamente político, já que a Colônia, por seu estatuto, teria a obrigação de promovê-las. No entanto, uma série de interesses de um determinado grupo ou até mesmo particulares com aspectos de competição dentro do grupo são colocados, a aproximação política e de alguns grupos empresariais que têm interesses sobre aquela localidade. Tal especulação diante deste ritual tradicional não se restringe apenas aos dias atuais e foram relatados no trabalho de Kant de Lima, durante o período de 1976 a 1978 (Kant de Lima e Pereira, 1997).

Num primeiro momento Itaipu caracterizava-se por possuir prioritariamente casas de veraneio, porém este perfil vem sendo modificado com o passar dos anos, tornando-se um bairro residencial. A população, entretanto, apresenta-se com uma estratificação quanto ao nível socioeconômico bastante diversificado, porém com predominância da classe média por todas as áreas do bairro. No que se refere à população de baixa renda há uma representação bastante significativa dos pescadores, destacando-se por ainda possuírem como atividade principal a pesca artesanal, herança cultural dos povos indígenas que habitaram tal localidade. Esta atividade, entretanto, vem sendo ameaçada pela implantação da pesca industrializada em Itaipu, causando a sobrepesca dos recursos pesqueiros, bem como pela própria poluição causada por atividades de origem humana.

Neste sentido, em reportagem do JB Online (01/08/2005) intitulada *Favelização ameaça Niterói* de autoria de Mariana Filgueiras é abordada a questão da especulação imobiliária vivida principalmente na região oceânica, ocorrendo a ocupação irregular (inclusive de casas de alto padrão) e favelização da área circunvizinha do Parque Nacional da Serra da Tiririca, das Lagoas de Itaipu e Piratininga, a Reserva Ecológica Darcy Ribeiro (Parque da Cidade). Tal invasão é “assistida” pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA, onde Niterói ocupa o quarto lugar em crimes ambientais em 2004. Somado a este problema, a especulação imobiliária juntamente com o nível socioeconômico de parte população da região oceânica acaba por induzir a venda de

casa por pescadores artesanais e “populações tradicionais” e até mesmo a grilagem para grandes imobiliárias para a construção de edifícios.

Em relação às relações sociais, identificavam-se algumas lideranças que, dotadas por uma maior capacidade de comunicar-se, são responsáveis pela mediação dos pescadores com os outros grupos e insituições, fato este que ainda se repete nos dias de hoje. E apesar de haver uma representação legal, a Colônia propriamente dita, na existência de divergências de interesses, alguns “líderes” tomavam (e ainda tomam) a iniciativa de fazer este intercâmbio, sendo fruto disto a criação da Associação Livre dos Pescadores da Praia de Itaipu – ALPAPI. Este movimento de resistência social e política dentro da comunidade foi o que lhes permitiu resistir à propriedade de terra e à expulsão da praia, por um lado galgada na força da pescaria como atividade econômica e por outro na própria identidade social.

Sendo assim, a população de Itaipu passou para 58 mil habitantes em 2000, totalizando 460 mil no município de Niterói (CIDE/RJ). Tais mudanças apresentam tanto prédios sofisticados e casas construídas para a classe média alta, como o Condomínio Vale de Itaipu, como também o crescimento das favelas, como a Favela do Rato Molhado (Barbosa e Begossi, 2004). Portanto, considerada como uma região de praias selvagens na década de 1980, esta região recebeu muitos residentes e turistas, que afetam o estilo de vida da população local da praia de Itaipu, como pescadores e suas famílias.

2.3 Aspectos Biogeográficos e Impactos Ambientais

Itaipu, em sentido amplo, é o bairro inserido na Região Oceânica de Niterói, município do Estado do Rio de Janeiro e, em sentido estrito, é a praia que se estende por aproximadamente 3,5km, na direção geral leste-oeste, no litoral sudeste do Estado do Rio de Janeiro tendo como coordenadas, segundo Carta Náutica 1501 do Departamento de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, 22^o53'14" de Latitude Sul e 43^o22'48" de Longitude Oeste (Figura 4). A praia é limitada por uma formação rochosa, a Ponta de Itaipu (Morro das Andorinhas) ao pé do qual se forma uma enseada, já para oeste, estende-se de forma semicircular até outra formação rochosa, a Ponta da Galheta (Pedra do Canto da Ponte). Como continuações da formação rochosa do Morro das Andorinhas vêm-se três ilhas: Ilha da Menina, a Ilha do Pai e a Ilha da Mãe; para leste o litoral continua entremeando pontas e praias: Itacoatiara, Itaipuaçu, Ponta Negra,

Jaconé, Saquarema e, para oeste, segue-se para Piratininga e a barra da Baía de Guanabara.

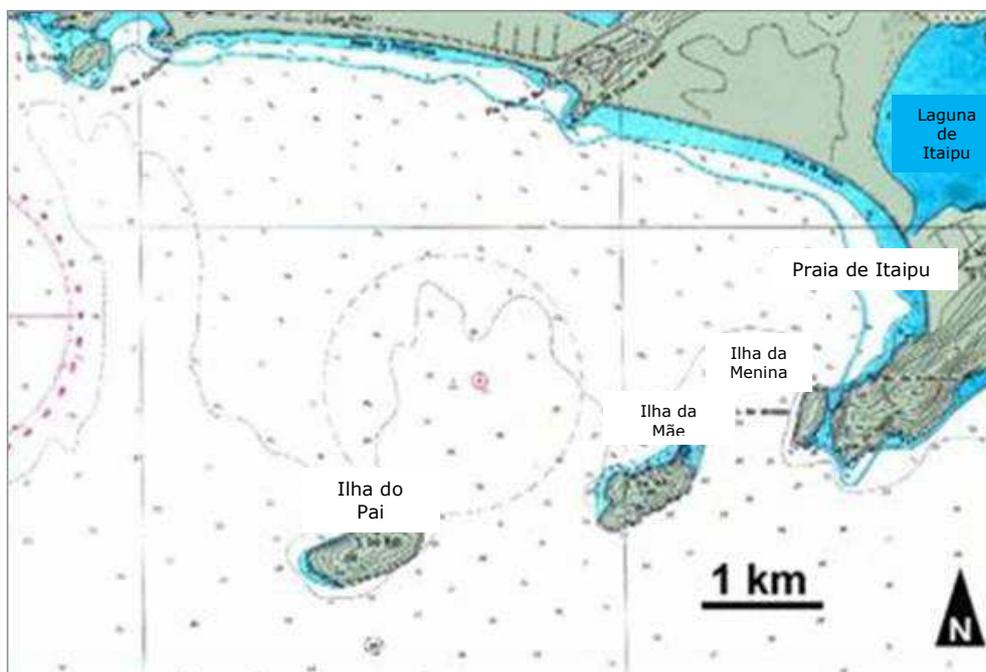


Figura 4: Carta náutica Itaipu Niterói/RJ (DHN/Marinha do Brasil)

A região costeira de Itaipu concentra uma série de habitats e recebe continuamente contribuições de águas oceânicas e continentais (Salvador e Silva, 2002), onde o conjunto de ilhas costeiras adjacentes à costa protege parcialmente a enseada do batimento de ondas, o que influencia sua dinâmica sedimentar e a morfologia de fundo, que diretamente, afetará na distribuição das espécies marinhas da localidade, inclusive de peixes. Tal aspecto da enseada acaba por favorecer a prática de pesca artesanal na região (Kant de Lima e Pereira, 1997).

Em oposição à enseada, situa-se a Lagoa de Itaipu, que juntamente com a Lagoa de Piratininga, forma o Complexo Lagunar Itaipu-Piratininga. Na praia encontra-se a sede da Colônia Z-7, que define administrativamente a região como área que desenvolve intensa e tradicional atividade pesqueira. Há ainda uma área entre a enseada e a lagoa, composta pela Duna Grande (Sítio Arqueológico), uma praça e um antigo acolhimento jesuíta, cuja paisagem está tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional (IPHAN). Tal tombamento atinge até a vertente do Morro das Andorinhas e a Igreja de São Sebastião.

Em 1992, a Secretaria de Urbanismo de Niterói divulgou o Diagnóstico Ambiental de Niterói colocando que o processo de urbanização da cidade é o fator de maior importância na determinação da qualidade do meio ambiente. O bairro (e também o ecossistema) de Itaipu acumula uma série de pressões (turísticas e comerciais), sendo um polo de importância política e econômica da cidade, porém a falta de planejamento de sua infraestrutura acarreta em riscos e problemas ambientais. Em trabalhos relacionados aos aspectos biogeoquímicos e, assim, de diagnósticos do ecossistema em termos ambientais, o processo de eutrofização acelerado tanto da enseada como (e principalmente) do Complexo lagunar Piratininga-Itaipu é o principal desencadeador de impactos no ambiente, uma vez que “sobrecarrega” aquele ecossistema com altos valores de nutrientes orgânicos e inorgânicos (dissolvidos e totais) que caracterizam uma contribuição de material antropogênico e assim indicador de que atividades humanas impactam diretamente Itaipu (Carneiro, 2007).

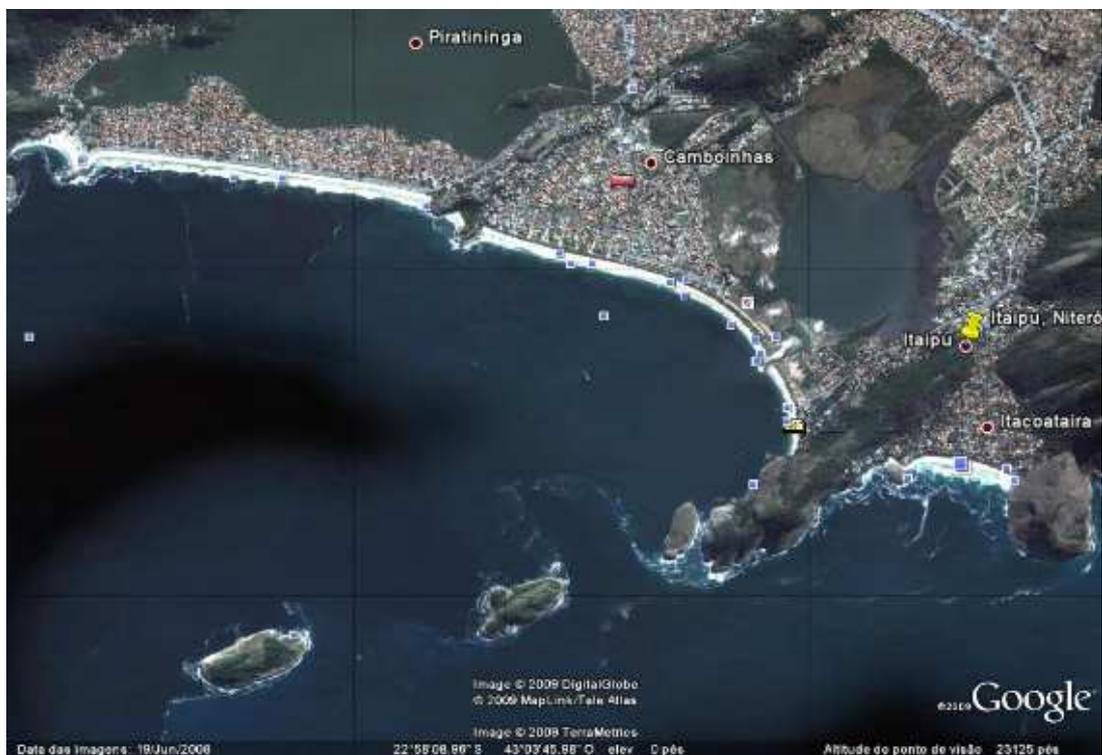


Figura 5: Imagem de satélite da área de estudo (Google Earth, 2009)

Em relação ainda ao complexo lagunar, este vem passando por uma redução do seu espelho d'água, confirmado em levantamento por sensoriamento remoto (Kucler *et al*, 2005) de 1976 a 2002, principalmente relacionado à ocupação desordenada da sua orla.

Somando-se à contribuição local (complexo lagunar) de material proveniente das atividades antrópicas, a proximidade com a Baía de Guanabara acaba por trazer incremento de materiais de origem domiciliar e industrial que acabam por acentuar o impacto ecológico sobre o ecossistema de Itaipu. Carreados pela dinâmica de correntes na região da enseada, nutrientes na forma particulada e dissolvida chegam a Itaipu mudando a dinâmica biogeoquímica do ecossistema, que afetará diretamente a disponibilidade de espécimes de peixes de maneira quali e quantitativa, trazendo prejuízos à atividade de pesca artesanal da região.

Quanto à situação da balneabilidade da praia de Itaipu, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA divulgou no final de 2010 o Histórico de Boletins Emitidos Semanalmente (Figura 6), onde durante os 12 meses de 2010 (50 semanas), apenas em 7 (14%) semanas a praia foi considerada própria para banho. Nas demais, cerca de 40 % das semanas a praia de Itaipu foi considerada recomendada com restrições, e o restante (46%) foi considerada imprópria. Como a Enseada de Itaipu é considerada estável em termos de transporte litorâneo e com pouca influência de correntes costeiras na sua circulação (Salvador, 1999), há que se observar que na praia adjacente à desembocadura do Complexo Lagunar, a praia de Camboinhas, em apenas 1 das 50 semanas analisadas pelo INEA houve restrição da sua balneabilidade (Figura 6).

retirada do sedimento que causa o assoreamento das áreas sendo descartados numa região próxima da enseada de Itaipu, fazendo com que hajam repetidas ações de dragagem de manutenção da profundidade e/ou traçado do canal de projeto ou calha dos corpos hídricos (EIA/RIMA Companhia Docas do RJ, 2002).

Após desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, sugere-se que pelas próprias características da enseada de Itaipu há a impossibilidade desses descartes acontecerem na região situada próxima ao arquipélago de Itaipu composto pelas três ilhas (do Pai, da Mãe e da Menina), uma vez que em tal localidade as condições hidrológicas carrearão tal sedimento (predominantemente fino, com grande quantidade de material orgânico e inorgânico e anóxico) para uma região ainda mais próxima da enseada, prejudicando não só sua balneabilidade como também sua biodiversidade, uma vez que peixes associados com ecossistema bentônico terão seus habitats modificados drasticamente pelo sedimento trazido que alterará a biogeoquímica do local, causando possivelmente sua redução vertiginosa e até mesmo a total escassez em tal ecossistema. Neste documento é sugerido que as áreas de bota fora¹ sejam modificadas para 3 km a nordeste da Ilha Rasa e entre esta e a antiga área, entre as ilhas do Pai e da Mãe. A principal explicação para tal mudança está galgada no regime de marés, onde na maré vazante não são vislumbrados possíveis problemas para a costa (EIA/RIMA Companhia Docas do RJ, 2002) e somente na maré enchente há a possibilidade de que se “o material for muito silteoso (rico em silte – material extremamente fino e instável na coluna d’água com tempo de sedimentação bastante elevado) poderá dar origem a uma nuvem poluidora temporária, direcionada para a costa, que deverá sedimentar-se na Enseada de Piratininga / Itaipu” (EIA/RIMA Companhia Docas do RJ, 2002). O estudo, entretanto, em nada adianta sobre o processo de grande impacto já causado por tal despejo.

¹Bota fora: termo usado em Engenharia e Mineração para designar genericamente os produtos não servíveis que necessitam ser desprezados, provisoria ou definitivamente. Uma área escolhida para servir de depósito de bota fora, é chamada de área de bota fora, ou simplesmente bota fora.

No entanto, o que se vê atualmente, é que além deste EIA não fazer uma análise aprofundada sobre os reais impactos de tal descarte sobre a biodiversidade da região, atualmente ainda é possível visualizarmos o descarregamento de tal sedimento na região próximo às ilhas do Pai e da Mãe. Sobre os impactos, o relatório considera como de baixa magnitude ou importância a possibilidade de “destruição de populações de organismos que vivem nos lodos ou sedimentos de fundo” uma vez que considera a área de descarte como já degradada e, por isso, “não se prestando mais como *habitat* para a biota da região que utiliza o substrato de fundo como refúgio e alimento”, fato este facilmente desmentido pelo impacto já causado como a redução em termos quanti e qualitativos da pesca artesanal da região, segundo relatos dos principais observadores destas mudanças, os pescadores artesanais de Itaipu.

2.4 População de Estudo e a Pesca

O histórico da população de pescadores artesanais se confunde com a história da nação brasileira, onde a miscigenação entre europeus, indígenas e, posteriormente, negros determinou a formação de populações com tradições e costumes bastante específicos. Tal população, como descendentes de caiçaras, cujo significado tem origem no Tupi-Gurani *caá-içara* (Sampaio, 1987) e representa todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 1988), teve como base a agricultura de subsistência, baseada no cultivo de mandioca e na pesca. No entanto, a economia caiçara, por uma oposição à economia indígena primitiva, era um sistema de produção organizado para responder primeiramente às necessidades domésticas, porém necessitava de insumos externos como ferramentas, habitação, vestuário, sal, pólvora (Adams, 2000). Exceto para a tainha, a pesca era exclusivamente masculina, sendo o peixe um alimento básico na dieta, complementada com outros animais marinhos como moluscos e crustáceos. Em meados do século XX, as transformações socioeconômicas, que até então se dava de forma gradual, passaram a ocorrer de maneira acelerada, com a chegada do turismo e da urbanização do litoral, expulsando os caiçaras para as cidades.

A pesca artesanal além de ser uma tradição econômica, configura-se por possuir grande importância social e cultural. Segundo Diegues (1988), esta modalidade de pesca

se dá através da pesca autônoma, com pescadores atuando sozinhos ou em parceiras na captura, utilizando-se instrumentos simples, com a divisão da produção por partes. Estes trabalhadores retiram a maior parte da sua renda da pesca, podendo ou não realizar atividades complementares. Em relação à economia desta pescaria, há preponderantemente, a dependência destes pescadores a comerciantes e atravessadores, onde a falta de organização, na forma de cooperativas e da infraestrutura de frigoríficos e caminhões para transporte do pescado, acaba por reduzir sua capacidade de comercialização. A pesca artesanal opera dentro de limites impostos pelo meio ambiente, devido ao baixo esforço de pesca (quantidade de operações ou de tempo de operação das artes de pesca numa determinada pescaria, durante um período determinado), porém com as pressões no ambiente que reduziram os estoques drasticamente, vemos um aumento gradual neste esforço durante as últimas décadas.

Nos quase 500.000 pescadores artesanais do Brasil (Peipke, 2006), apenas 50 % está associado a colônias, que seriam o fórum de organização e representação dos pescadores. No entanto, segundo Diegues (2002) tal organização, iniciada no século passado, tem sido a maneira mais frequente de representação e defesa dos direitos dos pescadores, uma vez que estes vêm sofrendo com o declínio da pesca que se deu início na década de 80, chegando a um recuo de 40% no total de pescado. Aos fatores apontados por ele, o aumento da pesca industrial, resultado do incentivo fiscal dado a estas empresas, levou à sobrepesca bem como a redução dos estoques pesqueiros, induzindo, conseqüentemente, à degradação ambiental, outro fator de extrema importância neste processo de declínio. Neste último, o crescimento populacional sem planejamento nas regiões costeiras também levou a esta situação. Além do problema da redução da quantidade (e qualidade) da pesca, o período de defeso instituído pelos órgãos de fiscalização ambiental, também tornou a situação dos pescadores artesanais ainda mais grave, já que estes ficariam impedidos de realizar sua atividade durante certo período, onde apenas recentemente estes trabalhadores recebem uma ajuda de custo do governo a temporada de suspensão.

A população de pescadores artesanais de Itaipu está registrada através da Colônia de Pescadores Z-7, a qual foi fundada em 1921 pela Capitania dos Portos, porém somente no ano de 2000 houve a primeira eleição direta para presidência e conselho, sendo anteriormente coordenada por Interventores. Nesta população de estudo, ainda há descendentes dos primeiros moradores da região que preservam seus

hábitos da pesca artesanal, porém, de uma maneira geral, há um constante aumento nos descendentes de pescadores que buscam outras oportunidades de trabalho e profissão, muitas vezes pela falta de perspectiva da atividade de pesca devido à redução dos estoques pesqueiros, consequência da poluição e o mau uso dos recursos da região.

As áreas marinhas costeiras brasileiras, incluindo estas comunidades de pescadores de pequena escala localizado perto ou dentro de remanescentes de Mata Atlântica, foram influenciados por mudanças nas condições econômicas, tais como as causados pelo turismo e atividades associadas. Vários estudos têm lidado com as mudanças econômicas ao longo da costa brasileira, especialmente as mudanças que levaram pequenas aldeias a mudar suas atividades econômicas (agricultura de corte e queima, cultivo de mandioca) para pesca artesanal e, mais recentemente, para turismo (Diegues, 1983). É inegável que o Turismo poderia trazer alternativas econômicas locais, mas esta atividade também é responsável por mudanças que podem afetar os indivíduos e a comunidade. Essas mudanças incluem rearranjos individuais e coletivos, podendo trazer mudanças associadas desde a dieta (Hanazaki e Begossi, 2003) até mudança de atividade laboral, sendo este cenário observado em comunidades de pesca artesanal em todo o mundo.

Em Itaipu - Niterói, em trabalho realizado por Barbosa e Begossi em 2004, buscou-se descrever as atividades dos pescadores e de suas famílias, além de se levantar dados socioeconômicos, habitação e infraestrutura, saúde, e qualidade de vida na percepção dos moradores. Neste levantamento percebe-se que os principais problemas para a Colônia estão relacionados com a propriedade da terra por pescadores e a poluição no mar, associados com a poluição da baía de Guanabara e da poluição na praia.

No trabalho realizado por Pereira em 1997, são colocados aspectos antropológicos desta relação entre os pescadores com a profissão e o ambiente. Mais que uma descrição destas relações, tenta-se compreender como as transformações no cotidiano dos pescadores podem estar trazendo algum tipo de impacto às questões socioculturais desta comunidade. A primeira destas está relacionada à introdução de pescadores vindos de outros setores sociais e outras áreas da pesca que acabaram por desestruturar a atividade tradicional, violando o equilíbrio entre a exploração e a capacidade de reposição dos estoques aos ecossistemas, fato este ainda mais

proeminente em espécies com alto valor no mercado. Com o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PES CART) lançado pela extinta SUDEPE- Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- foi realizada uma série de incentivos para introdução de novas técnicas de captura e processamento do pescado, não sendo dado o devido destaque e consideração às contribuições culturais que a comunidade de pescadores artesanais possuem, com o impressionante acúmulo de conhecimento tradicional sobre a atividade e os recursos naturais. Dessa forma, sem desenvolver um extensionismo fundado em uma dialética produtiva com os protagonistas do setor, os resultados alcançados não foram muito expressivos e permanentes.

Segundo Pereira (1997), ainda em relação às transformações sofridas nesta comunidade, a atividade religiosa entre os moradores e pescadores de Itaipu dividiu-se entre protestantes, predominantemente da Assembleia de Deus, e católicos. Dentro das tradições dos pescadores, os “batizados” das canoas, imprimiam traços da religião da umbanda. No entanto, este ritual não é mais frequente. A mudança da identidade religiosa tem impactos na cultura do pescador, uma vez que uma das maiores comemorações da comunidade são as festas para São Pedro, padroeiro dos pescadores no Catolicismo, e para São Sebastião, padroeiro de Itaipu.

Itaipu ainda sofre com as transformações no uso do espaço, uma vez que era um lugar exclusivamente de uso dos pescadores para reparar suas redes, pintar seus barcos, para a “puxada” e para deixar os barcos na areia, a praia vem sendo “invadida” por mesas e cadeiras, barracas etc. O conflito sobre este uso é visível, principalmente em dias de sol e calor, onde o número de banhistas, barracas, cadeiras e mesas é bastante elevado e os pescadores tentam expor suas pescarias na areia para possíveis compradores.

Diante destes fatos, percebe-se que o pescador vem submetendo-se a transformações que tendem a distanciá-lo de sua imagem tradicional. O futuro dessa população talvez tenha na sua identidade o alicerce para que sobreviva às pressões da modernidade e que possivelmente essa identidade esteja em transformação para que as pressões da modernidade diante do “ser tradicional” sejam sentidas de forma minimizada.

3. Justificativa

A relação causal entre mudança no ambiente e saúde humana é complexa por ser muitas vezes indireta, deslocada no tempo e no espaço, dependente de forças modificadoras (WHO, 2005). No entanto, fica claro que se tais mudanças vão de encontro ao equilíbrio do ecossistema o qual há uma relação de dependência, cria-se uma condição de insustentabilidade da vida.

Durante o curso da história, a tarefa mais importante da humanidade tem sido a tentativa da descoberta de uma maneira de extrair, dos diferentes ecossistemas onde vivem os seres humanos, recursos suficientes para a manutenção da vida – alimentação, vestuário, habitação, energia e outros bem materiais. De fato, o problema para as sociedades humanas tem sido equilibrar suas necessidades diversas (muitas vezes fogem às necessidades de sobrevivência), em oposição à capacidade dos ecossistemas de suportar as pressões resultantes.

No entanto, ao observarmos mudanças no estilo de vida causadas pela modernidade, estas podem levar a uma perda da identidade social, principalmente em “comunidades tradicionais”, muitas vezes encaradas como já obsoletas ao modelo de desenvolvimento atual. Esta condição faz com que o levantamento dos fatores condicionantes e determinantes socioambientais seja ainda mais relevante, sendo possível inferir na população quais os “indicadores” para o estabelecimento de uma condição de saúde na sua maneira mais ampla. No entanto, ao percebermos que no processo histórico como um todo, há uma constante reconstrução de identidades, ou seja, estamos sempre vivenciando perdas de certas condições de vida e identidade para construção de outras. O que vale lembrar é que na modernidade, muitas vezes estas mudanças são colocadas de maneira ofensiva a determinadas populações mais “vulneráveis”, não sendo, portanto, uma questão de escolha e sim de imposição.

Em relação a isto, o médico e epidemiologista McMichael retrata no livro *Human Frontiers and Disease: Past Patterns, Uncertain Futures* (2001) as projeções e constatações da manutenção das questões de injustiça e iniquidade uma vez que os padrões de vida, consumo e modelo de desenvolvimento forem também mantidos, onde as pressões por mudanças e alterações de valores, crenças e tradições acabam por afetar apenas partes da sociedade, não ocorrendo de maneira igualitária e até mesmo justa. Desta forma, como Porto (2005;2007) coloca em diversos trabalhos, uma parcela da população sofrerá mais profundamente com as consequências da falta de limites do

processo de desenvolvimento econômico, tendo implicações nas questões ambientais e sociais, configurando as “populações de risco”.

Sendo assim, em trabalho desenvolvido por Barbosa (2004) na comunidade de Itaipu – Niterói/RJ fica claro que há uma busca essencial, comum aos seres humanos, de uma identidade propiciada pela tradição e os valores mantidos pela dinâmica da organização do trabalho, onde as mudanças significativas e constantes destas sociedades ditas “tradicionais” acabam por inviabilizar. Como consequência, alguns destes pescadores apresentaram depressões e outros acometimentos psicossomáticos relacionados ao estado emocional da redução ou perda da sua atividade, consequência de problemas como lixo, pouca participação política, excesso de pessoas em decorrência do turismo, levantados pelos próprios pescadores.

Ainda em relação à identidade do pescador, Duarte (1999) frisa que este possui uma identidade social paradoxal, existindo o homem que contribui e é orgulhoso de assim fazer e o outro com uma consciência aguda e amarga de uma responsabilidade pessoal, que é sobrepujada ao vencer as intempéries do mar e do mercado. Sendo assim, há de considerar este lado dúbio da identificação da atividade da pesca por parte dos caiçaras, onde muitas vezes podem se sentir atraídos a mudar de profissão, tamanhas as dificuldades em desenvolver a atividade na qual se identifica.

Uma vez traçado este paralelo entre ambiente em transformação e saúde e bem-estar, torna-se de extrema importância investigar e analisar as representações dos sujeitos em questão e quais suas expectativas em relação ao desempenho de atividades tradicionais na conjuntura da sociedade moderna atual. A este levantamento, soma-se a necessidade de conhecer as implicações destas mudanças na saúde e bem-estar, desencadeadas por transições na qualidade de vida da população.

4. Pergunta de Pesquisa

Qual a representação social da população de pescadores artesanais de Itaipu – Niterói/RJ (Colônia Z-7) sobre os determinantes socioambientais em saúde? Como as mudanças sofridas nos últimos tempos interferem na relação trabalho-vida-saúde da população local? E o que vislumbram como propostas para melhoria das suas condições de trabalho-vida-saúde considerando estes determinantes socioambientais?

5. Objetivos

5.1 Objetivo Geral

Levantar junto à população de pescadores artesanais de Itaipu – Niterói/RJ (Colônia Z-7) a representação de saúde e de seus determinantes bem como as mudanças vêm interferindo na relação trabalho-vida-saúde e as propostas para melhorias destas condições à luz dos determinantes socioambientais.

5.2 Objetivos Específicos

- Levantar junto à população de pescadores artesanais de Itaipu – Niterói/RJ (Colônia Z-7) sua representação de saúde;
- Levantar na população de estudo sua percepção dos determinantes socioambientais de saúde;
- Levantar nesta população como são percebidas as mudanças na relação trabalho-vida-saúde ocorridas nos últimos anos em relação à queda quali e quantitativa na pesca;
- Levantar como estas mudanças interferiram/interferem nas condições de bem-estar e qualidade de vida da população de pescadores artesanais de Itaipu-Niterói/RJ;
- Levantar o que vislumbram como propostas para melhoria das suas condições de trabalho-vida-saúde considerando estes determinantes socioambientais.

6. Metodologia

6.1 As Ciências Sociais no campo da Saúde

Neste trabalho, temos como base a metodologia qualitativa em que se pretende compreender os fenômenos sociais que estão apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo dos atores sociais e suas ações. Minayo (2003) apoia as pesquisas no campo das ciências sociais segundo algumas características de extrema relevância, são elas:

1) o objeto das ciências sociais é histórico, uma vez que as sociedades humanas estão relacionadas ao espaço, com formação social e configuração são específicas. Para Minayo, ao vivermos o presente, este está marcado pelo passado e, posteriormente, será projetado para o futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que está sendo construído;

2) o objeto de estudo das ciências sociais é a consciência histórica, estando esta, referenciada ao nível da consciência histórica social;

3) existe uma identidade entre sujeito e objeto, pois a pesquisa na área de ciências sociais está relacionada aos seres humanos que, pelas mais diversas razões, possuem características semelhantes com o próprio pesquisador;

4) ele é intrínseco e extrinsecamente ideológico. Para a autora, na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudo se estabelece definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento;

5) ele é essencialmente qualitativa. As pesquisas baseadas nas ciências sociais abordam o conjunto das expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações.

Sendo assim, as pesquisas qualitativas estão inseridas numa modalidade que procuram responder questões muito particulares, tanto individual como coletivamente (Duarte, 2009). Trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, não sendo reduzidos às abordagens quantitativas (Minayo, 2004). Neste processo de interação, os grupos acabam sendo socialmente regidos por uma ideologia dominante, que é induzida por uma série de fatores, de cunho político, religioso, fazendo com que as pessoas que fazem parte deste contexto reproduzam o que

aprendem nesses ambientes, compartilhando-o no meio social na qual estão inseridas, estabelecendo o senso comum. (Duarte, 2009).

Ao se buscar aprofundar o estudo destas representações sociais, temos como base o trabalho nas comunidades, principalmente se tratando daquelas vulneráveis, onde atravessam os campos da psicanálise, sociologia, psicologia social entre outros. A representação social busca compreender e comunicar aquilo que é conhecido, porém elas podem limitar e orientar o universo de possibilidades disponíveis, no entanto, segundo Moscovici (2003), elas podem não ser as mesmas para todos os membros da sociedade do senso comum, mas possibilitam identificar uma série de aspectos psicológicos e socioculturais relacionados aos mais diversos eventos, como os de saúde, elaborados pelos sujeitos sociais associados à realidade na qual estão inseridos.

Neste sentido, vemos estabelecidos alguns discursos que podem ser produzidos por membros de uma mesma comunidade. Tais discursos, entretanto, não reduzem o indivíduo a um mero representante do que se pensa nesta comunidade, faz-se necessário estabelecer que os indivíduos possuem uma pluralidade de discursos sobre os mais diversos temas, podendo estes convergirem ou divergirem ideologicamente, não sendo gerados conflitos quanto às análises dos discursos.

Para coletar as impressões dos atores, foi realizado um estudo qualitativo utilizando como instrumento a entrevista semiestruturada, onde se tem um processo interativo entre duas pessoas: o entrevistador, que tem por objetivo obter as informações por parte do outro, o entrevistado. Para isto, foram selecionados cerca de 50% do total de pescadores registrados na Colônia Z-7, apesar de nesta metodologia não haver uma preocupação com os aspectos quantitativos, porém buscar-se-á um número de entrevistados que possam representar a coletividade da população pescadores artesanais de Itaipu –Niterói/RJ.

Critérios básicos para a amostragem nesse tipo de pesquisa são propostos por Minayo (2004), a saber a definição clara do grupo social mais relevante para as entrevistas, não se esgotar enquanto não delinear o quadro empírico do estudo, prever um processo de inclusão de novas descobertas do campo e seu confronto com a teoria e, por último, multiplicar as tentativas de abordagem.

A autora coloca ainda que “(...) o número de pessoas é menos importante do que a teimosia de enxergar a questão sob várias perspectivas, pontos de vista e de observação. A questão da validade dessa amostragem está na sua capacidade de objetivar o objeto empiricamente, em todas as suas dimensões” (Minayo, 2004).

Na metodologia qualitativa, ao contrário da quantitativa, temos como objeto o pensamento coletivo, que fica severamente deformado à medida que se procura enquadrar moldes quantitativos, como no caso de questionários de respostas já definidas pelo pesquisador, reduzindo à escolha (até mesmo imposta) de uma alternativa de resposta dentro de um rol de alternativas prefixadas, às vezes de maneira arbitrária. Sendo assim, para que se chegue ao objetivo da pesquisa qualitativa, torna-se necessário ter uma metodologia de base indutiva, capaz de recuperar e registrar os pensamentos contidos nessa consciência.

No entanto, dentro desta estratégia de pesquisa, é necessário ter em mente que a fonte de viés se localiza tanto nos fatores externos ao observador, tais como o roteiro e o informante ou entrevistado. Além disso, ao buscar-se objetividade, mesmo ela sendo inatingível e de certa forma não sendo ideal nesta metodologia, podemos modificar o real original, em que para reduzi-la, é preciso ter em mente que o real não é captável como num espelho, mas sim fazemos leituras desta realidade, numa posição relativista, além de entender os vieses como um fenômeno universal, sendo tarefa do pesquisador conhecê-los para poder prevenir sua ocorrência, quando possível.

Evidentemente, as fontes de vieses no campo da subjetividade podem ser, de alguma forma, controladas através do conhecimento dos fatores que interferem nas interpretações dos dados, protagonizados pelo informante, onde o uso sistemático de dados de outras fontes relacionadas pode levar a uma análise mais aprofundada da consistência e validade das informações.

6.2 Entrevistas

A entrevista semiestruturada é um dos principais instrumentos que o pesquisador utiliza na pesquisa social com abordagem qualitativa. Nessa metodologia é possível que os entrevistados tenham liberdade e espontaneidade nas suas respostas, enriquecendo, assim, a investigação a ser realizada.

Minayo (2004) aponta aspectos importantes sobre o método da entrevista onde alguns conflitos e contradições são visualizados, colocando-a num patamar de não neutralidade no momento da coleta de dados. Uma das abordagens feitas por Minayo (2004) se dá sobre a palavra como símbolo de comunicação. Nesse aspecto, a entrevista configura-se como um instrumento privilegiado de coleta de dados nas ciências sociais, inclusive naquelas aplicadas ao campo da saúde coletiva, tendo-se a possibilidade de

que a fala seja reveladora das condições estruturais, dos sistemas de valores, normas e símbolos e, ao mesmo tempo, possa transmitir as representações de determinados grupos em condições socioeconômicas, culturais e históricas específicas. A segunda abordagem de Minayo (2004) sobre esta metodologia revela-se na interação entre o pesquisador e os atores sociais no campo. Nesse aspecto, a entrevista não é simplesmente uma coleta de dados, mas configura-se como a possibilidade de interação entre pesquisador/pesquisado, sendo possível tornar essa relação ainda mais rica quando se tem contato com a cultura e os costumes de uma determinada comunidade ou sociedade. No entanto, as informações que os participantes da pesquisa fornecem podem ser afetadas pela relação do pesquisado com o pesquisador, podendo sofrer interferências por sentimentos e impressões deste diante o convívio na coleta de dados.

Sendo assim, foi empregada a técnica de entrevista semi-estruturada com uso de gravador, estabelecendo-se um diálogo informal com o entrevistado, tendo por base um roteiro, com as seguintes perguntas:

- 1) *O Sr se considera uma pessoa saudável? Por quê?*
- 2) *Quais são os fatores que fazem o Sr se sentir (ou não) saudável?*
- 3) *A pesca tem alguma relação com sua saúde? Como?*
- 4) *Como o Sr percebe a pesca nos últimos anos?*
- 5) *O Sr percebe alguma mudança significativa em relação à vida da comunidade e da região de Itaipu nos últimos anos?*
- 6) *Tal cenário mudou sua condição de vida? Sua realização profissional? E pessoal?*
- 7) *Quais seriam as melhorias na sua comunidade para evitar tais?*

Na pergunta 1 pretendeu-se levantar as representações dos indivíduos quanto o que se define como saudável, estando incorporado o conceito de saúde, uma vez que a definição de “saudável” no Dicionário Houaiss designa 1. *Que é bom para a saúde; salutar (hábitos)* 2. *Que tem saúde (pessoa)*. Busca-se compreender como a saúde e o imaginário do “ser saudável” em relação ao que os determina na pergunta 2, onde os “fatores que fazem” são os mesmo que determinam ou condicionam tal estado. A pergunta 3 tem por finalidade levantar se os indivíduos associam e/ou entendem a pesca

como um fator de influência na sua saúde, estando aberta à interpretação unicamente biofísica ou até mesmo aos aspectos psicossociais desta atividade.

A pergunta 4 está relacionada ao histórico de transformações socioambientais que tem relação com a atividade de pesca, estando associada aos possíveis fatores que os indivíduos percebem como determinantes para as mudanças da relação trabalho-vida-saúde nas últimas décadas. A pergunta 5 relaciona-se com o objetivo de levantar como eles percebem as mudanças sociais e ambientais, passadas e presentes e, a pergunta 6, abrange os aspectos de bem-estar, qualidade de vida, identidade profissional e realização pessoal que a atividade da pesca tem influência, demonstrando como esta população está vinculada à sua atividade laboral e, assim, nesta relação de trabalho-vida-saúde. E, finalmente, na pergunta 7 é tratada a questão das demandas e preocupações futuras nos aspectos relacionados à saúde na visão destes atores, trazendo seu ponto de vista de quais as possíveis ações no campo da atenção à saúde por entidades governamentais (ou não) para esta comunidade de Itaipu.

6.3 Discurso do Sujeito Coletivo

Para levantar as representações dos pescadores, conforme a metodologia de Lefèvre e Lefèvre (2003), cada entrevistado revelará um universo de ideias que está para além de si próprio como indivíduo, reproduzindo um discurso que é coletivo, não sendo condição primordial trabalhar com lideranças comunitárias, mas sim de considerar cada indivíduo como inserido no contexto profissional e pessoal da totalidade dos pescadores artesanais de Itaipu – Niterói/RJ, onde estes construirão os discursos coletivos desta população. No entanto, variáveis como idade, escolaridade, nível socioeconômico, atuação na colônia (liderança política, por exemplo) entre outras serão levantadas para que se busque avaliar se os discursos se distinguem pela interferência de algumas destas variáveis.

No método do Discurso do Sujeito Coletivo trabalha-se com representações sociais, onde se encara as sociedades humanas como possuidores de duas dimensões, a objetiva (realidades materiais) e outra subjetiva (simbólica, ideológica), ao mesmo tempo que é coletiva.

A Teoria do Senso Comum trabalha exatamente com estas representações coletivas, que possuem como fonte os depoimentos de indivíduos, já que para melhor

compreendermos as sociedades humanas, há uma grande necessidade de pesquisa e investigação destas representações. O DSC é um instrumento de pesquisa que viabiliza este levantamento, num resgate coletivo das representações sociais, no entanto ele não é o único a realizar esta função. Buscam-se neste método as representações através da sua verbalização, onde a opinião ou posicionamento utiliza matrizes discursivas disponíveis num determinado momento histórico, porém as representações não necessariamente são geradas nos indivíduos propriamente ditos, enquanto fenômenos. Sendo estes indivíduos sujeitos sociais, a vivência no meio social interage com a matriz produzindo esta opinião individual, o conhecimento, neste sentido, é socialmente compartilhado.

A pesquisa de representação social acaba realizando esta *reconstrução* usando os indivíduos como veículos, no entanto, ele é recuperado enquanto sujeito individual uma vez que ele possui um discurso que se enquadra em um dos diversos encontrados na comunidade em questão. O DSC torna visíveis estas representações sociais, de maneira qualitativa, com a reconstrução das representações como entidades qualitativas (discursos), quanto de forma quantitativa, uma vez que se levanta o peso, ou seja, o número de indivíduos por representação.

Segundo Lefèvre e Lefèvre, 2003, os variados discursos coletivos que se pretende resgatar em uma pesquisa são reconstruídos a partir de expressões chaves (ECHs). Estas são fragmentos de discursos individuais, trechos ou transcrições literais desses discursos, reveladoras da representação social do fenômeno em estudo. Para eles, todo discurso tem uma ou mais ideias centrais (ICs). As ideias centrais são o sentido de cada discurso analisado e de cada conjunto homogêneo de ECHs, não se constituindo em interpretações, mas em descrições desse sentido.

As respostas obtidas com as entrevistas realizadas foram introduzidas no programa de informática Qualiquantsoft versão 1c, ferramenta organizadora e tabuladora dos dados que o pesquisador seleciona, facultando-lhe maior operacionalidade para a construção dos discursos. Com o auxílio dessa ferramenta, serão resgatadas em sua literalidade as ECHs das respostas e, a partir daí, extraídas as ICs presentes nas mesmas. Na sequência, serão agrupadas as ICs de sentido equivalente ou complementar e elaborada uma ICsíntese para cada grupo criado. Em seguida, para cada um dos grupos de ICsíntese, serão reunidas as ECHs correspondentes, as quais serão integradas de maneira a que formem um texto, um discurso, constituindo um único DSC para cada agrupamento.

O presente trabalho foi assim submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública CEP/ENSP da Fundação Oswaldo Cruz tendo sido aprovado no dia 08/07/2010 sob o número de protocolo de pesquisa 88/10.

7. Resultados e Discussão

Num período de 30 dias, anteriormente à etapa de entrevistas, foi realizada fase explanatória através da observação do cotidiano da população de pescadores artesanais de Itaipu bem como contato com representantes da Colônia de Pescadores Z7 – Itaipu, uma vez que esta é a entidade que representa legalmente a comunidade, sendo apresentados os objetivos e metodologia do estudo, assim como a operacionalização do trabalho de campo.

Ainda nesta fase de levantamentos prévios, o Presidente da Colônia forneceu algumas informações sobre a sistemática de filiações e demandas da comunidade representada. A Colônia Z7, representante não só de Itaipu, mas também de Piratininga, Camboinhas, Itacoatiara, Itaipuaçu, Maricá e Ponta Negra, possui no total 935 pescadores registrados, porém em Itaipu, especificamente, o número não chega a 50 pescadores. Com taxa de inscrição de R\$7 e mensalidade de R\$5, o nível de inadimplência é bastante alto, chegando a mais de 80%, sendo justificado, segundo a Colônia Z7, pela redução cada vez maior de pescado, quali e quantitativamente, e, com isso, a queda na renda dos pescadores.

Um dos problemas levantados pela Colônia que se mostra bastante relevante para os pescadores diz respeito ao título dos terrenos localizados na praia de Itaipu e estão categorizados como Patrimônio da União, sendo apenas dada a posse para estes. No entanto, devido aos problemas da pesca, e sua conseqüente redução, e à especulação imobiliária, a maioria dos moradores destas terras não são mais pescadores, passando a residirem em outros bairros como Barreto, Engenhoca, Pendotiba e até outras cidades, como São Gonçalo e Maricá, localizados a até uma hora de Itaipu.

Em relação à pesca, a comunidade de Itaipu ainda permanece sendo realizada de maneira artesanal, havendo ainda um aspecto familiar das equipes de trabalho: muitos são os barcos em quês os pescadores possuem algum grau de parentesco, como irmãos, primos, cunhados, filhos etc. Nesse sentido, a grande maioria dos pescadores ingressou na atividade da pesca ainda na adolescência e, até mesmo, infância, onde mesmo pescadores com pouca idade já possuem muito tempo na pesca. A atividade ainda é prioritariamente masculina, porém as mulheres, como esposas, filhas, noras, assumem a atividade em temporadas como a da lula, camarão, espada, que acontecem no verão.

Nesta mesma época, alguns pescadores de outras regiões e mesmo aqueles que levam a pesca como atividade esportiva também passam a integrar a comunidade. Neste último caso, a grande maioria não é filiada à Colônia Z7 e deixam seus barcos na praia durante todo o ano na areia da praia, fato de grande perturbação para os pescadores artesanais que permanecem ali para sua sobrevivência. Os pescadores de Itaipu não possuem o costume de irem para outras regiões para desenvolverem tal atividade, mesmo no caso da temporada de, por exemplo, camarão da vizinha Maricá.

As artes de pesca utilizadas são “linha” e “rede”, nos barcos menores e a remo, e o “arrastão”, nos barcos maiores com motores muitas vezes, sendo neste caso uma atividade realizada em grupos, até mesmo com pescadores “contratados” e familiares. Não há, necessariamente neste caso, um contrato de trabalho entre o dono do barco e os seus “ajudantes”, sendo o pagamento feito através do rateio dos peixes capturados. No caso da “rede” e do “arrastão”, parte da jornada de trabalho é dedicada à confecção e ao conserto das malhas e redes, fazendo com que grupos de pescadores permaneçam durante o restante do dia na praia, mesmo após da atividade da pesca. Já os pescadores de “linha”, precisam de boas iscas, como lulas, que na época de fartura (verão) têm o preço de R\$3 ou R\$4 o kilo, porém quando são raras (inverno), o preço pode chegar a R\$30/kilo.

Além destas modalidades de pesca, ainda existe aquela industrial, em que um dono de barco, nesse caso a traineira, contrata outros pescadores para realizar a atividade da pesca, na maioria das vezes em alto mar, durante 10 a 15 dias. Neste tipo de pescaria, os barcos possuem contratos com grandes empresas de enlatados e conservados, como as de sardinha, atum, para repassar o estoque capturado. No caso dos pescadores contratados (de 15 a 20 por embarcação), alguns possuem registro em carteira e têm seus benefícios assegurados, já a maioria acaba sendo “subempregado”, em condições, muitas vezes, insalubres dentro dos barcos, já que os custos de uma embarcação como a traineira são bastante elevados, incluindo combustível, alimentação e gelo, além da manutenção de equipamentos como o sonar.

Os pescadores iniciam suas atividades por volta das 4h a 5h da manhã, com o retorno da pescaria, por volta das 8h-9h da manhã, os pescadores vendem os peixes na praia diretamente para banhistas ou para os atravessadores, que encaminham o peixe para caminhões frigoríficos para vendê-los em outras regiões de Niterói e no Rio de Janeiro. Alguns destes pescadores também realizam “rateio” para comprar gelo e aluguel de frete para levar o peixe para ser vendido também em Niterói e no Rio de

Janeiro. Não existe nenhum tipo de frigorífico para conservar os peixes, fazendo com que necessariamente o pescado seja vendido no dia da pesca, sendo o preço reduzido conforme o avançar do dia, para que não haja prejuízos para os pescadores diante de um esforço de pesca já realizado. Em consequência da redução massiva da pesca em termos quali e quantitativos, muitos destes pescadores retornam para a pescaria durante o dia, porém, durante o inverno principalmente, não há uma boa circulação de frequentadores da Praia para comprar os peixes.

Para que o pescador seja registrado na Colônia, este deve ser registrado na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP e, pelo menos deveria, ter licença de arrais no Ministério da Marinha junto à Capitania dos Portos, porém, mesmo após pedidos da Colônia em 2008, segundo o Presidente da própria, há aproximadamente 10 anos não são realizados cursos em Itaipu pela Capitania, onde aqueles que se interessam em ter tal registro, devem se deslocar para a sede da Colônia Z8 em Jurujuba/Niterói ou na própria Capitania dos Portos no centro do município do Rio de Janeiro. Esse é um fato de grande preocupação para a comunidade de pescadores e, ao que parece, para a Colônia Z7.

A sede da Colônia Z7 localiza-se na praça principal de Itaipu (Figura 7) com uma construção recente, porém, no período do campo, estava em obra. No mesmo local existe ainda um *lan house* numa sala “cedida” pela Colônia, e duas salas com ambulatório e sala de curativos alocando os profissionais da ESF (Figura 8) para atendimento da população. No entanto, apenas aqueles que residem nas imediações da praia são atendidos por estes profissionais, não podendo ter acesso aos medicamentos e aos tratamentos de prevenção preconizados pela Estratégia de Saúde da Família.



Figura 7: Colônia Z7 – Itaipu



Figura 8: Ambulatório da ESF – Itaipu: sala cedida pela Colônia Z7

Em relação também às preocupações, ultimamente a comunidade de Itaipu vem sofrendo com a falta de informações sobre o Projeto Orla. O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da

sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MPOG). Segundo o Ministério do Meio Ambiente, suas ações buscam o “ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade”. No entanto, a preocupação com uma série de consequências, como o aumento da especulação imobiliária (ocupação da orla por hotéis e condomínios de luxo), a redução de áreas de preservação ambiental, a retirada dos restaurantes que compram os peixes dos próprios pescadores artesanais que, muitas vezes, são das famílias destes trabalhadores, sendo uma fonte extra de renda, levou à organização da comunidade a requerer uma Audiência Pública com as autoridades envolvidas no processo de execução do projeto, sendo realizada no dia 30 de abril de 2009, na Câmara Municipal de Niterói (Figura 8). Neste evento, estavam presentes a Associação dos Comerciantes e Moradores da Praia de Itaipu (Acompi) e a Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu (Alpapi), que foram incluídas como representantes da comunidade, uma vez houve uma falta de representação da comunidade na condução do Projeto Orla.



Figura 9: Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Niterói – 30/04/2010
(Fonte: Agência Petroleira de Notícias - www.apn.org.br / acesso em 27/08/2010)

A descentralização da representatividade dos pescadores reflete um conflito de interesses entre a Colônia e os próprios pescadores de Itaipu. Fato este que fica comprovado na falta de articulação entre a Colônia e órgãos de fomento de incentivo à atividade pesqueira, como a própria SEAP, Ministérios, Secretarias Municipais e Estaduais, para proporcionar alguns benefícios como Seguro Defeso, Seguro Desemprego, Bolsa Família, abertura de crédito e financiamento para compra de

materiais para pesca, como motores, construção de embarcações e a implantação de pequenos frigoríficos e unidades de beneficiamento, entre outras ações estruturantes. Esses benefícios são contemplados nas práticas do Ministério de Pesca e Aquicultura para pescadores artesanais, com intuito de realizar “políticas de inclusão social, geração de renda e agregação de valor ao pescado, priorizam a melhoria do trabalho e da vida desses trabalhadores” (<http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal>). No entanto, há essa necessidade de intermediação da Colônia com os órgãos responsáveis por tais incentivos à atividade da pesca artesanal.



Figura 10 – Quiosques na Praia de Itaipu



Figura 11 – Comércio na Praia de Itaipu



Figura 12 – Mesas na Praia de Itaipu: ao fundo Morro das Andorinhas



Figura 13 – Pesca submarina na Praia de Itaipu



Figura 14 – Espaço na Praia de Itaipu: pescadores x comércio



Figura 15 – Venda do pescado na Praia de Itaipu



Figura 16 – “Estacionamento” dos barcos nas areias da Praia de Itaipu



Figura 17 – Visão geral da Praia de Itaipu: barcos, comércio, comunidade, Morro das Andorinhas

As entrevistas propriamente ditas ocorreram na Praia de Itaipu, entre os dias 24 de agosto de 2010 e 14 de setembro de 2010, sendo entrevistados 15 pescadores, 14 deles homens e apenas 1 mulher. Esta, apesar de ser filiada e estar permanentemente na atividade da pesca, trabalha basicamente como atravessadora dos pescados oriundos de outros pescadores e, somente no verão, atua como pescadora propriamente dita.

Após este período, houve tentativas de realizar outras entrevistas, fazendo com que houvesse uma maior possibilidade de discursos da comunidade e, assim, as visões desta sobre os temas abordados. No entanto, condições climáticas, com um longo período de chuvas que impossibilitava a realização das entrevistas na praia, e a disponibilidade dos pescadores foram as principais dificuldades para realizá-las, já que com a aproximação do verão, há um maior número de banhistas e, assim, compradores, fazendo com que os pescadores estejam mais ocupados não só com a pesca como também com a venda do pescado. Neste sentido, em visita feita no dia 19 de novembro de 2011, pode-se observar uma mudança significativa em relação ao período de inverno, onde com a maior abundância de peixes, inclusive de “espadas” (indicativa de início do período de “boa pesca”), visualmente havia um maior número de pescadores, inclusive

mulheres, acompanhado de um aumento numérico de barcos no mar. Cadeiras dos bares encontravam-se espalhadas por toda a extensão da praia, acabando por travar uma disputa por espaço com os pescadores, que se restringiam a uma pequena área da areia, bastante próxima ao mar. Acompanhado do aumento do número de banhistas e frequentadores, foi possível perceber um acréscimo na sujeira encontrada nas areias, com destaque para fezes de animais, restos de peixes, garrafas, copos, sacos plásticos, oferendas religiosas, entre outros.

A faixa etária dos entrevistados variou de 28 a 74 anos, com tempo de atividade de pesca de 10 a 66 anos. Em relação ao nível de escolaridade, a maioria (9/15) possui apenas o antigo “primeiro grau”, hoje, Ensino Fundamental incompleto. Todos os pescadores entrevistados eram filiados à Colônia de Z7, porém a maioria tem pouco tempo de filiação comparado ao tempo de pesca, sendo que tal registro fora realizado principalmente no período em que havia distribuição de benefícios como Seguro Defeso, Seguro Desemprego e Bolsa Família através da Colônia, sendo obrigatório tal cadastro. A renda mensal declarada destes variou de R\$400 a R\$1000, correspondendo, segundo os relatos, aos períodos de inverno e verão, respectivamente. Neste último, há a ocorrência de fartura na pesca com a pesca da espada, da corvina entre outros, o que faz a renda destes trabalhadores duplicar ou até mesmo triplicar. O próprio turismo faz com que o pescado seja vendido para os restaurantes da região, fato que não ocorre no período de inverno.

Em relação à arte empregada, os pescadores entrevistados eram em grande maioria realizadores da pesca “de rede” e “de arrastão”, onde apenas um destes era empregado de uma traineira, ou seja, inserido na pesca industrial, apesar de ter sido iniciado na pesca artesanal e ter registro na Colônia.

As entrevistas ocorreram em duas situações: nos primeiros dias, houve grande interesse dos pescadores em participar da pesquisa, fazendo com que enquanto um deles era entrevistado, outros participavam, até mesmo dando um direcionamento diferenciado às perguntas, o que pode ter gerado algum viés e num segundo momento, as entrevistas foram feitas individualmente, sem que outros pescadores participassem. As entrevistas foram feitas durante o intervalo da pescaria ou enquanto alguns pescadores estavam vendendo o peixe ou então realizando o conserto das redes e malhas.

As entrevistas foram transcritas priorizando as falas mais relevantes apesar do fato da grande maioria utilizar as perguntas como uma forma de expor seus pontos de

vista sobre a organização da comunidade e da Colônia, aspectos políticos, que, *a priori*, não estavam contemplados nos objetivos da pesquisa.

As questões e seus referidos discursos serão apresentados a seguir.

Questão 1 – *O senhor/A senhora se considera uma pessoa saudável? Por quê?*

IC 1 – Se sente saudável porque nunca teve problemas graves de saúde.

DSC 1 – “Sim, sim. Sou saudável sim. Aham, saudável. Me considero, lógico! Com certeza. Eu me considero sim, nunca tive problema nenhum de saúde. Nunca tive problema mais grave de saúde, ficar doente todo mundo fica, em tudo quanto é lugar. O pescador ainda guarda boa saúde. Fica doente, mas normal. Por enquanto até agora não tive problema. Já fiz exames, vários exames. Nunca tive nada de problema de saúde, nunca tomei remédio assim por muito tempo. ”

Ancoragem 1 - O sentimento de ser saudável é entendido como a ausência de agravos de saúde.

IC 2 - Se sente saudável apesar de apresentar problemas de saúde, sérios ou não.

DSC 2 - "Considero, né. Considero sim. Sou sim. Só que tem mais menos uns 3 anos q eu comecei a sentir bastante dor na coluna, na perna. Sinto muita dor. Apesar que eu já tive uns problemas de pressão, pressão alta. Fisicamente? Fisicamente assim... Um probleminha de saúde que eu tive, mas sou. Eu sou saudável. Minha pressão é alta, mas é boa a saúde. Fora esse problema que eu tenho de coluna, sou, graças a Deus."

Ancoragem 2 - Tal sentimento de ser saudável está além de haver agravos à saúde.

Nesta primeira pergunta, todos os pescadores relataram que se sentiam numa condição de “ser saudável”, mesmo aqueles que descreveram alguns acometimentos de saúde, relacionados ou não à pesca. A percepção de saúde neste caso configura-se como sendo positiva, onde possíveis agravos não perturbam a sensação de “ser saudável”. Tal fato pode ser explicado já que todos os entrevistados estavam realizando suas atividades

normalmente, não havendo nenhum tipo de impedimento para tal, além de haver o acesso aos serviços de saúde como medicamentos e tratamentos, fazendo destes fatores desencadeadores de tal sentimento. Em demais trabalhos sobre percepção de saúde (Barros e Nahas, 2001; Fonseca *et al*, 2008), principalmente aqueles de aspecto epidemiológico, estes são fatores importantes na análise da percepção do estado de saúde que pode variar de acordo com as experiências sociais de cada indivíduo e com a disponibilidade dos serviços sociais e de saúde.

Sabe-se que a percepção de saúde envolve aspectos subjetivos e, portanto, é de se esperar, neste caso, que haja diferenças entre a percepção de pescadores que nunca passaram por eventos de agravos à saúde daqueles que nunca tiveram tal experiência. No entanto, o que se percebe é que nas duas situações ainda há uma perspectiva positiva desta visão, o que pode representar que estes pescadores ao estarem exercendo a atividade da pesca, acabam por se considerarem plenamente satisfeitos com sua situação de trabalho-vida e, assim, de saúde. As condições então de vida, desta forma, que seriam responsáveis pela manutenção desta sensação de “ser saudável” seria unicamente permanecer nesta atividade. Nesta situação, variáveis quanto à faixa etária, sexo, renda, escolaridade e mesmo a existência de doenças crônicas não exercem influência na percepção de saúde destes pescadores, uma vez que, no caso dos entrevistados, não há nenhuma restrição que perturbe a execução da atividade da pesca.

Quanto à representatividade destes discursos dentro da amostra, o DSC 1 esteve presente em 11 dos 15 dos discursos individuais, enquanto o DSC 2 em apenas 4 destes. Este proporção demonstra que os pescadores de Itaipu consideram-se saudáveis, já que a maioria nunca teve acometimentos de saúde de maior gravidade. Tal fato faz com que concluamos que devido a uma série de fatores inerentes (ou não) à atividade da pesca, o pescador ainda dispõe de uma sensação de ter boa saúde.

Questão 2 – *Quais são os fatores que fazem o senhor/a senhora se sentir (ou não) saudável?*

IC 1 - A pesca e seus costumes fazem com que se tenha saúde.

DSC 1 – “Eu me cuidando e estar sempre trabalhando. A gente, com a pesca tem uma vida mais saudável. Fica nessa vida de acordar cedo, pescar, comer bem, bastante peixe, quase não como carne vermelha.”

Ancoragem 1 - A pesca determina a sensação de saúde por si só e pelos seus costumes.

IC 2 - A pesca ajuda na saúde pelo exercício físico.

DSC 2 - "Acho que a pesca melhora muito a nossa saúde. Acaba que a gente faz exercício físico mesmo, como remar, correr na areia, nadar. O que ajuda também é pescar, a gente acaba fazendo exercício físico, usa muita força, sabe? A gente com a pesca tem uma vida mais saudável."

Ancoragem 2 - A pesca determina a sensação de saúde por envolver exercícios físicos na sua atividade.

IC 3 - A identidade com a atividade da pesca faz com que o pescador se sinta saudável.

DSC 3 - "Isso aqui é até melhor pra mim, faz bem. Porque eu me sinto melhor, me distrai mais, uma higienezinha mental que a vida tá bem... A gente se controla mais, é um serviço um pouco pesado, mas é um serviço que assim... A mim, me acalma. Eu gosto da pesca, eu sei viver da pesca, já trabalhei em vários lugares, mas eu aqui eu me sinto melhor. Eu me sinto mais saudável".

Ancoragem 3 - O pescador tem a sensação de estar saudável ao pescar, uma vez que esta atividade é sua identidade social.

Nesta questão percebe-se que, em relação ao que faz com que os pescadores se sentissem saudáveis ou não, todos relacionaram à questão da pesca, de maneira positiva ao influenciar sua saúde. As condições da própria atividade, a alimentação e a identidade foram relacionadas à determinação do processo de saúde-doença, fazendo com que a condição de “ser saudável” seja indissociável da atividade da pesca como prática laboral, identidade cultural, meio social, etc.

A partir destas percepções temos a confirmação que a pesca é o fator que determina a sensação de “ser saudável”, em que mesmo sem ser feita referência à pesca,

de maneira espontânea, os entrevistados relacionaram a questão da saúde a esta atividade.

Em relação ao peso de cada discurso dentre os entrevistados, tanto o DSC 1 quanto o DSC 2 estiveram presentes em 7 dos 15 discursos individuais, demonstrando que a determinação da saúde está mais relacionado à percepção de que a pesca contribui positivamente tanto por seus costumes (acordar cedo, alimentação) e os exercícios físicos realizados durante a atividade. O DSC 3, relacionado à identidade da pesca, foi citado apenas por 1 entrevistado, demonstrando a importância da identificação com a atividade da pesca para que aspectos psicológicos e, assim, de saúde sejam influenciados positivamente.

Questão 3 – A pesca tem alguma relação com sua saúde? Como?

IC 1 - Pesca influencia positivamente.

DSC 1 - "A pesca ajuda muito a saúde dos pescador. O pescador ainda guarda boa saúde. Pescador faz muito esforço físico, sabe? Tem a ver por causa do exercício, acordar cedo e tal, tem que trabalhar, um trabalho que você sempre tem que estar com disposição. A gente faz exercício, acorda cedo, come bem, bastante peixe. Porque quando eu pesco direto eu até emagreço! Faço muito exercício: pega barco, põe na água, rema, puxa rede, puxa poita (*âncora*), rema de novo... Porque a gente nada, carrega barco aqui na praia, corre. É muito trabalho físico. Também tem a coisa do prazer de pescar, a gente fica feliz quando pesca e vem aquele monte de peixe na rede, é bonito de se ver. Sem contar a higiene mental de estar trabalhando no que a gente gosta, que faz a gente feliz mesmo”.

Ancoragem 1 - A pesca é um fator positivamente determinante para a sensação de "ser saudável" dos pescadores.

IC 2 - Pesca influencia negativamente.

DSC 2 - "Tem o problema do sol. A gente fica o dia todo aqui debaixo desse sol e aí fica cheio de mancha. Toda hora também pega resfriado porque a gente trabalha no

tempo, né? Pega sol e chuva direto. Difícil não pegar uma gripe aqui outra ali. Pescador não tem mais o que fazer não. É que nem esses caras pega sol, vive de carvão, vive de plantação, eles vão vivendo. (...) na pesca se a gente não tomar um pouquinho de precaução, às vezes contrai câncer de pele, velhice precoce, porque pega muito sol, inala muito sal”.

Ancoragem 2 - A pesca é um fator determinante para o desencadeamento dos agravos à saúde dos pescadores.

IC 3 - Pesca tem os dois lados: positivo e negativo.

DSC 3 - "Eu me sinto bem, mas só que a maioria dos pescadores acaba assim mesmo, sempre com problema. Tirando esse lado bom, a pescaria tem dado muito estresse. A gente não saber se vai ter peixe pra pescar, se vai conseguir vender, ainda mais nesse inverno que não tem banhista. A pesca sempre foi boa pra minha saúde, normal, né? Como todos nós temos, mas infelizmente me afetou. Em relação à pesca, a gente acorda muito cedo, é uma vida muito sofrida. A base de uma boa alimentação. Mas isso depende, depende. (...) tem um que parou de pescar aí apareceu câncer no pulmão dele. Todo dia entrava, remava, é um exercício. É o sol, a pessoa tá acostumada a pegar um sol aí para, quando pega um solzinho já sente, começa a ficar todo vermelho, com mancha estranha no corpo, aconteceu muito isso. Se eu pesco, acabo fazendo um monte de exercícios, tipo remar, nadar, carregar barco. Tem gente que tem problema na coluna por causa disso."

Ancoragem 3 - A atividade da pesca influencia tanto positiva quanto negativamente na saúde dos pescadores, sendo por um lado um aspecto positivo, por trazer benefícios físicos e psicológicos, quanto negativo por trazer agravos à saúde dos pescadores.

Nesta questão observa-se que os pescadores artesanais de Itaipu percebem que a pesca tem uma estreita relação com sua saúde, seja de maneira positiva e/ou negativa. No entanto, o histórico de vida pessoal faz com que esta percepção seja distinta, sendo relacionada às experiências individuais com agravos ou benefícios à saúde através da atividade da pesca.

No DSC 1 é possível percebermos que há uma forte ligação da dimensão positiva da pesca em relação à saúde pela questão do esforço físico de tal atividade, dos costumes e da identidade social destes com a pesca, corroborando que esta atividade é definidora das características sociais da população. Neste caso, o DSC 1 teve um peso de 6 dos 15 entrevistados, demonstrando preponderantemente um visão positiva da pesca em relação à saúde, e com isso ao bem estar da população. Já o DSC 2 teve uma representatividade dentro da amostra de apenas 3 dos 15, onde a percepção que a pesca é um fator que influencia negativamente a saúde dos pescadores não é preponderante. Apesar disso, os agravos apresentados como consequência da atividade da pesca são aqueles relacionados ao esforço repetitivo (LER) ou exposição ao sol e outros fatores climáticos, levando à redução da imunidade de tais indivíduos, aumentando a vulnerabilidade biológica dos pescadores a doenças sazonais como gripes e resfriados. O DSC 3 representa a percepção de que a pesca possui estas duas perspectivas: tanto a positiva quanto a negativa. Os aspectos positivos, como no DSC 1, são aqueles relacionados ao exercício físico da atividade em si, os costumes e a identidade com a pesca, já aqueles negativos relacionam-se, assim como o DSC 2, com as lesões e agravos consequentes da atividades da pesca, entendendo-se nesta categorias também os aspectos psicológicos da atividade, como a depressão decorrente do afastamento da pescaria. Neste último DSC foram 6 dos 15 entrevistados que apresentaram tal percepção.

Questão 4 – Como o senhor / a senhora percebe a pesca nos últimos anos?

IC 1 - Mudança negativa - Redução da pesca, especulação imobiliária, poluição, pesca industrial.

DSC 1 - "É, antigamente tinham muitos peixes, vários tipos de peixe. E hoje, é o que outros pescadores vão dizer pra você, que não tem. Ultimamente as coisas estão muito difíceis. Além da questão da redução da quantidade de peixe, ainda tem a poluição, a especulação imobiliária. Agora tá muito difícil fazer uma boa pescaria. A gente fica um dia inteiro pra pegar meia dúzia de peixe, esses bagres, esses peixes ruins. Olha, tem piorado muito. Tem tido a dragagem da Baía de Guanabara, sabe? E eles vêm jogar o lixo todo aqui na nossa praia. Fica o fundo do mar todo cheio de lixo, daquela terra fininha e cheia de óleo. Acaba com nossos peixes de fundo, os ainda pequenos, acaba

com a pesca. Tá ficando cada vez mais difícil viver da pesca aqui. Meu pai que era pescador aqui conta que tinha muita fartura de peixe, corvina, espada. Tinha também mais comprador, porque tinha mais banhista. A praia era mais limpa. A lagoa era de uma água clarinha. A pesca tá muito difícil. A pesca teve muita mudança, muita escassez, né? De peixe, né? Os peixes foi se retirando daqui da costa, a pesca de fora vem atrapalhando, essas pescas de muitas indústrias grandes, que vem crescendo essa tecnologia avançada, né? Tá piorando. Hoje em dia é muito aparelho pro peixe, o peixe corre muito. O peixe hoje em dia se você não tiver... Hoje em dia tem o sonar. A pesca diminui, a cada dia que passa, diminui mais ainda. Mudou muito por causa das redes. As redes acabam com a pescaria, antigamente a gente ia ali e matava muitos peixes, hoje em dia muita rede largada, esses barcos grandes aí, eles vêm cercam a gente... Não respeitam. Agora a gente tem menos peixe. A poluição também aumentou muito, esses barcos todos aí que trazem o lixo da Baía de Guanabara. Sem contar as traineiras que levam tudo, a rede deles é enorme e vai lá no fundo, acaba com os peixes de profundidade. Isso tudo junto tá acabando com a nossa pesca."

Ancoragem 1 - As mudanças observadas pelos atores são relacionadas à redução na qualidade e na quantidade da pesca e suas consequências na vida dos pescadores.

IC 2 - Mudança negativa - Falta de apoio/ fiscalização governo.

DSC 2 - "Agora estamos muito sem apoio do governo. Essas secretarias todas aí, sabe? De vir aqui ver o que a gente precisa. Assistir, não vem. Podiam vir aqui participar com a gente, ver o que é a pesca mesmo. Mas a Água de Niterói não faz um trabalho de primeira e nós que pescamos na Lagoa, tem uns dois anos que não dá camarão bom ali. Pescador é uma classe muito esquecida, sem valor, benefício, o benefício que nós recebíamos do governo, não sei, se eu tô falando sem saber, mas creio que foi o governo que tirou."

Ancoragem 2 - A falta de apoio e/ou fiscalização por parte do governo traz uma sensação de desamparado, sendo uma das mudanças observadas pela comunidade durante estes últimos anos que tiveram consequências na pesca e na qualidade de vida da população.

Nas questões referentes ao histórico de transformações socioambientais que tem relação com a atividade de pesca, é possível perceber, de uma maneira geral, que na visão destes atores a pesca vem passando por transformações negativas devido aos impactos das atividades humanas na região. Poluição e pesca predatória são apontados como os principais problemas ambientais que afetam a queda vertiginosa da pesca, tanto em qualidade como em quantidade, nos últimos anos. Este aspecto é levantado como uma consequência das pressões de grandes empresas e do descaso das agências governamentais de controle ambiental, urbanístico e da própria pesca. Outro aspecto pertinente às mudanças sofridas na comunidade tem relação com a falta de apoio governamental em amparar esta comunidade tanto na forma de auxílios pessoais, como o Seguro Defeso e o Seguro Desemprego, como também na sua função de fiscalizar a região para que a pesca não seja prejudicada pela ação predatória da pesca industrial, da poluição, da especulação imobiliária etc.

Quanto aos discursos levantados, o DSC 1 foi aquele que teve uma maior representatividade, chegando 12 dos 15 discursos individuais, o que leva a observarmos que as mudanças referentes à queda quali e quantitativa da pesca foram aquelas mais sentidas pela população de pescadores artesanais de Itaipu, interferindo de maneira direta na sua qualidade de vida e no seu bem estar. Já o DSC 2 esteve presente em 3 destes discursos, porém, por poder estar relacionado a problemas emergentes da pesca nos últimos anos, sugere-se que os pescadores vêm sofrendo uma pressão no que tange à sua atividade com a total falta de atenção de órgãos governamentais, que poderiam viabilizar condições para manutenção da pesca enquanto trabalho, vida e identidade social.

Questão 5 – *O/A senhor/a percebe alguma mudança significativa em relação à vida da comunidade e da região nos últimos anos?*

IC 1 - Mudança negativa - Redução da pesca.

DSC 1 - "Não aparece os peixes que apareciam antigamente, entende? Isso fez com que a vida das pessoas mudasse muita coisa. Mas têm muitos aí, que hoje em dia, por causa da pesca, têm que trabalhar mais, né? Como ela veio fracassando, aí tiveram que trabalhar mais, né. Não é da falta de dinheiro, é da falta de pescado mesmo, faltam pessoas pra trabalharem nessa pescaria de arrastão. Era uma pescaria muito grande aqui

em Itaipu, mas hoje em dia só tem 2. Eles (*barcos de grande porte*) rodando aqui, não é só um que fica com sonar ligado, e vai ligando aqui e ali e os peixes vão partindo e a gente que fica na mão.

Ancoragem 1 - As mudanças negativas foram sentidas em relação à queda da produção pesqueira já que esta atividade vem sendo impactada por fatores como poluição, pesca predatória e industrial, etc.

IC 2 - Mudança negativa -Redução no número de pescadores.

DSC 2 - "Infelizmente não tem mais tanto pescador, por falta de política. Todos eram pescadores, mas muitos foram procurar outras profissões, pescar em outras colônias, procurar barcos de pescas. É isso que eu te falei, vi muita gente saindo da pesca pela falta de peixe. Muita gente foi virar pedreiro, garçom desses restaurantes aí, foi virar “escravo” de patrão, dono de barco. Os pescadores foram deixando de pescar e indo trabalhar em Niterói, no Rio. Mas teve gente aí que ficou bem mal. Passando necessidade, quase fome mesmo. Só tinha o peixe mesmo pra comer e mais nada. Aí a família passando necessidade, você tem que fazer qualquer coisa. Teve gente saindo da pesca por causa disso."

Ancoragem 2 - A redução do número de pescadores artesanais, como consequência da queda da produção pesqueira, foi uma mudança sentida nesta comunidade, fazendo-os buscarem novas atividades.

IC 3 - Mudança negativa - Venda de casas na comunidade.

DSC 3 - "A gente teve que vender nossas casas porque não tinha incentivo pra gente continuar aqui. A maioria foi lá pra São Gonçalo, pra Avenida Central. Como eu sou nascido e criado aqui, eu vi tudo mudando. Até aqui as casas foram a maioria vendidas pelos pescadores."

Ancoragem 3 - Como uma consequência da necessidade da busca por atividades mais rentáveis e da especulação imobiliária, muitos pescadores venderam suas casas na comunidade.

IC 4 - Mudança negativa - Falta de auxílio/apoio governamental.

DSC 4 - "Antigamente tinha o Auxílio Desemprego, o Seguro Defeso, que a gente ganhava um salário por mês. De uns dois anos pra cá não tem mais nada. Questão financeira. É. Às vezes."

Ancoragem 4 - A redução dos auxílios do governo trouxe mudanças negativas à comunidade, que além de terem uma redução da produção, perderam tais benefícios.

IC 5 - Mudança negativa - Redução do número de banhistas/compradores.

DSC 5 - "A gente que pesca todos os dias, de segunda a segunda, fica um pouco difícil. Porque durante a semana é ruim, final de semana é bem melhor, muitos estão de folga, estão em casa, vem comprar um peixe, mas também isso é cedo, se você chegar depois do meio dia, 1h, você já não alcança mais ninguém. No verão não, tem gente, bastante gente."

Ancoragem 5 - Devido à poluição e uma série de fatores, foi percebida uma redução de frequentadores de Itaipu que são os compradores do pescado da comunidade.

IC 6 - Não houve mudança.

DSC 6 – "Continua a mesma coisa, mudou nada, isso aí não mudou nada."

Ancoragem 6 - Não foram sentidas mudanças na comunidade.

A percepção dos pescadores artesanais de Itaipu, segundo os discursos individuais, é de que as mudanças na vida da comunidade nos últimos anos são predominantemente negativas. Estas mudanças perpassam por questões como a redução

da pesca propriamente dita e suas consequências na vida da comunidade, até questões como a venda das casas, a falta de apoio do governo e a queda no número de frequentadores da praia. O que se deve reparar, entretanto, é que de uma forma direta ou indireta, tais relacionam-se com a pesca, seja como atividade laboral (“meio de vida”), identidade social, etc. Desta forma, as pressões sociais e ambientais tendem a levar a uma percepção de redução na qualidade de vida e no bem estar da população, com implicações sobre os indivíduos e sua saúde e, assim, para os pescadores artesanais de Itaipu enquanto grupo social, devidamente dotados de uma identidade que relaciona trabalho-vida-saúde, onde as decorrências de uma má condição de desenvolver a atividade que o define acaba por trazer uma sensação de redução do bem estar.

Apesar de ter havido a apresentação de um discurso (DSC 6) que nega a existência de mudanças na vida comunidade, este foi pouco significativo tanto no aspecto numérico, com apenas 1 entrevistado, como no aspecto da qualidade do discurso, já que este mesmo enumera uma série de possíveis mudanças, todas negativas, conforme o desenvolvimento do discurso individual (entrevistado 11). Os discursos DSC 1, DSC 2, DSC 3, DSC 4 e DSC 5 tiveram, respectivamente, os seguintes dentro do grupo de entrevistados: 4, 5, 2 e 2.

Questão 6 – *Tal cenário mudou sua condição de vida? Sua realização profissional? E pessoal?*

IC 1 - Não houve mudança na sua própria vida, apenas observaram as mudanças.

DSC 1 - "A maioria dos pescadores tem problema. Mas assim vai indo, às vezes tem, às vezes não tem. E assim vai indo. A minha vida propriamente dita não, até porque eu sou bombeiro também, mas de muitos dos pescadores mudou sim. A minha vida não muito porque eu nunca deixei a pescaria. Nem penso em sair, isso aqui é minha vida. Meu pai era pescador, meu avô também. Não sei fazer outra coisa. Nem gosto de outras coisas. Eu sou um dos mais velhos aqui e vi muita coisa mudar. Nunca deixei de pescar porque gosto disso aqui. A minha vida não, não mudou nada. Mas teve gente aí que ficou bem mal. Passando necessidade, quase fome mesmo. Só tinha o peixe mesmo pra comer e mais nada. Aí a família passando necessidade, você tem que fazer qualquer coisa. Teve gente saindo da pesca por causa disso."

Ancoragem 1 - As condições de vida, realização profissional e pessoal não foram modificados.

IC 2 - Mudança negativa - Aumento na jornada de trabalho.

DSC 2 - "A gente tem que sair de casa ainda de madrugada pra vir pescar, saio de casa 3:30 da manhã. Chego aqui entre 4h e 4:30 e vou pro mar. Eu já tô querendo voltar pra Itaipu, porque eu tô achando que tô trabalhando muito em traineira e tô ganhando pouco. Não sabe ele que os caras acordam de noite, até 7, 8 horas da manhã(..). A gente que pesca todos os dias, de segunda a segunda, fica um pouco difícil."

Ancoragem 2 - A mudança sentida teve um aspecto negativo com o aumento da jornada de trabalho e, assim, do esforço de pesca.

IC 3 - Mudança negativa – Falta de auxílio / descaso do Governo

DSC 3 - "Antigamente tinha o Auxílio Desemprego, o Seguro Defeso, que a gente ganhava 1 salário por mês. De uns dois anos pra cá não tem mais nada."

Ancoragem 3 - O descaso do Governo em assistir a comunidade como um todo foi visto como uma mudança negativa na condição de vida.

IC 4 - Mudança negativa - Dificuldade financeira.

DSC 4 - "Questão financeira. É. Às vezes. (...) Você fica com contas a pagar (...)"

Ancoragem 4 - A redução da pesca levou a condições de vida mais precárias quanto ao aspecto financeiro

IC 5 - Mudança negativa - Necessidade de buscar outras ocupações/ fontes de renda.

DSC 5 - "Muita gente foi virar pedreiro, garçom desses restaurantes aí, foi virar “escravo” de patrão, dono de barco. Até se arrependeram depois, de vender casa, barco. mudou muito. Tive que arranjar uns bicos aí por fora, principalmente no inverno que a pesca é pior. E muitos outros fazem a mesma coisa. A maioria dos pescadores venderam as casas que tinham aqui. Venderam pra poder procurar fazer outra coisa. A maioria que abandonou a pesca era morador daqui e foram vendendo. Às vezes eu tenho que procurar outra atividade pra fazer, pra complementar, quando a pesca fica na escassez, assim o tempo fica meio ruinzinho, o mar fica meio bravio, eu sempre procuro sair pro outro lado, até controlar, mas não é fugindo da pesca."

Ancoragem 5 - A redução do volume e na qualidade da pesca levou alguns pescadores a procurar outras atividades que servissem como uma fonte alternativa de renda.

Em relação às consequências das mudanças na pesca, na vida, saúde, bem estar e qualidade de vida das pessoas, a maioria revelou que houve uma redução das condições de “bem viver” em geral. Como num círculo vicioso, a queda na produção pesqueira da comunidade leva à redução da renda, aumento nas jornadas de trabalho, busca de “bicos” para complementar a renda, queda na qualidade de vida em geral. Apesar de ter havido um discurso em que se foi colocada uma posição de distanciamento dos problemas acarretados pelas mudanças na comunidade (DSC 1), a maioria se colocou numa perspectiva coletiva, sendo raramente relatados problemas individuais, com o emprego da terceira pessoa como uma forma de demonstração deste fato. Poucos fizeram referência a problemas pessoais, sendo uma característica importante desta comunidade, os problemas são coletivos, mesmo que eles não venham acometer todos os indivíduos diretamente.

O aumento da jornada de trabalho (DSC 2) configura-se como consequência da redução dos estoques pesqueiros, que, ameaçados pela pesca predatória e industrial e a poluição, acabam por reduzir a capacidade de captura diante do esforço de pesca. Tal situação faz com que seja necessário o incremento de horas no mar, levando a consequências físicas, como lesões ortopédicas (LER), doenças oportunistas (gripes, resfriados) e de exposição ao sol e a outros fatores climáticos, além de consequências

psicológicas, desencadeadas pelo estresse diante da expectativa de realizar uma “boa pescaria” e das incertezas deste processo.

No DSC 3, é colocado que a falta de incentivos à manutenção da atividade da pesca pelo governo e como de auxílios durante o período em que a pesca é proibida devido à procriação das espécies (Seguro desemprego – Modalidade pescador artesanal) são um fatores apontados como sendo responsáveis pela desistência de alguns pescadores a permanecerem em tal atividade. Caso permaneçam nesta atividade, há uma exacerbação das dificuldades financeiras (DSC 4), colocando à prova a capacidade destes trabalhadores conseguirem sustentar suas famílias apenas com os rendimentos provenientes da pesca. Neste sentido, muitos que relataram terem uma atividade paralela à pesca (DSC 5) demonstraram não se identificarem com o “trabalho extra”, sendo esta condição de sair da pescaria um fator desencadeador de situações de depressão, tristeza e, com isso, agravos à saúde.

Apesar de haver uma situação em que estes problemas estão relacionados uns aos outros como numa reação em cascata, os discursos coletivos tiveram proporções diferenciadas segundo a população amostrada, onde 5 dos 15 apresentaram a percepção conforme ancoragem do DSC1. Já DSC 2 e o DSC 5 apresentaram-se, cada um, em 4 dos 15 discursos individuais e os DSC 3 e DSC 4 foram aqueles com uma representatividade de apenas 3 das representações dos indivíduos cada.

Questão 7 – Quais seriam as melhorias na sua comunidade para evitar tais problemas?

IC 1 - Cuidados, fiscalização e incentivos na pesca.

DSC 1 - "Não pegar os peixes pequenos, entendeu? Esses peixinhos pequenos que tem pegam aí, não pegar. Porque eu acho assim, a nossa pescaria é pescaria de linha, é pescaria de rede, é pescaria de arrastão. Mas só que quando o arrastão chega, solta aqueles peixinhos, né? É pescaria de muitos anos, muito tempo. Isso aí eu acho que o governo deveria fiscalizar mais esses barcos que entram na nossa praia pra jogar lixo. Tem também as traineiras que acabam com o nossos pescados. Vem com aquela coisa de sonda que dá choque nos peixes e espanta tudo. As traineiras parar de entrar aí, pra poder a pesca melhorar. E organizar aqui, ter um frigorífico pra gente poder guardar o

peixe na época que tem pescaria boa pra não vender o peixe barato demais, isso tudo aí se melhorasse seria muito bom, tanto pra saúde quanto pra parte financeira. . Eu acho que falta aqui é comércio, comércio pra aguentar, né? Tempo de peixe. Não tem comércio.”

Ancoragem 1 - As demandas são aquelas relacionadas diretamente com a pesca, inclusive fiscalização da pesca predatória, organização e montagem de frigoríficos e depósitos.

IC 2 - Auxílio do Governo.

DSC 2 - "Acho que só com o incentivo do governo que a coisa vai poder melhorar. Acho que aqui só mesmo com uma coisa do governo, sabe? A gente sempre esperou as coisas que eles prometiam na época da eleição, e nunca fizeram nada. (...) tinha que ter um investimento do governo federal. Olha, se tivesse aqui um financiamento, alguma coisa pra melhorar a nossa pesca, pra ir buscar, pra gente poder ir um pouquinho mais longe, já era uma grande ajuda.”

Ancoragem 2 - Sugestão de que o Governo tenha uma maior inserção na comunidade como um facilitador das melhorias para esta.

IC 3 - Implementação da Reserva Extrativista Marinha.

DSC 3 - "A reserva seria uma boa. Pra gente não deixar essas traineiras virem aqui na nossa praia e acabar com o peixe. A gente tem que ir lá fora, depois das ilhas, pra poder encontrar algum peixe. Se faz a reserva, esses barcos não vão poder passar aqui pra dentro. Vão ter que ir lá pra fora pra poder pescar. Aí os nossos pescadores vão continuar e a fatura vai voltar. Fala-se muito aqui em reserva. A reserva era proteger o nosso pescado, eu acho interessante essa reserva sim, na realidade, para nós. Pra poder ter peixe encostado, pra evolução maior, acho que só assim que melhoraria. Era ser essa reserva, ia melhorar muito. Ia ser melhor, o resto Deus que sabe. Essa reserva aí seria

boa. Pra gente pelo menos. Porque ia controlar os barcos que pescam aí. Pra melhorar a quantidade de pescado. Até aqueles peixes que não tem mais iam aparecer de novo."

Ancoragem 3 - Criação da RESEX-MAR Itaipu com o objetivo de regulamentar a atividade da pesca, dando maior incentivo àquela tradicional e fiscalização daquela predatória.

IC 4 - Organização Social.

DSC 4 - "Acho que primeiro a gente tem que se unir e aí a gente poder cobrar da Colônia. Isso aí é uma coisa que eu falo, a gente tem que se unir. A Colônia não faz nada pela gente. Fica vendo os interesses só deles."

Ancoragem 4 - Demanda de organização da própria comunidade para reivindicar melhorias junto à Colônia e aos mais diversos órgãos governamentais.

IC 5 - Implementação do Projeto Orla.

DSC 5 - "A única preocupação nossa é que esse Projeto Orla venha beneficiar a sociedade e aqui os pescadores."

Ancoragem 5 - Demandas relacionadas ao Projeto Orla, sob a forma de incentivos diversos à atividade da pesca e à comunidade.

No levantamento sobre as demandas futuras nesta população com a finalidade de mitigar os problemas já apontados durante a entrevista, percebe-se que, apesar das nuances que distinguem tais discursos, de uma forma geral estes são bastante semelhantes, já que relatam melhorias basicamente sobre a atividade pesqueira da comunidade de Itaipu. As percepções distintas sobre a ação que seria mais eficaz nesse melhoramento fazem com que seja possível vislumbrarmos o que tem sido colocado apresentado à população como estratégia de desenvolvimento da situação da pesca.

No DSC 1, que corresponde a 4 dos 15 discursos individuais, observa-se que para melhoria na qualidade de vida e bem estar da população há que se investir em aspectos estritamente relacionados ao suporte à pesca, com a fiscalização para reprimir a pesca predatória, o respeito ao período de defeso por parte dos pescadores da região, melhoria na infraestrutura da pesca, com montagem de frigorífico e possibilidade de transporte para a venda de pescado em outras regiões, incentivando o comércio deste produto. Já no DSC 2, a percepção coletiva é de que a intervenção governamental seria a melhor forma para o que os incentivos à pesca fossem realizados, com atenção especial à abertura de crédito para compra de equipamentos e de distribuição de auxílios, que já cansados de promessas em campanhas eleitorais, demandam por políticas eficientes por parte destes. Nesse caso, houve uma representatividade de 4 dos 15 entrevistados.

Como sugestão, houve a citação da criação da Reserva Extrativista Marinha (RESEX-MAR) de Itaipu, como possível via para inibir a pesca industrial nos arredores da enseada de Itaipu e incentivar a pesca propriamente artesanal. Neste sentido, com a redução da pesca predatória/industrial, haveria a possibilidade de uma pronta reposição dos estoques pesqueiros, reestabelecendo de tal maneira que a situação de fartura retornaria à comunidade. Este discurso coletivo (DSC 3) esteve presente numa proporção de 4 em cada 15 entrevistados.

Além destas, existe a percepção dentre os pescadores entrevistados da necessidade de haver uma mobilização por parte destes para seja feita uma pressão junto a Colônia, para que esta represente verdadeiramente os interesses coletivos, alheia às disputas pessoais e de cunho político. Tal aspecto deixa claro que há uma grande divergência de importâncias entre a comunidade de pescadores e a Colônia enquanto sua representante, sendo citado pelos entrevistados que a ALPAPI – Associação Livre dos Pescadores da Praia de Itaipu- seria aquela mais próxima na defesa dos interesses coletivos, porém, por não ser oficialmente a representação dos pescadores de Itaipu, não teria poder decisório junto aos órgãos governamentais e, assim, “titular” nas tomadas de decisão da comunidade. Este discurso corresponde ao DSC 4, com uma representatividade de 13% (2/15) dos discursos dos entrevistados.

Finalmente, o DSC 5 corresponde à proposta de implementação do Projeto Orla. Neste discurso fica claro que a falta de informações claras e oficiais sobre os passos deste projeto é uma grande preocupação e, apesar de não ter sido apontado de forma massiva pelos pescadores artesanais nesta questão (apenas 1 ou 6%) este é um dos

assuntos mais comentados na comunidade atualmente. As lideranças são apontadas como realizadoras deste diálogo com os órgãos responsáveis pelo projeto em si, porém pouco se vê de informação via Colônia ou mesmo Associação. A possibilidade de que o Projeto seja positivo para a comunidade também é levado em conta, porém o perigo iminente de que sejam removidos da praia e, assim, da sua atividade, faz com que muito estejam receosos do que as três esferas do governo planejam para a região.

Ainda durante o período de entrevistas, diante de alguns problemas que surgiram na comunidade, os pescadores relaram que não há um empenho das autoridades de Saúde e Ambiente no sentido que fossem ouvidos, já que as reivindicações por parte dos pescadores, normalmente é ignorada. Dentre esses problemas estava o dos vetores de diversas doenças, como ratos, gatos e cachorros que coabitam com os pescadores em meio ao lixo deixado na praia pelos banhistas, ou mesmo via maré. Outro problema diz respeito a estratégias de informação ao banhista realizada pela Prefeitura conhecida “Operação Verão”, que há quase 20 anos, segundo os relatos, não ocorre na região de Itaipu.

Diante desta demanda, através desta pesquisa foi realizado pedido oficial, intermediado por esta pesquisadora entre Colônia e Secretaria de Municipal de Saúde de Niterói através do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses e o de Informação, Educação e Comunicação em Saúde (IEC) para limpeza da região da praia de Itaipu e posterior palestra, respectivamente, na sede da Colônia Z-7 Itaipu para a divulgação de informações ambientais em saúde, como via efetiva de prevenção de doenças. A primeira etapa foi concluída assim que o pedido foi feito, com a limpeza dos “quartos de pesca” e dos barcos “estacionados” na praia, que eram verdadeiros criadouros de ratos e outros vetores. Infelizmente não foi possível fazer o registro visual desta ação, por ter sido feita num dia que esta pesquisadora não estava na comunidade, porém ao retornar à comunidade foi possível ouvir os relatos da eficácia (e prontidão) do pedido feito pela “pesquisadora da Fiocruz”. A segunda etapa dos pedidos será realizada posteriormente à defesa desta tese, porém fica o registro de que o pedido foi feito pela Colônia através de documentação oficial ainda no ano de 2010, mais precisamente em dezembro, tendo sido marcada a palestra apenas para abril, após período de recesso/férias e Carnaval dos funcionários da Secretaria de Saúde de Niterói. Nesta palestra serão distribuídos alguns panfletos educativos (Anexo) com o intuito de promover e multiplicar o conhecimento sobre a prevenção de doenças.

Sobre o Projeto Orla, em visita em meados de outubro à Secretaria de Urbanismo de Niterói, órgão na esfera municipal responsável pelo projeto na orla niteroiense como um todo, houve a informação que ainda estaria acontecendo a fase de articulação entre os diversos envolvidos (governos nas três esferas e sociedade civil, além de órgãos da área ambiental, urbanístico, etc) para estabelecimento de demandas para a praia de Itaipu, considerando sua diversidade social, ambiental e cultural. Segundo tal entidade, tanto a Colônia Z7 como a ALPAPI e AMAPI estariam participando das negociações, visando a exposição das necessidades e idiossincrasias daquela comunidade afim de preservá-la diante das intervenções do projeto. Ainda em relação à participação civil no processo, foi montada uma “Rede de Discussão” sobre os passos do Projeto Orla, com link na própria página destinada ao Projeto no MMA (Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável). Este seria um grupo *online* de discussão, localizado sob o endereço <http://br.groups.yahoo.com/group/projetorla/>, criado em 2005 e, até janeiro de 2011, possuía 337 associados por todo o Brasil, com uma base de 10 a 220 mensagens mensais, porém com informações dos mais diversos temas (propaganda política, recortes jornalísticos, críticas pessoais, informes ambientais, etc), pouco informando sobre as ações do Projeto Orla em si.

Em visita feita à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Niterói, não fora possível levantar nenhuma informação sobre este Projeto, já que nenhum funcionário encontrado tinha ciência do Projeto Orla e de como tal secretaria estaria participando deste processo. Sobre a participação dos órgãos governamentais, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA- e o IBAMA seriam os centralizadores das demandas e decisões de agentes públicos e comunitários para elaboração de cenários e posterior apresentação das propostas dos Planos de Intervenção.

Para Minayo e Souza (1989), a partir da análise da representação social de saúde-doença de uma comunidade, há o levantamento de propostas aos planejadores em saúde, de forma que seja garantida a participação popular como princípio norteador para o desenvolvimento de um sistema de saúde realmente voltado às necessidades da população.

Segundo Cohn *et al* (1991), a explicitação das representações que a sociedade tem sobre a questão da saúde, e da vida de uma forma geral, são fundamentais para a instituição dos direitos, na medida em que evidencia as desigualdades sociais existentes.

Neste sentido, deve-se atribuir um sentido mais amplo sobre o espaço/território que cada cidadão se situa, não sendo restrito aos geográficos, dimensionando-o de maneira complexa conforme aspectos como a apropriação, poder e a identidade do indivíduo sobre determinado território (Monken *et al*, 2008). Este aspecto torna-se ainda mais importante quando falamos de “populações tradicionais”, que têm sua identidade referenciada a um território relacionado ao seu trabalho, onde, na realidade, se dão todas as dimensões e relações da tríade trabalho-vida-saúde.

À luz deste paradigma qualitativo e territorializado da Saúde Pública, a possibilidade de entender tais sujeitos como detentores de uma historicidade que reflete na sua identidade torna obrigatório que qualquer formulação sobre a promoção da saúde nesta comunidade envolva uma prática relacionada à atividade da pesca, como forma de trabalho e de vida dos pescadores. As intervenções neste sentido devem de certa forma respeitar a premissa de que os pescadores não estão alheios ao conhecimento, possuindo um saber baseado na sua vivência e que faz com que sua representação de como as mudanças podem trazer (trazem) prejuízos à sua condição de vida sejam bastante concretas.

A partir desta postura, de não entender os pescadores artesanais de Itaipu como sendo meros receptores de informações, talvez se tenha o primeiro passo para uma maior inserção da comunidade nas tomadas de decisões, reorientando, assim, os serviços de saúde, princípios estes baseados na própria Carta de Ottawa no que se refere ao processo de promoção da saúde, bem como atuando simultaneamente sobre os determinantes sociais da saúde dos mesmos.

Ainda em relação aos aspectos de promoção da saúde, a demanda da comunidade de pescadores por maiores intervenções de políticas públicas que visem a melhoria da qualidade da saúde corroboram os aspectos tratados na Segunda Conferência sobre Promoção da Saúde, na qual há que se construir políticas públicas saudáveis, favorecendo os pré-requisitos para o estabelecimento da saúde com os pressupostos de paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (MS/Brasil, 2002).

No que se refere aos DSS, as mudanças no estilo da comunidade de pescadores artesanais de Itaipu acabam por produzir transformações no âmbito ambiental, este

compreendido não só como aquele Natural como também aquelas condições de habitação, de trabalho e de vida, e, portanto, mudanças nos padrões de doenças. Sendo assim, vemos que há uma mudança em curso sobre tais condições, sem que sejam feitas consultas ou mesmo informações, de maneira que os modos de vida desta população sejam atropelados sem que sejam dadas alternativas de vida e trabalho de forma conjugada.

Em Sobral e Freitas (2010) percebe-se que ainda são escassas as ferramentas para que gestores na área de saúde (e ambiente) possam traçar as metas para que o ideal de equidade e justiça que baseiam o paradigma da Saúde Pública contemporânea seja alcançado. Neste trabalho são apontadas algumas estratégias de levantamentos de indicadores de DSS que visem integrar as inter-relações de saúde-ambiente nas políticas de promoção da saúde e bem-estar da população em geral. Para tal, enxergar estes dois temas torna-se de extrema importância uma vez que a degradação ambiental leva a repercussões que diretamente afetam a saúde e o bem-estar dos indivíduos. No caso de Itaipu observa-se que os pescadores artesanais que vivem-trabalham numa situação de total dependência dos recursos naturais, provedores das condições que viabilizam uma situação de “bem viver” daquela comunidade.

No entanto, ainda neste caminho do levantamento dos DSS, muito pouco de tem de trabalhos que conseguem relacionar saúde e ambiente (Sobral e Freitas, 2010), ficando restrita tal temática aos efeitos da poluição e mudanças climáticas na saúde dos indivíduos, ficando mais uma vez de fora os aspectos das mudanças ambientais locais. A situação da saúde dos pescadores de Itaipu, que se relaciona às condições de vida-trabalho resumidas na atividade de pesca, torna-se um exemplo do quanto as pressões das mudanças ambientais culminam em agravamentos à saúde de populações, onde de uma maneira direta ou indireta determinam a saúde e a situação de bem-estar não só dos pescadores, mas de toda a comunidade que está envolvida de alguma forma com a tradição da pesca e o ambiente.

Segundo o modelo de DSS adotado pela CNDSS (Dahlgren e Whitehead), a determinação individual de doenças se relaciona estreitamente com os macrodeterminantes social (e ambientais), tendo-se por objetivo assegurar a equidade em saúde, recomendando-se intervenções baseadas em evidências científicas com ações por meio de políticas e programas no combate às iniquidades em saúde. Para que tal situação seja alcançada em comunidades como a de Itaipu há que se enxergar as condições de saúde como aquelas que estão intimamente ligada à pesca e ao ambiente

como um todo, visto que os atores ali envolvidos se colocam numa condição de “dependência” destes, ao mesmo tempo que as questões macrodeterminantes, onde a situação social e econômica em diferentes níveis de abrangência (global, nacional, regional) alcançam e interferem na situação da qualidade ambiental e de serviços prestados pelos ecossistemas para que se dê verdadeiramente o bem-estar e a saúde para a população, indicando, assim, o tão desejado desenvolvimento sustentável.

A grande atenção dada pela CNDSS em levantar indicadores no seu último relatório em 2008 traz à tona que as preocupações com a “causa das causas” em saúde estão voltadas para condições de vida urbana, onde 80 indicadores foram na sua maioria focaram o modo de vida e seus desdobramentos socioeconômicos e ambientais, como a distribuição de renda, a questão da poluição, inclusive no tópico sobre “Condições de vida, trabalho e ambiente”. A negligência de entender os processos de vida-trabalho-saúde em meios “não urbanos” ou “não industriais” já nos dá indícios de uma tendência dos setores de saúde em não desenvolver políticas públicas eficazes para populações cada vez mais ameaçadas não só pelas mudanças ambientais, como também pelas transformações sociais impulsionadas pela modernidade.

Neste sentido, a necessidade de interpretar os dados de saúde desta comunidade como um reflexo das mudanças ambientais torna-se uma necessidade real, que, segundo a visão dos Enfoques Ecosistêmicos em Saúde, configuram os serviços dos ecossistemas como provedores da sustentação da vida não só na comunidade de Itaipu, como nas demais sociedades. A integração destas dimensões biológicas, socioeconômicas, de saúde e espacial/temporal são fundamentais para compreender como as mudanças no “estilo de vida” terão suas consequências na vida dos indivíduos, tendo estes um efeito cumulativo e até mesmo sinérgico.

A situação da população de pescadores, marcadamente afetada pelas condições de injustiça e iniquidade, configura-se em risco eminente de não mais existirem numa perspectiva de 20 a 30 anos futuros, uma vez que a tradição de seguir a atividade da pesca de “geração para geração” está sendo reduzida pela possibilidade de empregos mais estáveis e rentáveis fora da pesca. A possibilidade de escolha e liberdade, que também é destacado dentro do Enfoque Ecosistêmico em Saúde, acaba “vencida” pela força de um modelo de desenvolvimento que privilegia os padrões de consumo que exaurem os recursos naturais, reguladores dos processos como um todo, como daqueles de suporte à vida. Neste caso, o bem-estar desta comunidade estaria mais uma vez

ameaçado pela “amputação” dos benefícios não materiais obtidos dos ecossistemas, como a própria herança cultural.

O sentido de risco e vulnerabilidade neste contexto torna-se legítimo, já que a comunidade de pescadores de Itaipu não vislumbra nem tampouco é atingida por políticas públicas e práticas institucionais que articulem estratégias de promoção da saúde cujo enfoque seja a atividade da pesca. A emergência das discussões sobre o Projeto Orla, que a princípio traz em seu projeto para a região melhorias para a comunidade de pescadores, não deixa claro (ainda) quais as relações de poder e de empresas e até mesmo órgãos governamentais no “controle” da pesca e nas condições de vida da comunidade.

Neste sentido, Porto (2007) coloca que o entendimento das vulnerabilidades sociais é uma forma de compreender os riscos de uma forma integrada e contextualizada, colocando-se numa mesma escala de importância as questões éticas, políticas e técnicas que conformam a visualização e distribuição dos riscos nos territórios e a possibilidade das comunidades e populações de enfrentá-los. Talvez esta impossibilidade dos atores em analisar tais riscos de forma adequada seja a maior forma de injustiça, uma vez que há que se compreender que por detrás dos sistemas e modelos de produção está um modelo de desenvolvimento que prioriza a exacerbação dos recursos, a concentração de riquezas e a manutenção das iniquidades econômicas, sociais, ambientais e de saúde.

No caso de Itaipu podemos ver que há a percepção sobre os riscos desta comunidade diante não só da poluição como da prática da pesca industrial, que reduz de forma vertiginosa os estoques pesqueiros, trazendo uma série de prejuízos a esta comunidade que de maneira direta ou indireta necessita da pesca e do ambiente de uma forma geral para sobreviver. O que parece não ficar claro são as disputas por esse território, seja num aspecto local, entre os próprios pescadores e suas formas de poder nas tomadas de decisão, ou mesmo num caráter regional, onde empresas, organizações e o próprio poder público ainda não conseguem esclarecer os reais interesses na comunidade.

A emergência de projetos como o Orla levanta discussões da comunidade junto ao poder público a viabilidade de melhorias, porém não são dadas formas de que estes sejam protegidos de possíveis processos de especulação ou até mesmo pressão para que esta comunidade desapareça. O valor das terras, junto aos cartões postais mais famosos do Rio de Janeiro, passa a ser resumido ao poder de compra das empresas sobrepujando

os valores culturais e até mesmo o valor das pessoas que ali vivem, trabalham e vivenciam a realidade daquela comunidade.

A partir da compreensão que as vulnerabilidades sociais são decorrentes das injustiças e iniquidades torna-se visível que as questões dos riscos são inerentes às discriminações e desigualdades sociais, políticas, ambientais e de saúde. Uma vez que a comunidade de pescadores artesanais de Itaipu vivencia uma situação de risco eminente, na sua forma mais complexa, a inclusão desta população na rede de Justiça Ambiental pode ser uma via de mitigação dos possíveis riscos causados pela expansão dos interesses de instituições, organizações, empresas e mesmo do poder público em desestabilizar aquela comunidade a ponto desta ser totalmente retirada daquele local. A este fato soma-se o risco daqueles indivíduos expostos às condições de vida-trabalho que muitas vezes ferem a noção de salutar desta atividade, muitas vezes vinculada à prática de hábitos saudáveis, em um ambiente, a princípio, saudável.

A exemplo de algumas sociedades como as populações indígenas, os DSS devem ser incorporados como elemento central da ideologia e da vida cotidiana da sociedade, colocando a saúde num patamar mais holístico, representada pela terra, a natureza, a vida social e espiritual (Villar, 2007). Além destes valores tão essenciais à manutenção da vida, a saúde e seus determinantes devem ser vistos numa perspectiva verdadeiramente política, relacionadas com fatores desde experiências materiais, como habitação, trabalho, alimentação, fatores psicossociais, envolvidos nos valores e na identidade das populações bem como aqueles já conhecidos como os fatores biológicos.

Entender estes DSS é colocar a saúde como objeto das Ciências Sociais (Zioni e Westphal, 2007), onde a sociedade interroga sobre seus objetivos, como novas representações sobre si mesma, novos discursos sobre correlações entre homem/sociedade, homem/natureza, saúde/sociedade. Neste aspecto, as Ciências Sociais na Saúde coloca em discussão as condições sociais e de saúde com nível adequado de vida, quais são as prioridades e formas de intervenção, qual o nível de participação política do conjunto da sociedade na elaboração e implantação de políticas sociais, como são definidos e aplicados os direitos sociais, como são incorporadas identidades, experiências e direitos.

A abordagem sociológica em saúde trata-se da dualidade entre estrutura e ação, onde há uma opção clara pela segunda, definindo-se como sociologia da ação e dos movimentos sociais ou, mais contemporaneamente, como sociologia do sujeito ou da experiência social (Zioni e Westphal, 2007). As correntes teóricas sobre este assunto

privilegiam explicações sobre como a sociedade se transforma e não como a sociedade se reproduz ou quais os fatores e processos que determinam sua configuração, busca-se entender como a sociedade se produz.

Seguir num caminho contrário àquele que coloca a saúde como um “complexo médico industrial” ou mesmo como um “mercado privado” (Villar, 2007) torna-se uma necessidade pungente na promoção da saúde como ela deve ser executada, entender a “causa das causas” sob a forma de indicadores adaptados à realidade de cada localidade ou comunidade dá subsídios para a gestão eficiente dos serviços de saúde bem como para a manutenção dos serviços dos ecossistemas, sejam eles de provisão, suporte, regulação ou mesmo aqueles culturais, caminhando-se verdadeiramente para uma situação de justiça social, ambiental e de saúde.

8. Conclusões

Através deste trabalho foi possível perceber que, apesar da baixa escolaridade dos atores, há um vasto conhecimento sobre os aspectos socioambientais e políticos da comunidade, onde os "erros" de gramática e de concordância por parte da população não são impedimentos para uma ampla representação das suas condições de saúde. Situam os problemas ao nível da política geral de maneira local ou mesmo do país, como pôde ser observado, e entendem que a solução passa por uma transformação social ampla, inclusive com o engajamento político da comunidade. Observa-se, portanto, que de uma forma geral os pescadores artesanais de Itaipu têm uma representação positiva sobre a sua saúde, já que através da pesca enquanto costume/ritual e identidade social, possibilita uma sensação de “ser saudável” por parte destes, mesmo diante de alguns relatos de doenças crônicas ou não. Tal sensação pode ser explicada pela possibilidade destes estarem realizando plenamente sua atividade laboral, que determina mais do que as condições de trabalho, mas sim sua vida e, com isso, sua saúde.

A integração entre indivíduos e ambiente é estreita, já que neste se desenrolam as relações de trabalho-vida-saúde, com a percepção de que a qualidade de vida é fruto das transformações socio-ambientais mais importantes, expressas através das preocupações e demandas futuras dos pescadores que trabalham e habitam na região de Itaipu. Desta forma, estudar a complexidade desta sociedade, tomando como referência os pescadores artesanais, leva em consideração que o local da pesca é também o local da vida, como Duarte (1999) colocou.

Como resultado desta convivência é possível percebermos que os conhecimentos, percepções, discussões, reflexões e atuação pró-ativa são instrumentos para que nos tornemos envolvidos no processo histórico, cultural, social e ambiental, dando a oportunidade de reafirmação enquanto sujeitos e cidadãos. Através desta interlocução que se deu junto aos pescadores artesanais de Itaipu, foi possível vislumbrarmos que suas preocupações com os problemas de saúde e a situação ambiental da comunidade são decorrentes da situação da atividade pesqueira em Itaipu e estão diretamente ligadas à sua qualidade de vida. Os entrevistados têm percepções dos riscos à sua saúde (na sua definição mais abrangente) ocasionados pela degradação do ecossistema de Itaipu e consequências na pesca, sendo constantemente relatados pelos

atores. A compreensão de que os riscos, particularmente no exemplo da degradação socioambiental de Itaipu geram decisões político-econômicas de lideranças, que visam, muitas vezes, primeiramente o lucro e o benefício próprio, e às quais a população não pode opor-se, mas pode protestar, conduzindo à reflexão crítica daquilo que Beck e Giddens chamam de modernização reflexiva.

Diante desta visão geral dos dados, é possível vislumbrarmos que a comunidade de pescadores artesanais de Itaipu, apesar de ser considerada uma “comunidade tradicional”, não está alheia à modernidade. As consequências desta estão visíveis, porém pouco se tem feito para que se possa minimizá-las a ponto de que os sujeitos possam ter condições dignas de vida-trabalho-saúde.

Resta-nos, portanto, que os gestores não só da nossa sociedade, como nós, gestores da saúde ambiental, desenvolvamos trabalhos em áreas de educação em saúde, promoção da saúde e meio ambiente, através de ações educativas nesses campos, podendo criar interfaces e contribuir efetivamente com políticas públicas saudáveis voltadas para a problemática de comunidades em geral. Para tal, se faz necessária uma inserção política da ciência e, portanto, das produções acadêmicas que visem, segundo consta no capítulo 35 da Agenda 21, orientar, além de outros pontos, “as desigualdades socioambientais e suas implicações nos processos de destruição/degradação ambiental e impactos sobre a saúde de determinadas populações ou grupos populacionais e (...) as políticas públicas e suas implicações (...) na proteção e promoção da saúde e de ambientes saudáveis”.

9. Referências Bibliográficas

1. Adams, Cristina. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar.** *Rev. Antropol.*, 2000, vol.43, no.1, p.145-182.
2. Adelman, Miriam. **Visões da Pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas.** *Sociologias*, Jun 2009, no.21, p.184-217.
3. Agenda 21. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1992.**
4. Araujo, Joyce Maria de and Günther, Wanda Maria Risso. **Riscos à saúde em áreas contaminadas: contribuições da teoria social.** *Saude soc.*, Jun 2009, vol.18, no.2, p.312-324.
5. Arruda, Rinaldo. **"Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.** *Ambient. soc.*, Dez 1999, no.5, p.79-92.
6. Augusto, Lia Giraldo da Silva and Branco, Alice. **Política de informação em saúde ambiental.** *Rev. bras. epidemiol.*, Jun 2003, vol.6, no.2, p.150-157.
7. Barbosa, S.R.C.S. **Identidade social e dores de alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ.** *Ambiente & Sociedade – Vol. VII^{no}*. 1 jan/jun, 2004.
8. Barbosa, Sônia Regina da Cal Seixas; Begossi, Alpina. **Fisheries, Gender and Local Changes at Itaipu Beach, Rio de Janeiro, Brazil: an individual approach.** *Arte e Ciência* n. 2, 2004.
9. Barros MVG, Nahas MV. **Comportamento de risco, auto-avaliação do nível de saúde e percepção de estresse entre trabalhadores da indústria.** *Rev Saúde Pública* 2001; 35:554-63
10. Begossi, Alpina. **Caiçaras, caboclos and natural resources: rules and scale patterns.** *Ambient. soc.*, Dec 1999, no.5, p.55-67.
11. Begossi, Alpina. **Scale of interactions of Brazilian populations (caiçaras and caboclos) with resources and institutions.** *Human Ecology Review*, v. 6, p. 1-7, 1999.
12. Begossi, Alpina. **The ethnoecology of Caiçaras metapopulations (Atlantic Forest, Brazil): ecological concepts and questions.** *Journal Of Ethnobiology And Ethnomedicine*, EUA, v. 2, p. 1-9, 2006.

13. BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.**
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde.** MS – Brasília, 2002.
15. Buss, Paulo Marchiori. **Promoção da saúde e qualidade de vida.** *Ciênc. saúde coletiva*, 2000, vol.5, no.1, p.163-177.
16. Buss, Paulo Marchiori. **Inovação tecnológica em saúde na Fundação Oswaldo Cruz.** *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, 2003, vol.10, suppl.2, p.836-842.
17. Buss, Paulo Marchiori e Pellegrini Filho, Alberto. **A saúde e seus determinantes sociais.** *Physis*, Abr 2007, vol.17, no.1, p.77-93.
18. Buttel, F.H. **Environmental and Resource Sociology: Theoretical Issues and opportunities for Synthesis.** *Rural Sociology* 61:56-76. 1996.
19. Buttel, F. H.; Dickens, P; Dunlap. R.E.; Gijswijt. **Sociological Theory and the Environment: Na Overview and Introduction.** Im: *Sociological Theory and The Environment – Classical Foundations, Contemporary Insights.* Edited by: Riley E. Dunlap, Frederick H. Buttel, Peter Dickens and August Gijswijt. England, 2002.
20. Câmara, Volney de Magalhães and Tambellini, Anamaria Testa. **Considerações sobre o uso da epidemiologia nos estudos em saúde ambiental.** *Rev. bras. epidemiol.*, Jun 2003, vol.6, no.2, p.95-104.
21. Carneiro, R. M. **Caracterização da Sedimentação do MPS (Material Particulado em Suspensão) da Laguna de Itaipu (Niterói/RJ) durante época de inverno.** Monografia Graduação em Ciências Biológicas (Bacharel em Biologia Marinha) da Universidade Federal Fluminense. 2007.
22. Carta de Ottawa: **Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde; Ottawa, novembro de 1986.** In: Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Políticas de Saúde. *As cartas de promoção da saúde.* Brasília: A Secretaria; 2001. p.19-27. (Série B. Textos Básicos em Saúde).
23. Carvalho, I. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil.** Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.
24. Coordenação de Prevenção e Vigilância, Instituto Nacional de Câncer. **Inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida**

- de doenças e agravos não-transmissíveis: Brasil, 15 capitais e Distrito Federal, 2002-2003.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Câncer; 2004.
25. Cunha, Eduardo Leal. **Uma leitura freudiana da categoria de identidade em Anthony Giddens.** *Ágora (Rio J.)*, Dez 2007, vol.10, no.2, p.171-186.
 26. Declaração de Sundsvall: **Terceira Conferência Internacional de Promoção da Saúde; Sundsvall, 9-15 de junho 1991.** In: Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Políticas de Saúde. As cartas de promoção da saúde. Brasília: A Secretaria; 2001. p.41-4. (Série B. Textos Básicos em Saúde).
 27. Diegues, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** Ed. Ática, São Paulo, 1983.
 28. Diegues, A. C. S. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras.** São Paulo, NUPAUB-USP, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5,1988.
 29. Duarte, L.F.D. **As redes do suor. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba.** Niterói: EDUFF, 1999.
 30. Duarte, Sebastião Junior Henrique, Mamede, Marli Villela and Andrade, Sônia Maria Oliveira de. **Opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas: representações sociais e discurso do sujeito coletivo.** *Saude soc.*, Dez 2009, vol.18, no.4, p.620-626.
 31. Dumont, Lígia Maria Moreira and Gattoni, Roberto Luís Capuruço. **As relações informacionais na sociedade reflexiva de Giddens.** *Ci. Inf.*, Dez 2003, vol.32, no.3, p.46-53.
 32. EIA/RIMA. **Projeto de Dragagem do Canal de Acesso e das Bacias de Evolução dos Terminais do Porto do Rio de Janeiro e de Niterói.** Companhia Docas do Rio de Janeiro. 2002
 33. Ferraz, G.M. **Aspectos socioambientais de áreas costeiras com potencial aquícola do município de Niterói – RJ.** Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) UFF, 2006. 103p.
 34. Fonseca, Silvio Aparecido; Blank, Vera Lúcia Guimarães; Barros, Mauro Virgílio Gomes de ; Nahas, Markus Vinicius. **Percepção de saúde e fatores associados em industriários de Santa Catarina, Brasil.** *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24(3):567-576, mar, 2008.
 35. Freitas, Carlos Machado de et al. **Ecosystem approaches and health in Latin America.** *Cad. Saúde Pública*, Feb 2007, vol.23, no.2, p.283-296.

36. Freitas, Carlos Machado de. **A produção científica sobre o ambiente na saúde coletiva.** *Cad. Saúde Pública*, Jun 2005, vol.21, no.3, p.679-701.
37. Freitas, Carlos Machado de; Porto, Marcelo Firpo de Souza. **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
38. Furtado, Odair. **Dialética e Contradições na Construção da Identidade Social.** *Psicologia & Sociedade*; 22 (2): 259-268, 2010
39. Giddens, A. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.
40. Gouveia, Nelson. **Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental.** *Saude soc.*, Fev 1999, vol.8, no.1, p.49-61.
41. Habermann, Mateus and Gouveia, Nelson. **Justiça Ambiental: uma abordagem ecossocial em saúde.** *Rev. Saúde Pública*, Dez 2008, vol.42, no.6, p.1105-1111. ISSN 0034-8910
42. Hanazaki, N. e Begossi, A. **Does fish still matter? Changes in the diet of two Brazilian fishing communities.** *Ecology of Food and Nutrition* (4-5): 279-301, 2003.
43. Hanazaki, Natalia ; Begossi, Alpina. **Catfish and mullets: the food preferences and taboos of caíçaros (south. AF coast, Brazil).** *Interciencia* (Caracas), Venezuela, v. 31, n. 2, p. 123-129, 2006.
44. Hanazaki, Natalia et al. **Between the sea and the land: the livelihood of estuarine people in southeastern Brazil.** *Ambient. soc.*, June 2007, vol.10, no.1, p.121-136.
45. IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros – Meio Ambiente 2002.** 2005
46. Kant de Lima, Roberto e Pereira, Luciana. **Pescadores de Itaipu – Meio Ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro.** Niterói. EDUFF, 1997.
47. Kucler, P.C.; Ferreira, A.P.S.; da Silva, J.A.; da Silva, A.T. **Análise da diminuição do espelho d'água das Lagoas de Itaipu e Piratininga com o subsídio do Sensoriamento Remoto.** In: Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Goiânia, Brasil 16-21 Abril 2005, INPE p. 3651-3653.
48. Lebel, J. **Salud – um efoque ecossistemico.** Ottawa: International Development Research Centre. 2003
49. Lefèvre, F. **O Discurso do Sujeito Coletivo. Uma nova abordagem metodologia em pesquisa qualitativa.** 1 ed. Caxias do Sul: Educs, 2000. 138p.

50. Lefèvre, F.; Lefèvre, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa.** Caxias do Sul: Educs. 2003. 256p.
51. Lenzi, Cristiano Luis. **Para uma imaginação sociológica da ecologia: uma análise do pensamento de Anthony Giddens.** *Ambient. soc.*, Jun 2006, vol.9, no.1, p.105-126.
52. Lopes, Priscila Fabiana Macedo and Begossi, Alpina. **Temporal changes in caicara artisanal fishing and alternatives for management: a case study on the southeastern Brazilian coast.** *Biota Neotrop.*, June 2008, vol.8, no.2, p.0-0. ISSN 1676-0603
53. McMichael, T. **Human Frontiers, Environments and Disease.** University Press, 2001.
54. Millennium Ecosystem Assessment. **Ecosystems and human being – synthesis.** Washington DC: Island Press; 2005.
55. Minayo MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8.ed. São Paulo: Hucitec; 2004.
56. Mizubuti, S. **Niterói Bairros.** Prefeitura Municipal de Niterói - Consultoria Especial de Ciência e Tecnologia, Niterói. 1996.
57. Monken, M; Peiter, P; Barcellos, C; Rojas, L.I.; Navarro, M.B.M.A; Gondim, G.M.M; Gracie, R. **O Território na Saúde: construindo referências para análises de saúde e ambiente** In: Território, Ambiente e Saúde. Organizadores: Ary Miranda, Christovam Barcellos, Josino Moreira e Maurício Monken. 2008.
58. Monteiro-Neto, Cassiano et al. **Associações de peixes na região costeira de Itaipu, Niterói, RJ.** *Iheringia, Sér. Zool.*, Mar 2008, vol.98, no.1, p.50-59.
59. Moscovici, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Rio de Janeiro, Vozes, 2003.
60. Nettleton, S. **Governing the risk self –Hoe to became healthy, wealthy and wise.** In: Foucault, health and medicine.Org: Robin Bunton. 1997.
61. Paim, Jairnilsom; Almeida-Filho, Naomar de. **Saúde Coletiva: “uma nova saúde pública” ou campo aberto para novos paradigmas?** *Rev. Saúde Pública*, 32 (4): 299-316, 1998.
62. Penna, Claudia Maria de Mattos. **Realidade e imaginário no processo de viver de moradores em um distrito brasileiro.** *Texto contexto - enferm.*, Mar 2007, vol.16, no.1, p.80-88.

63. Pereira, Luciana Freitas. **Revistando Itaipu – Um ensaio de antropologia visual**. In: Pescadores de Itaipu – Meio Ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Roberto Kant de Lima e Luciana F. Pereira. Niterói. EDUFF, 1997.
64. Periago, Mirta Roses et al. **Saúde ambiental na América Latina e no Caribe: numa encruzilhada**. *Saude soc.*, Dez 2007, vol.16, no.3, p.14-19.
65. Ponting, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
66. Porto, Marcelo Firpo de Souza. **Saúde, ambiente e desenvolvimento: reflexões sobre a experiência da COPASAD - Conferência Pan-Americana de Saúde e Ambiente no Contexto do Desenvolvimento Sustentável**. *Ciênc. saúde coletiva*, 1998, vol.3, no.2, p.33-46.
67. Porto, Marcelo Firpo. **Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental**. *Ciênc. saúde coletiva*, Dez 2005, vol.10, no.4, p.829-839.
68. Porto, Marcelo Firpo de Souza. **Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2007.
69. Porto, Marcelo Firpo and Martinez-Alier, Joan. **Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde**. *Cad. Saúde Pública*, 2007, vol.23, suppl.4, p.S503-S512.
70. Queiroz, Creuza Maria Brito, Sá, Evelin Naked de Castro and Assis, Marluce Maria Araújo. **Qualidade de vida e políticas públicas no município de Feira de Santana**. *Ciênc. saúde coletiva*, Jun 2004, vol.9, no.2, p.411-421.
71. Rapport, D. **Defining ecosystem health**. In: Rapport, D.; Constanza, R.; Epstein, P.R.; Gaudet, C.; Levins, editores. *Ecosystem health*. London: BlackwellScience ;1998.
72. Ribeiro, Helena, Günther, Wanda M. Risso and Araujo, Joyce Maria de **Avaliação qualitativa e participativa de projetos: uma experiência a partir de pesquisa em educação ambiental e saneamento do meio**. *Saude soc.*, Dez 2002, vol.11, no.2, p.107-132.

73. Ribeiro, Helena. **Saúde Pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos.** *Saude soc.*, Abr 2004, vol.13, no.1, p.70-80.
74. Rigotto, R. M. **Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho.** *Revista Brasileira de Epidemiologia* Vol. 6. Número 4. 2003.
75. Rigotto, Raquel Maria and Augusto, Lia Giraldo da Silva. **Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social.** *Cad. Saúde Pública*, 2007, vol.23, suppl.4, p.S475-S485.
76. Salvador, M.V.S.; Silva, M.A.M. **Morphology and Sedimentology of Itaipu Embayment - Niterói/RJ.** *Anais Academia Brasileira de Ciências* 74 (1):127-134. 2002.
77. Sampaio, T. **O tupi na geografia nacional.** Brasiliense. 1987.
78. Santos, Milton. *Metamorfoses no Espaço Habitado.* São Paulo: Hucitec, 1988.
79. Santos, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.
80. Segre, Marco and Ferraz, Flávio Carvalho **O conceito de saúde.** *Rev. Saúde Pública*, Out 1997, vol.31, no.5, p.538-542.
81. Seidl, Eliane Maria Fleury and Zannon, Célia Maria Lana da Costa. **Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos.** *Cad. Saúde Pública*, Abr 2004, vol.20, no.2, p.580-588.
82. Sobral, André; Freitas, Carlos Machado de. **Modelo de Organização de Indicadores para Operacionalização dos Determinantes Socioambientais da Saúde.** *Saúde e Sociedade.* São Paulo, V.19, n1. P.35-47.2010.
83. Tambellini, Anamaria Testa and Câmara, Volney de Magalhães. **A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos.** *Ciênc. saúde coletiva*, 1998, vol.3, no.2, p.47-59.
84. Tubino, Rafael de Almeida et al. **Artisanal fisheries production in the coastal zone of Itaipu, Niterói, RJ, Brazil.** *Braz. j. oceanogr.*, Sept 2007, vol.55, no.3, p.187-197. ISSN 1679-8759
85. Vargas, Liliana Angel, Oliveira, Thaís Fonseca Veloso de and Garbois, Júlia Arêas. **The right to health and environment in times of social exclusion.** *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Oct 2007, vol.15, no.spe, p.850-856.

86. Villar, Eugenio. **Los Determinantes Sociales em Salud y La lucha por La equidad em Salud: desafios para el Estado y la sociedad civil.** Saúde e Sociedade. São Paulo, V. 16, n.3, p 7-13. 2007.
87. WHO - World Health Organization. Library Cataloguing-in-Publication Data. Ecosystems and human well-being: health synthesis: a report of the Millennium Ecosystem Assessment / Core writing team: Carlos Corvalan, Simon Hales, Anthony McMichael ; extended writing team: Colin Butler ... [et al.] ; review editors: José Sarukhán ... [et al.] .2005.
88. Zioni, Fabíola; Westphal, Márcia Faria. O enfoque dos Determinantes Sociais de Saúde sob o Ponto de Vista da Teoria Social. *Saude soc.*, Dez 2007, vol.16, no.3, p.26-34.

10. Anexos

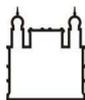
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-7/ ITAIPU- NITERÓI/RJ

I. DADOS PESSOAIS

1. Nome Completo: _____
2. Idade: _____
3. Escolaridade: _____
4. Renda mensal: _____
5. Atuação na Colônia: _____
6. Tempo de Registro na Colônia: _____
7. Tempo de Atividade de Pesca: _____

II. QUESTÕES DA ENTREVISTA

- 1) O Sr se considera uma pessoa saudável? Por quê?
- 2) Quais são os fatores que fazem o Sr se sentir (ou não) saudável?
- 3) A pesca tem alguma relação com sua saúde? Como?
- 4) Como o Sr percebe a pesca nos últimos anos?
- 5) O Sr percebe alguma mudança significativa em relação à vida da comunidade e da região de Itaipu nos anos
- 6) Tal cenário mudou sua condição de vida? Sua realização profissional? E pessoal?
- 7) Quais seriam as melhorias na sua comunidade para evitar tais?



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Escola Nacional
de Saúde Pública
Sérgio Arouca

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **“Determinantes Socioambientais em Saúde e Bem-estar na população de pescadores artesanais de Itaipu – Niterói/RJ: avaliação do histórico de impactos na pesca causados por atividades de origem antrópica e consequências na qualidade de vida”**.

A seleção das pessoas envolvidas será por **livre participação**, de acordo com interesse demonstrado, **não sendo obrigatória**. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa **não** trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Fundação Oswaldo Cruz/ENSP.

Os objetivos deste estudo são **levantar sua percepção sobre alguns temas relacionados à situação da pesca anterior e atualmente e sua relação com a saúde**. Sua participação nesta pesquisa consistirá em **ser entrevistado pelo pesquisador com a utilização de um gravador, sendo feitas perguntas abertas**, podendo ser **recusada**, em qualquer momento, a resposta a qualquer uma delas.

Não existem riscos relacionados com sua participação.

Os benefícios relacionados com a sua participação são de **possibilitar a compreensão das percepções sobre a saúde dos pescadores e, assim, na proposta de novas formas de promoção de saúde na comunidade**. Será realizada uma **Palestra** ao término da Pesquisa para que se possa dar o retorno à sua comunidade dos resultados obtidos.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão **confidenciais** e asseguramos o **sigilo** sobre sua participação. Os dados **não** serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do **pesquisador principal** e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Rafaela Carneiro Moura

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca /Fundação Oswaldo Cruz

Telefone: (21) 2598-2403 - CEP: 21041-210

Endereço: Avenida Leopoldo Bulhões 1480 / CESTEJ sala 18, Maguinhas – Rio de Janeiro/ RJ

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em Participar.

Assinatura do Entrevistado

Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública - CEP / ENSP

Rua Leopoldo Bulhões, nº. 1480/ Térreo - Maguinhas Rio de Janeiro RJ

CEP: 21041-210 Telefone: (21) 2598-2863

Informações dos Entrevistados

Entrevistados	Idade	Escolaridade	Renda (R\$)	Filiação Z7	Tempo Registro (anos)	Tempo pesca (anos)
Entrevistado 1	42	3ª série	*	Sim	10	25
Entrevistado 2	43	2º grau	1000	Sim	12	25
Entrevistado 3	56	4ª série	500	Sim	15	27
Entrevistado 4	46	2º grau	800	Sim	14	30
Entrevistado 5	38	7ª série	700	Sim	10	20
Entrevistado 6	42	2º grau	1000	Sim	12	25
Entrevistado 7	74	1º grau	600	Sim	18	66
Entrevistado 8	57	1º grau incomp	1000	Sim	15	40
Entrevistado 9	35	8ª	800	Sim	10	16
Entrevistado 10	47	5ª	600	Sim	17	28
Entrevistado 11	49	4ª	400	Sim	14	25
Entrevistado 12	30	6ª	600	Sim	4	18
Entrevistado 13	53	2 grau	500	Sim	**	40
Entrevistado 14	28	5ª	500	Sim	**	10
Entrevistado 15	41	5ª	1000	Sim	15	26

* Não declarou renda mensal.

** Não declarou o tempo (não lembrou).

Entrevistas

Entrevistado 1

Q1. Considero, né. Considero sim. Só que tem mais menos o quê? Uns 3 anos que eu comecei a sentir bastante dor na coluna, na perna. Sinto muita dor. Isso daí eu não sei se foi por causa dos balanço do barco, entendeu? E “tá” pra baixo e pra cima também.

Q2. Eu acho assim, eu me cuidando e estar sempre trabalhando. Porque se eu tiver sempre na esportiva, trabalhando e não ficando parada, eu paro até de sentir dor.

Q3. Eu me sinto bem até, entendeu? Eu me sinto bem, mas só que a maioria dos pescadores acaba assim mesmo, sempre com problema.

Q4/Q5/Q6. É, antigamente tinham muitos peixes, vários tipos de peixe. E hoje, é o que outros pescadores vão dizer pra você, que não tem. Não aparece os peixes que apareciam antigamente, entende? Isso fez com que a vida das pessoas mudasse muita coisa. A saúde é isso mesmo. Pescador é isso mesmo, pescador sofre mesmo. Você pode sair por aí a fora e você vai saber que pescador tem problema na perna, na coluna, sempre é isso. Sempre é um problema. A maioria dos pescadores tem problema. Mas assim vai indo, às vezes tem, às vezes não tem. E assim vai indo.

Q7. Não pegar os peixes pequenos, entendeu? Esses peixinhos pequenos que tem pegam aí, não pegar. Porque eu acho assim, a nossa pescaria é pescaria de linha, é pescaria de rede, é pescaria de arrastão. Mas só que quando o arrastão chega, solta aqueles peixinhos, né? É pescaria de muitos anos, muito tempo. É até bonito você ver os peixes chegar vivos, mas aqueles peixinhos pequenininhos sendo solto. Pescaria de linha, pescaria de linha eu entendo também, pegar e soltar e manter a pesca por muitos anos. Acho q podia ter uma- como é q se diz? - uma cooperativa para fazer a venda dos peixes que a gente pesca. Isso sempre teve promessa que ia ter, mas nunca fizeram nada para construir isso pra gente.

Entrevistado 2

Q1. Eu me considero sim. Nunca tive problema mais grave de saúde, tirando uma gripezinha aqui, outra ali. Normal mesmo. O que a gente mais pega é essas coisas de cachorro. Tem doença normal, não tem epidemia, não tem doença de pele, epidérmica, ainda não teve. Nem diarreia. Não teve ainda uma epidemia pra atingir um grande grupo. Logo se você tiver uma assistência técnica ostensiva, vc reduz esses problemas de saúde. O médico de família até que funciona bem, quer dizer, eu particularmente, pra gente até que tá sendo bom.

Esse problema como as fezes e a urina de animais na praia, isso aí a Prefeitura, o Controle de Zoonoses não vem, não tem um trabalho nessa parte. Tem várias Secretarias, mas não fazem um trabalho. A última operação verão que teve foi antes de eu fazer curso de bombeiro, nós trabalhamos, já tem uns 20 anos que a Prefeitura não faz Projeto de Verão aqui, com policiamento, com a guarda fazendo patrulhamento da praia, salvamento. O bombeiro agora tá bom, mas antigamente era precário. Aí a Prefeitura tece um ano que deu esse apoio, mas já tem um bom tempo que a Prefeitura não faz esse trabalho aí.

Q2. Acho que a pesca melhora muito a nossa saúde. Acaba que a gente faz exercício físico mesmo, como remar, correr na areia, nadar. Além disso, ainda tem o fator psicológico, que a gente gosta mesmo de pescar. Faz um bem danado pra nossa cabeça.

Q3. Acho que sim, como eu te falei. A gente faz exercício, acorda cedo, come bem, bastante peixe, a gente também se sente muito bem pescando, porque é a profissão que nossos pais tiveram e nos ensinaram. Pescando a gente é mais feliz.

Q4. Ultimamente as coisas estão muitos difíceis. Além da questão da redução da quantidade de peixe, ainda tem a poluição, a especulação imobiliária. Na verdade, a questão da produção, os 2 pontos mais cruciais, são: a pesca predatória e a poluição. Porque tem a dragagem do Porto do Rio de Janeiro, da Empresa Docas, ela joga, ela draga, né, dos navios de grande porte e joga os dejetos aqui atrás da ilha do Pai. Aí tem cerca de quase 30 anos jogando esses dejetos todos aí nos nossos pesqueiros, nos parcelas, muitas espécies de peixes que a gente pescava de anzol, de rede, ela foi se extinguindo. Robalo, o pargo, a própria corvina, pescada, essas espécies q dão mais em profundidade. Aqui na beira da praia a tainha, que tinha época da tainha, o xaréu, o

xerelete, o parati. Aí você tem já a pesca industrial, os barcos de grandes portes que vêm açoitando toda essa a orla. Nacional, não é só aqui não, em Itaipu não. E a poluição também contribui muito. Porque a gente também aqui vivia da Lagoa, nas épocas de inverno quando o mar ficava ruim, tinha até essa tradição, o pessoal antigo, como Sr. M., nossos avós, nossos pais, todos os nossos ancestrais vivia da Lagoa quando ficava ruim no mar. E hoje tá impossível, né? O assoreamento, essas obras ilegais que foram feitas, depois que abriu o canal, então não foi concluída a obra que tinha que ser feita, aí ficou o assoreamento da Lagoa e a poluição que contribui muito para esse recurso que o pescador tinha, que era a Lagoa.

Q5. Infelizmente não tem mais tanto pescador, por falta de política. Todos eram pescadores, mas muitos foram procurar outras profissões, pescar em outras colônias, procurar barcos de pescas. Resistiram poucos, só aqueles que gostam mesmo do lugar, tem aqui o L., seu M., mas ele sempre teve um emprego paralelo, porque fica difícil. Nunca saiu da pesca, ou mais ou meio a meio.

Q6. A minha vida propriamente dita não, até porque eu sou bombeiro também, mas de muitos dos pescadores mudou sim. Vários deles, como eu te falei, saíram da pesca e foram fazer outras coisas, tipo pedreiro, ajudante de obra, vendedor. A grande maioria não queria sair de verdade, porque gostam de pescar, mas tiveram que largar por causa das famílias, que estavam passando necessidades. Isso continua, muitos só pescam na época de fartura e no resto do ano fazem “bicos” por aí. É triste, é muito triste. Pela falta de incentivo do governo hoje em dia nós não queremos nem que nossos filhos pesquem. A gente quer que eles estudem e sigam outra profissão, pra não passar por tanto sofrimento como o que a gente passa.

Q7. Esse Projeto Orla eles colocaram bastante item de dificuldade. Agora a gente não sabe assim a fundo a intenção do projeto. Segundo os apresentadores, ficou aberta a questão, a discussão. Fizemos algumas reuniões, foi chamada a Colônia de Pesca, mas a Colônia infelizmente não repassou à classe. Aí a gente entrou com uma intervenção, pedimos uma audiência pública aqui na Câmara de Vereadores, eles abriram agora para nossa Associação de Pescadores, que faz uma interlocução melhor com o pescador, de passar o que tá acontecendo realmente. Tem o C., que ele tá indo nas reuniões e tá vendo melhor para passar essa situação. A princípio a gente não tem nada de concreto

que vai ser ruim ou bom e nem ideia do que vai acontecer. Porque por trás dessa situação a gente tem uma impressão de que vêm empresas imobiliárias, empresas de turística, hotel, né? Empresa hoteleira, de turismo, de grandes navios, de transatlântico. Que isso tem um interesse muito grande, por parte dessas empresas, então, a gente tá com essa preocupação, mas o C. tá indo, uma pessoa que representa basicamente a gente bem, nessa parte que informa a gente melhor. Até agora não temos uma informação correta não, mas tamos encima aí, não virando as costas, pq a gente tá nessa preocupação. Sou filiado também à Colônia e à Associação. Como a Colônia é mais ligado ao governo, eles procuram mais a colônia do que associação, mas a gente tem bastante ligação também, muitas portas abertas, o pessoal também nos procura. Infelizmente, nós não temos uma sede, aí fica mais complicado para os órgãos nos procurar, mais por email, aquela coisa toda, eu dou meu email, o C.

Hoje realmente eles (Secretaria Municipal de MA e Recursos Hídricos) não têm muito trabalho voltado pra isso não. Geralmente, eles estão nas reuniões do INEA. Tem aqui o Parque, os pescadores, os moradores, os condomínios, toda a sociedade. Ela tem um Conselho que a gente participa, então, a Secretaria de MA tá sempre nessas reuniões, discutindo as questões.

A própria Prefeitura não tem um trabalho com a gente não. Não vem aqui assistir. Assistir, não vem não. Isso aí a gente cobra muito nessas reuniões, que o poder público venha. Não faz um estudo correto. Falta um pouco de informação, entre pescador e autoridade.

As Universidades até dão uma força, estão sempre aqui fazendo uns estudos. Quando a gente precisa de um apoio da UFF. Tem o Kant , da Antropologia, e o Ronaldo, que é Antropólogo e Advogado. A gente já tentou fazer uma reserva e infelizmente houve um interesse contrário contra a reserva, aí ficou meio complicado, mas o Ronaldo e o Kant ajudaram muito. Toda vez que a gente precisa para a reunião eles vem aqui dar uma força.

Se tiver poluição aqui em Itaipu, com certeza tem lá em Camboinhas também. Normalmente essa época, a maré joga muito pra terra. Se aqui tá poluído, lá também tá. A única preocupação nossa é que esse Projeto Orla venha beneficiar a sociedade e aqui os pescadores. Se tiver que fazer algum acordo, se tiver alguma coisa ilegal, com certeza os órgãos competentes, eles vêm fazer o trabalho deles. Só que não pode prejudicar os pescadores, tem que deixar eles trabalharem. O pescador tá aqui há trezentos e poucos anos. O pescador aqui faz ter uma força econômica, tem a pescaria,

tem o comércio, os restaurante, durante o ano todo, só que no verão aumenta, tem maior movimento, aí tem que contratar garçom, cozinheiro, botar 6 a 7 pessoas pra trabalhar pra ele. De repente uma empresa hoteleira não vai beneficiar a gente, vai assistir o gringo, porque com certeza se Itaipu virar uma praia que vai assistir o turista estrangeiro, como eles querem fazer, de repente você não vai poder frequentar. Aí que eu digo, é um problema social, não é só da classe. A sociedade e a mídia tem q ficar sabendo disso, a informação vem distorcida porque tem interesses.

O nosso peixe a gente vende pra esse pequeno comércio. Até as autoridades não dá assistência pra colocar um frigorífico, pra estocar um peixe e fazer um preço melhor. Infelizmente a colônia não faz um trabalho voltado pra classe, infelizmente... Falta de vontade das lideranças, um é mais acomodado outro é mais ativo.

Entrevistado 3

Q1. Sou sim. Apesar que eu já tive uns problemas de pressão, pressão alta. Até tentei ser atendido nesse posto da Saúde da Família, mas o médico não quis me atender porque eu não moro aqui em Itaipu, moro lá na Avenida Central. Só que eu acho que o médico não me atender é falta de humanidade. Não custava nada ele tirar minha pressão. Passei mal aqui na praia, enquanto voltava do mar. Tive que ir no posto lá na entrada de Itaipu. Chegando lá, minha pressão tava 17 por 10.5. Acho que como o pescador tá o dia inteiro aqui na praia, eles deveriam atender a gente. Agora tô tomando remédio, aí a pressão tá controlada.

Q2. Pra minha pressão ficar boa, tenho que reduzir o sal, a fritura, comer mais legumes, mais frutas. O que ajuda também é pescar, a gente acaba fazendo exercício físico, usa muita força, sabe? Sem contar que a gente acorda bem cedinho pra pescar, isso também é saudável.

Q3. Acho que tem tudo a ver. Porque quando eu pesco direto eu até emagreço! Faço muito exercício: pega barco, põe na água, rema, puxa rede, puxa poita, rema de novo... É muito trabalho físico. Também tem a coisa do prazer de pescar, a gente fica feliz quando pesca e vem aquele monte de peixe na rede, é bonito de se ver. Aí chega aqui, tem um monte de gente pra comprar. Dá uma satisfação muito grande, sabe?

Q4. Mudou muito, minha filha. Agora tá muito difícil fazer uma boa pescaria. A gente fica um dia inteiro pra pegar meia dúzia de peixe, esses bagres, esses peixes ruins. Muito triste, porque quando eu comecei a pescar há 26 anos atrás era tudo diferente. Dava dinheiro pescar. A gente tirava 2 a 3 salários mínimos aqui. Agora a gente não tira nem um. Sem contar essa poluição que tá acabando ainda mais com os peixes. Tem esses barcos que vem lá da Baía de Guanabara pra jogar lixo e lodo aqui na nossa praia. Fica o fundo todo sujo, não tem peixe que resista, né? E esses peixes de fundo são os melhores, o que a gente pesca e pode vender por um bom preço. Tá muito complicado continuar pescando e vendo nossa praia se acabando.

Q5/Q6. Ah, isso aí também. Essas casas que você tá vendo aí, era tudo de pescador. Agora se tiver 15 que continua sendo de pescador é muito. A gente teve que vender nossas casas porque não tinha incentivo pra gente continuar aqui. A maioria foi lá pra São Gonçalo, pra Avenida Central. Aí o que acontece? A gente tem que sair de casa ainda de madrugada pra vir pescar, saio de casa 3:30 da manhã. Chego aqui entre 4h e 4:30 e vou pro mar. E no verão? É difícil voltar, por isso a gente dorme nesses quatinhos de pesca. São sujos, tem bicho. Tenho um quatinho aqui, mas as contas não tá no meu nome...

Q7. Acho que só com o incentivo do governo que a coisa vai poder melhorar. Além disso, a gente precisa tá unido aqui pra poder chegar lá e cobrar. Fica difícil se tem briga entre a gente mesmo, perde a força. O C. tá tentando fazer alguma coisa aí pela gente por causa desse Projeto Orla, porque a Colônia mesmo não faz nada. Ela não passa nada pra gente. Ficamos sem saber o que vai acontecer, se vai prejudicar, se vai ajudar. Nem pra pedir uma auxílio da SEAP eles pedem. A gente recebia Seguro Defeso, mas de um tempo pra cá não ganhamos mais nada.

Entrevistado 4

Q1/Q2/Q3. Sou saudável sim. A gente com a pesca tem uma vida mais saudável. Fica nessa vida de acordar cedo, pescar, comer bem, bastante peixe, quase não como carne vermelha. Agora, tem o problema do sol. A gente fica o dia todo aqui debaixo desse sol e aí fica cheio de mancha. Toda hora também pega resfriado porque a gente trabalha no tempo, né? Pega sol e chuva direto. Difícil não pegar uma gripe aqui outra ali. Uma

coisa boa que seria era tomar essa vacina que tem pros idosos, da gripe. Isso sim ia ser bom. Lá na Fiocruz não tem isso? Olha sobre a saúde até que melhorou muito, depois que colocou o Médico de Família, não precisa mais pegar um ônibus e ir lá bem longe pra ver um médico, aqui já tem médico. Qualquer exame faz, viu? O Médico de Família melhorou muito.

Q4. A pescaria mudou muito. Hoje é muito difícil ter pesca boa como tinha antigamente. Agora eles estão dragando a Baía de Guanabara, vai jogando tudo, aí tá limpando lá e jogando aqui no nosso pesqueiro. É cascalho, é ferro, é estopa, é tudo e vai aterrando aqui entre as pedras. Aí pra pescaria de anzol fica difícil. Aí, pra bem dizer, tá tapando as pedras. A pescaria de linha caiu uns 80% aqui. Eles estão pegando com navio lá na BG e trazendo pra cá e acabando com o pesqueiro daqui de Itaipu, Itacoatiara. Também têm Os barcos industriais vem aqui e cada um pega tudo. A traineira vem com a rede que cata tudo, a rede é grande, ela passa no fundo e carrega tudo, não fica nada. Eles não são nem filiados a Colônia aqui, nós somos filiados à Colônia, nós podemos pescar aqui nessa área. Esses barcos são lá de Jurujuba, do Caju, Angra dos Reis, todo lugar. A gente já chegou a contar 30 a 40 barcos desses aqui. E nossa pesca de um ano pra cá, caiu uns 60 % se não mais. Próximo ano vai cair mais ainda. Vai chegar aí, daqui a 2, 3 anos que não vai matar nem peixe pra comer. Já tem barco que sai pra pescar e não mata nenhum peixe, entendeu?

Q5/Q6. Olha só, por causa disso teve gente que teve que procurar uns bicos por aí. Mas não é a maioria, cerca de 20%. Eu só vivo de pesca, que nem ele, ele ali também. Antigamente tinha o Auxílio Desemprego, o Seguro Defeso, que a gente ganhava 1 salário por mês. De uns dois anos pra cá não tem mais nada. Esses barcos grandes não poderiam fazer essa pescaria aí, principalmente no defeso, mas a Marinha não fiscaliza. Ela só toma conta de nós, pescadores.

Q7. Acho que primeiro a gente tem que se unir e aí a gente poder cobrar da Colônia. Que nem esse Projeto Orla, a Associação tá ajudando mais que própria Colônia. Vê eu e o C. estamos direto em contato com a Prefeitura, porque pela Colônia a gente não sabe nada. A gente pediu uma Audiência Pública pra ficar sabendo o que vai acontecer aqui, mas a apresentadora que foi não explicou nada direito, ficou tudo no ar. A gente quer

saber se os nossos barcos vão poder ficar aqui, se os quartos de pesca vão ser retirados, entendeu? Porque a gente não vai apoiar nada que prejudique a nossa pesca.

Entrevistado 5

Q1. Eu me considero, sim. Sou saudável porque nunca tive problema assim mais sério de saúde. Como a gente trabalha no tempo, a gente fica sempre com uma gripezinha assim. Mas no geral mesmo, não tenho problemas de saúde.

Q2/Q3. Acho que pra eu ficar com mais saúde, a gente deve estar sempre se alimentando bem, fazendo algum exercício mesmo, pode até ser a pesca. Porque a gente nada, carrega barco aqui na praia, corre. Entendeu? A pesca ajuda muito a saúde dos pescador. Sem contar a higiene mental de estar trabalhando no que a gente gosta, que faz a gente feliz mesmo.

Q4. Olha, tem piorado muito. Tem tido a dragagem da Baía de Guanabara, sabe? E eles vêm jogar o lixo todo aqui na nossa praia. Fica o fundo do mar todo cheio de lixo, daquela terra fininha e cheia de óleo. Acaba com nossos peixes de fundo, os ainda pequenos, acaba com a pesca. Tá ficando cada vez mais difícil viver da pesca aqui. Muita gente já saiu daqui pra fazer outra coisa, acaba indo virar pedreiro, esses tipo “faz tudo”, sabe?

Q5. É isso que eu te falei, vi muita gente saindo da pesca pela falta de peixe. E também muitos pescadores acabaram tendo que aumentar o tempo da pescaria, voltando várias vezes no dia pro mar, sabe? Tem gente que sai daqui 7 ou 8 horas da noite pra voltar aqui às 4h horas da manhã do outro dia. E tem pescador que mora lá pros lados de São Gonçalo, demora mais de 1 hora pra chegar aqui, dependendo de condução. Muito difícil que ficou mesmo.

Q6. A minha vida não muito porque eu nunca deixei a pescaria. Nem penso em sair, isso aqui é minha vida. Meu pai era pescador, meu avô também. Não sei fazer outra coisa. Nem gosto de outras coisas.

Q7. Isso aí eu acho que o governo deveria fiscalizar mais esses barcos que entram na nossa praia pra jogar lixo. Tem também as traineiras que acabam com o nossos

pescados. Vem com aquela coisa de sonda que dá choque nos peixes e espanta tudo. Entendeu? Eles só vêm aqui pra saber se a gente tá pescando no defeso, se a gente tá com os documentos certinhos. Já teve pescador que foi até preso já, sabe? É muito complicado. Os pescadores são sempre os que são prejudicados. Ninguém vê isso. Do governo mesmo.

Entrevistado 6

Q1/Q2/Q3. Sim, sim. Ainda mais que eu mergulho e preciso estar bem sempre. Porque senão posso passar mal. A pesca ajuda, a gente acabar fazendo um esforço físico que ajuda, sabe? Corre, carrega barco, rema, nada, mergulha, muita coisa que faz exercício. Além disso tem a nossa alimentação que tem muito peixe, carne branca, legumes, frutas. Tirando esse lado bom, a pescaria tem dado muito estresse. A gente não saber se vai ter peixe pra pescar, se vai conseguir vender, ainda mais nesse inverno que não tem banhista. Fica complicado ter pra quem vender. Eu pego lula, principalmente, acaba que essa época a gente tem pouca e aí o preço sobe e ninguém quer comprar, sabe?

Q4. Agora estamos muito sem apoio do governo. Essas secretarias todas aí, sabe? De vir aqui ver o que a gente precisa. Assistir, não vem. Podiam vir aqui participar com a gente, ver o que é a pesca mesmo. Eles mesmos falam que a gente mata criação, e a gente não mata criação. Não faz estudo correto, pra dizer o que é certo e o que é errado. Pra também não dizer assim: vc pode com essa malha de rede, vc não pode. Eles não vêm fazer nada disso. Agora sobre a poluição, a única coisa que tá poluída é essa nossa areia aí, negócio de mijo de cachorro, de gatos, fezes, essas coisas. Outra coisa que incomoda a gente é esse negócio de espetinho de churrasco, palitinho de camarão, o pessoal come e joga na praia. Às vezes a gente tá puxando rede e tudo, espeta no pé machuca, essa é a nossa preocupação.

Q5/Q6. É, há muitos anos atrás as coisas já estavam difíceis e eu e J. fomos fazer curso pra ser bombeiro, porque já tava difícil viver só da pesca. Muita gente foi virar pedreiro, garçom desses restaurantes aí, foi virar “escravo” de patrão, dono de barco. Até se arrependeram depois, de vender casa, barco. Porque a gente que é pescador, só é feliz aqui, pescando. Teve gente com depressão, ficando maluco. Foi uma época muito

difícil. Agora deu uma melhorada aí, porque o povo tá com mais dinheiro pra gastar. Aí a gente aproveita e vende nosso peixe.

Q7. Acho que aqui só mesmo com uma coisa do governo, sabe? A gente sempre esperou as coisas que eles prometiam na época da eleição, e nunca fizeram nada. Falaram de frigorífico, cooperativa, reserva extrativista. O máximo que deram foi esse crédito, que teve um monte de pescador que não pagou e todo mundo teve que pagar. Compraram barco, motor, mas não tinha peixe pra vender e poder honrar seu compromisso. A gente entende que pra alguns é mais difícil mesmo.

Entrevistado 7

Q1/Q2/Q3. Eu sou. Ficar doente todo mundo fica, em tudo quanto é lugar. O pescador ainda guarda boa saúde. Fica doente, mas normal. Eu fico sem pescar, quando eu fico gripado ou coisa parecida, e fico sentindo falta disso. A gente é uma grande família. Um acode o outro. Todo mundo se ajuda.

Q4. Tão construindo um monte de prédio da Lagoa, e o esgoto vai todo pra Lagoa, tem aquele canal ali. Mas a Água de Niterói não faz um trabalho de primeira e nós que pescamos na Lagoa, tem uns dois anos que não dá camarão bom ali. O tratamento é bem precário. Se a maré tá baixa vem toda aquela água suja do fundo da Lagoa. Aqui as casas tem esgoto tratado.

Eu gosto de pescar, eu gosto. Acordo 3:00, 3:15, chega aqui 4:00 e vamos pescar! Pesco desde os 8 anos de idade, tô com 74. É uma coisa de saber viver! Pegamos muita fartura, não tinha muito valor. De acordo com o valor do peixe, a gente ia vivendo. A gente ia de canoa lá pra Praça Quinze, pro Centro. Tem que remar, né?

Q5/Q6. A vida ficou mais difícil, né? Os pescadores foram deixando de pescar e indo trabalhar em Niterói, no Rio. Muitos venderam as casas que tinham aqui. Foi todo mundo saindo. Agora somos poucos. Eu sou um dos mais velhos aqui e vi muita coisa mudar. Nunca deixei de pescar porque gosto disso aqui.

Q7. A reserva seria uma boa. Pra gente não deixar essas traineiras virem aqui na nossa praia e acabar com o peixe. A gente tem que ir lá fora, depois das ilhas, pra poder encontrar algum peixe. Se faz a reserva, esses barcos não vão poder passar aqui pra

dentro. Vão ter que ir lá pra fora pra poder pescar. Aí os nossos pesqueiros vão continuar e a fartura vai voltar.

Entrevistado 8

Q1. Sim. Já tive esses problemas que todo mundo tem de saúde. Uma gripe, uma dor de garganta, mas nunca fiquei internado nem nada.

Q2. Vez ou outra eu faço esses “check ups”. Nunca deu nada demais. Até porque, eu mergulho, tenho que estar 100% sempre. Por isso não fumo, não bebo, como bem, muito peixe, legumes. Acho que isso faz a gente ser mais saudável.

Q3. Ah, isso aí com certeza. Pescador faz muito esforço físico, sabe? A gente pega barco, põe na água, tira da água, corre pra ajudar o outro que chegou da pescaria. Isso aí com certeza.

Q4. Mudou demais mesmo. Meu pai que era pescador aqui conta que tinha muita fartura de peixe, corvina, espada. Tinha também mais comprador, porque tinha mais banhista. A praia era mais limpa. A lagoa era de uma água clarinha. Dava muita gente lá também. Aí na lagoa tinha bastante camarão. Hoje em dia não tem nada lá. Só sujeira mesmo. Ainda vem a sujeira lá de Piratininga, da lagoa de lá. Construíram o canal e nós ficamos prejudicados aqui, sabe?

Q5. Como eu sou nascido e criado aqui, eu vi tudo mudando. Até aqui as casas foram a maioria vendidas pelos pescadores. Eles foram tudo lá pros lados da Avenida Central, São Gonçalo. Agora só temos nós aqui, menos de 50 pescadores que ficam o ano todo aqui. Até que no verão tem mais, mas tudo que faz a pesca como esporte, sabe? Ninguém vive de pesca. Esse bando de barco aqui é isso. Tudo pescador de verão. Acaba que até atrapalha. Muitos deixam o barco cheio de água, cheio de chuva, chama bicho, dá dengue.

Q6. Profissional mudou muito. Tive que arranjar uns bicos aí por fora, principalmente no inverno que a pesca é pior. E muitos outros fazem a mesma coisa. A gente tem

família, que depende da gente. Não dá pra tirar 200 reais da pesca e sustentar a família. Fica muito complicado.

Q7. Isso aí é uma coisa que eu falo, a gente tem que se unir. A Colônia não faz nada pela gente. Fica vendo os interesses só deles. Nem pergunta o que a gente precisa. Aí, o que acontece? Os órgãos do governo, tipo Marinha, as Secretarias todas, o Ministério do Meio Ambiente não ficam sabendo de nada do que a gente precisa. Até o Seguro Defeso cortaram da gente. Porque a Colônia não faz nada, mas a gente tem que fazer alguma coisa pra isso mudar. Não dá pra continuar desse jeito.

Entrevistado 9

Q1/Q2. Eu me considero, nunca tive problema nenhum de saúde. Nenhum, nenhum. Graças a Deus, nunca tive problema. Já tô com 35 anos, eu pesco desde os 13 anos, nunca tive problemas. Já fui a médico pra fazer exame de rotina, mas nunca tive nada, então sou saudável.

Q3. Tem a ver por causa do exercício, acordar cedo e tal, tem que trabalhar, um trabalho que você sempre tem que estar com disposição.

Q4. Mudou tudo, na verdade. A pesca tá muito difícil. Verão até melhora. Agora, no inverno... Vê hoje, teve gente que entrou no mar 5 horas da manhã e só pegou 5 peixes até agora.

Q5. Na minha saúde, não influenciou em nada. Mas tem muitos aí, que hoje em dia, por causa da pesca, tem que trabalhar mais, né? Como ela veio fracassando, aí tiveram que trabalhar mais, né? Ao invés de trabalhar 5 a 6 horas por dia, igual a gente trabalhava, normal, tem gente trabalhando 15 a 20 horas por dia. C., por exemplo, coitado, C. acorda 4 horas da manhã e vai dormir 9 a 10 horas da noite. Direto trabalhando, no mar bota uma rede, tira outra e pega pra costurar a rede. Conforme foi perdendo os companheiros, os parceiros, eles tem que trabalhar dobrado. Então muitos aí... Z., por exemplo, Z. só pescava, agora ele pesca e tem que vender peixe, então a saúde deles vai indo embora e a minha amanhã ou depois vai acontecer isso. Isso tem relação com o peixe que fracassou, a pesca foi ficando pouca, e com isso a pessoa tem que trabalhar

mais, o esforço é maior, com certeza. Não tem horário para o almoço, não tem horário pro descanso e isso tudo com o tempo vai desgastando a saúde.

Q6. A maioria dos pescadores venderam as casas que tinham aqui. Venderam pra poder procurar fazer outra coisa. A maioria que abandonou a pesca era morador daqui e foram vendendo. Meu pai mesmo vendeu, em 85. Teve que vender aqui porque tava ruim a pesca e tal, foi resolver as coisas lá fora. Aí só depois da gente já crescido, na época eu tinha 10 a 11 anos, que ele voltou já dava pra pesca com a gente. Então, muitos pescadores tiveram que vender a pescaria por falta do pescado, não tava dando p manter a família. Maioria com 3 ou 4 filhos... Alguns tiveram que fazer outra atividade, eu mesmo muitas vezes já saí da pescaria, eu parei de pescar, trabalhei 2 anos em posto de gasolina, trabalhei com um compadre meu que é mestre de obras também, vira e mexe aí por ano eu paro 2 ou 3 meses. Mas a saúde sempre boa.

Q7. Mudar aqui? Tem que mudar o quê? As traineiras parar de entrar aí, pra poder a peca melhorar. E organizar aqui, ter um frigorífico pra gente poder guardar o peixe na época que tem pescaria boa pra não vender o peixe barato demais, isso tudo aí se melhorasse seria muito bom, tanto p saúde quanto pra parte financeira. Porque, por exemplo, quando tempo vira, aí o tempo fica ruim e chove, a gente mata o peixe, é o dia a gente mais mata peixe, só q não tem ninguém pra comprar. E a gente não tem aquele caminhão, que a gente pudesse pegar aquele caminhão frigorífico levar lá pra baixo e vender, levasse lá pro Centro, pro Rio, pra CEASA. Se mudasse isso aí seria bem melhor. Verão, por exemplo, quando dá espada, dá muita espada, então aqui não tem pra quem vender, se tivesse um caminhão desses, a gente levasse lá pra baixo, seria muito melhor, e ia pescar menos.

No nosso estado, a gente pesca até 1h da tarde, 2h, depois tem ir lá pra baixo arrumar um carro, alugar um carro, um frete, pra poder levar lá pra baixo e vender. E vai chegar em casa 7h-8h da noite, pra no dia seguinte 4h da manhã tá aqui de novo. Aí não tem como *guentar*. Dormir 9h-10h da noite, acordar 4h da manhã, dia seguinte a mesma coisa, debaixo de sol, debaixo de chuva, isso tudo vai desgastando. Se isso mudasse, tivesse um recurso, pra gente não ter que passar por isso, ficaria melhor. Porque o que acontece, a gente pescaria até 1h da tarde: vinha aqui, pegava o peixe guardava no caminhão frigorífico, no dia seguinte, ia lá e vendia e voltava pra pescaria, tranquilo. Não tinha esse problema de vir de madrugada, ficar até 6h-7h da noite pra

vender peixe, tem que comprar gelo, tudo. Até caminhão chegar pra poder pegar o frete. Junta 3/4 aí, a gente paga o frete, R\$ 80-R\$ 100, cada um dá R\$ 20. Só que sacrifício é maior e pela hora que a gente vai o peixe é mais barato. Nós tínhamos um frigorífico ali, mas aí na época o Presidente vendeu o frigorífico... O cara que fez o frigorífico era particular, na área da colônia, então depois que ele saiu da presidência, o Presidente não era B., era C., então como ele vendeu aquilo ali pro cara construir o frigorífico, ele prometeu na época que ia deixar a gente guardar o peixe ali. Então depois que ele saiu da colônia, virou uma área particular, agora já vendeu, acabou frigorífico, acabou tudo. Então teria que ser iniciado pelo presidente, o Presidente da Colônia que tinha que vir e dar um amparo, coisa que ele nunca fez, desses 10 anos que ele tá ali, ou até mais, acho que tem mais de 10 anos, vai pra uns 12 anos que ele tá ali, o movimento tinha que começar por ele. Mas infelizmente, o presidente da colônia que foi eleito nunca olhou pra gente, ele depois que virou presidente ele parou de pescar, ele pescava até então, tanto que agora tá morando em Itaipuaçu, ele só vem em época de festa, junho e julho é quando ele vem.

Entrevistado 10

Q1. Fisicamente? Fisicamente assim... Um probleminha de saúde que eu tive, mas sou. Eu sou saudável. Minha pressão é alta, mas é boa a saúde.

Q2/Q3. Isso aqui é até melhor pra mim, faz bem. Porque eu me sinto melhor, me distrai mais, uma higienezinha mental que a vida tá bem... A gente se controla mais, é um serviço um pouco pesado, mas é um serviço que assim... A mim, me acalma. Eu gosto da pesca, eu sei viver da pesca, já trabalhei em vários lugares, mas eu aqui eu me sinto melhor. Eu me sinto mais saudável.

A pesca sempre foi boa pra minha saúde, normal, né? Como todos nós temos, mas infelizmente me afetou. Posso fazer nada. Eu trato minha pressão, vou ao médico todo ano, de ano em ano eu faço *check up* geral. Pra normalizar tudo e controlar. Na alimentação que abuso um pouco... Pra mim comida só sem sal nenhum. Às vezes eu como uma gordurinha, mas eu evito no máximo, evito fritura, carne vermelha, eu evito no máximo, como mais frango, peixe.

Q4. A pesca teve muita mudança, muita escassez, né? De peixe, né? Os peixes foi se retirando daqui da costa, a pesca de fora vem atrapalhando, essas pescas de muitas

indústrias grandes, que vem crescendo essa tecnologia avançada, né? Por causa do sonar, a 2000m, a 3000m de distância vê o peixe e aquilo dá um choque no peixe tremendo, aquilo espanta o peixe da gente, espanta nosso pescado. Não só como criação, como aqueles maiores que vem se alimentar também, que precisam. No mar também é uma guerra, aqui é uma guerra, lá também é, aqui os humanos matam os humanos e lá os peixes matam uns aos outros pra se alimentar pra sobreviver. E isso vai atrapalhando a pesca, muita pescaria na beira da praia, muita embarcação (...). A pesca hoje em dia tá com muita escassez... Mata peixe, mas não mata como matava há 20 anos atrás, há 15 anos atrás, como eu já vi matar muitos, de encher a canoa a ponto de você querer vender e não ter como vender. Isso daí vem anulando, né? Porque isso aí, mudança vai vir sempre... Acho que a tendência é, acho que é piorar, mas temos que insistir, temos que ser perseverantes. Pra você conseguir qualquer coisa... Pra saber que vai ter peixe no mar, você tem que botar uma rede n'água. Pra você saber que você vai emprego, você tem que ir lá fazer uma entrevista, senão você não consegue ter aquele emprego fixo ou então você não consegue trabalhar. Se você não for chamado, não vai ser entrevistado (...). Temos que lutar pra conseguir um pouco hoje, 60 amanhã, 20, 30, o que tira no pouco-pouco até vir uma quantidade maior, que vem, vem porque Deus é bom, olha pra gente, né? Mas tá muita escassez na pesca. Pra sobreviver hoje em dia, pra criar uma família tá muito difícil.

Q5/Q6. Saúde e sobrevivência financeira, não muito. Porque até aqui dá pra tirar o sustento, até dá, mas não é o suficiente pra você se manter. Eu não sou uma pessoa casada, já fui, hoje em dia não sou mais. Mas eu tenho meus gastos, meu sustento, meu alimento, minha roupa, meu calçado. Prejudicou um pouco. Às vezes eu tenho que procurar outra atividade pra fazer, pra complementar, quando a pesca fica na escassez, assim o tempo fica meio ruinzinho, o mar fica meio bravio, eu sempre procuro sair pro outro lado, até controlar, mas não é fugindo da pesca. A minha atividade é a pesca, eu não fujo dela. Me afasto, mas não fujo. Me afasto porque às vezes é necessário, procurar uma coisa melhor, mas sempre tô aqui diariamente. Eu sinto até falta disso. Isso daqui é uma coisa maravilhosa, isso aqui é um paraíso. Acabou com isso daqui, acabou comigo. Acabou com as pessoas também, a gente foi criado nisso. Viemos aqui e sabemos como é que é. Quando a gente vê essa dificuldade tão grande a gente até se emociona. Muitas vezes choramos, né? Porque falta... Não é da falta de dinheiro, é da falta de pescado mesmo, faltam pessoas pra trabalharem nessa pescaria de arrastão. Era

uma pescaria muito grande aqui em Itaipu, mas hoje em dia só tem 2. Porque ficou escassez, um saiu, um mais velho foi morrendo, que gostavam foi morrendo, um aqui outro ali. Os que gostam de pescar não aceitam esse tipo de pescaria, mas cada um com o seu cada um, mas isso aqui pra mim, mesmo com pouca atividade, eu gosto do arrastão. Mesmo quando aperta um lado, o calo apertou aqui, eu vou buscar a cura do outro lado. Quando você está doente, pra um médico te diagnosticar, você tem q procurar 2 ou 3 médicos, pra saber o resultado certo, se você tá enfermo. Mesma coisa no nosso trabalho, no nosso dia a dia, nossa vida diária, apertou aqui, eu tenho que procurar outro lado. A gente, pra gente sobreviver necessariamente é difícil, pra ter o alimento, pra poder se calçar, se vestir, ou procura uma atividade fora da pescaria.

Q7. Fala-se muito aqui em reserva. A reserva era proteger o nosso pescado, eu acho interessante essa reserva sim, na realidade, para nós. Pra poder ter peixe encostado, pra evolução maior, acho que só assim que melhoraria. Uma reserva que não proibindo de você pescar nas ilhas. Pescadores matriculados, registrados, não aqueles pescadores de fim de semana, de feriado. Pescador que tem essa coisa: se eu matar ali, vou vender e ir ali pra comprar uma cervejinha. Pescador vive daquilo, vive da pesca, muitos como eu também vivem. E a reserva vem pra melhorar, pra espantar essa pesca que vem aí, esses barcos grandes, essas indústrias que vem atrapalhando. Pra melhorar mesmo só isso, e aí assim, eu creio que isso ia crescer e muito. Aí isso ia melhorar a qualidade de vida, ia melhorar porque o pescador ia ter mais lucro, se manter melhor. Não só fisicamente, mas também como mentalmente. Não ia ficar tão preocupado: será que eu vou matar amanhã, será que amanhã eu vou conseguir ganhar 100, será vou conseguir levar um leite que o meu filho tá pedindo, um biscoito, ou então uma fruta, um legume. Isso eu acho que melhoraria mais, não afetaria assim pra prejudicar, mas assim pra melhora. Não só fisicamente pra nossa parte, pra nossa saúde, a gente parar de se preocupar, e ia parar de adoecer mais, que enfermidade vem às vezes pela preocupação. É que vem a preocupação, você vem a depressão e aquela opressão. Você tem um filho pra criar, tá na escola, vem final de ano, vem escola, vem isso, vem material, vem calçado, vem roupa. Aí no final daquilo tudo, você que vive da pesca e não pode dar... Vai contar com quem? Com seus amigos, seus irmãos, com os parentes? Eles vão ajudar a gente, mas eles vão cobrar da gente muito mais do que outros cobrariam. E isso só vem a melhorar, isso mentalmente pra gente. Ter a certeza que uma época a gente quiser botar ali e saber que amanhã vai colher e ter o fruto ali dentro da água. Pra plantar e colher aquilo que

you plantou, o fruto ia crescer mais... (Me desculpe falar assim, é que eu sou evangélico) Tá me entendendo? O fruto ia crescer mais, aí Deus ia abençoar não nossa parte financeira, mas pesqueira também, ia melhorar muito e ambas as partes, muita coisa.

Entrevistado 11

Q1. Em termos o quê? De saúde? Sou. Acho que sim. Por enquanto até agora não tive problema. Já fiz exames, vários exames. Aqui só tive problema que foi uma cirurgia de moto que eu fiz, foi acidente de moto que tive, mas isso já vai fazer 20 anos. Eu era solteiro. Só, mas nada. Tomo vacina simplesmente na boa, dá tudo positivo. Não tenho o que falar, tá saudável. Por enquanto tá bom, já to com 49 anos, tá boa.

Q2/Q3. Motivo pra saúde, é que muitas vezes a pescaria também é, ela... É que a gente pega muito sol, é vento. Você mergulhando... Mas eu sou diferente daqui, porque aqui eles pescam até embaixo de sol, mas eu pesco de traineira é debaixo de sol o dia todo, se tiver que pegar vento, é pegar vento o dia todo. E quando vai descansar, descansa só a noite. Mas isso não é às vezes. Sabe o que é traineira? É aquilo ali. Ali você trabalha de dia e trabalha à noite, quando vai descansar é poucas horas. A não ser quando o mestre manda ir embora, que você fica 2, 3 dias em casa. Mas por nada, saúde boa. O sol quente... Mas isso aí é da vida, é natureza. Pescador não tem mais o que fazer não. É que nem esses caras pega sol, vive de carvão, vive de plantação, eles vão vivendo. A gente bota protetor solar. Uso protetor solar, uso tudo. E no mar a gente tem agasalho pra chuva, agasalho pra água. Quando bota, pra frio, tudo. Aqui não. Aqui eles pescam só de dia, até essa hora. Lá não, tô aqui descansando, daqui a pouco volto pra pescar. Lá é 24 horas, 18 horas, 16 horas, ralando direto, até você conseguir o cardume de peixe.

Q4. É movimento de pescaria? Se tá melhorando ou piorando? Tá piorando. Hoje em dia é muito aparelho. Hoje em dia é muito aparelho pro peixe, o peixe corre muito. O peixe hoje em dia se você não tiver... Hoje em dia tem o sonar. Sabe o que é um sonar? O sonar acusa onde o peixe tá, se tá pra bombordo, tá a boreste, se tá a 400 m, tá a 500 m, se tá pra frente, se tá pra trás, ele acusa. O ar, a traineira vai e volta e cerca. Você cerca 10h, vamos supor, você sai 10h, são 10h agora, de tarde, vamos supor, lá pra 1h, 3h você não encontra mais o peixe ali, já era. O aparelho já botou pra correr. Já se modificou, você vai encontrar em outro lugar. Não é um só, se fosse 1, ou 2, ou 3, tudo

bem, mas são 30, 50, 100 barcos desse aí. Hoje em dia eles têm comunicação, rádio. Eu tenho um primo, você tem um irmão, se eu matei peixe num lugar e seu irmão tá lá, tá negativo, eu vou dizer onde tá o peixe, pra ele vir busca também. Aí, pó, se eu matar vai ter que ser naquela hora. Aí de repente vem uma correnteza de maré, o peixe não vai estar mais ali, por causa do problema de sonar, você vai encontrar o peixe a milhas. Vamos supor, vai matar aqui a 5, 6 m de profundidade, 10m, amanhã o peixe já tá em 20, tá em 30m, 50m. Aí você vai matar o quê? Aqueles barcos têm mais potência de matar, como aquele ali, vamos botar um barco de 700 ton aquele ali, aí tem que ter altura de rede, peixe corre pras pedras também. Tem peixe, mas vai mudando, vai mudando muito, agora você mata mesmo em época, antigamente você matava qualquer peixe, não precisava época, agora em época da xerelete corvina, , mas você volta no mesmo dia e não encontra o peixe mais não, porque você já tomou coça dos aparelhos. O peixe sente choque, sei lá, sente choque por baixo, some. Aí, daqui a pouco outro vai dizer: tem bastante peixe em tal lugar, no sul, você tá no norte, lá no sul, você vai pra lá. Hoje em dia tá dose, a tecnologia tá dose, tem muito aparelho, mas tem peixe. Mas você não encontra mais como você encontrava antigamente, faltava encalhar em beira de praia.

Q5/Q6. Continua a mesma coisa, mudou nada, isso aí não mudou nada. A não ser que, que a situação hj em dia tá pior que antigamente, hoje é tudo caro, tem que ter uma paciência pura e verdadeira, hoje você paga tudo, hoje eu pago luz, pago água. Não tenho uma situação financeira boa, o que eu ganho mesmo é pra pagar água, pagar luz e manter minha família. Assim mesmo nem dá porque minha mulher é professora e me ajuda. Se ela não fosse professora? Esses homens aí? Esses homens aí, depende de quê? Um é contratado, outro, aquele ali dono, D. é dono, M. toma conta da pescaria junto com meu irmão, mas a pescaria aqui só dá pra comer, comer e quando tem peixe pra pagar aí o que deve aos outros. Eu já tô querendo voltar pra Itaipu, porque eu tô achando que tô trabalhando muito em traineira e tô ganhando pouco. Porque você mata quantidade de peixe e você não vê seu patrimônio, seu esforço ser valorizado. Muito pouco. Você chega a ganhar e ainda tem que pagar. Na traineira tem chefe, trabalham 14 homens, numa traineira. Tem o proprietário do barco, tem muita despesa. A gente bota aí, vamos supor, a gente trabalha 12 a 15 dias, vamos supor, a gente sai hoje, só entra só quando tiver temporal, se não for entrar aquele temporal, aí eu só vou entrar só sábado que vem, sem ser esse, o outro. Aí às vezes vc não dá tempo nem de fazer

conta.. Aí você faz? Despesa pra frente. Chega a botar 20mil de despesa numa traineira dessa: gelo, óleo e comida, manutenção de motor. Já cheguei a pagar 27 mil de despesa, num barco de 12 ton. Pra você ganhar um dinheiro hoje em dia você tem que botar umas 80ton de peixe bom, uma corvina, anchova, xerelete. Porque sardinha, na traineira aí ó, quem não tiver barco vira bagunça, tabuleiro sardinha fica pra gente 10 reais, um tabuleiro de 20kg, 5 reais, 15 reais, pra colocar ton e ton, pra pensar pra pagar a despesa pra sobrar lucro. Nas traineiras tem contrato, tudo certinho, assina carteira,tudo certinho tem contrato com fábrica, a Quacker pega, a nossa a Ruby que pega, mas tem Quacker, a Coqueiro que pega. Esses barcos grandão têm tudo assinatura com fábrica de sardinha, mas quando não tem, vende pra Niterói, vende lá pro CEASA, mas vende tudo a preço de banana, se der os barcos botar 20 ton, vai vender 1 real o kg, vai dar 50 centavos. Aí você tem que colocar 100 ton pra ganhar dinheiro, mas você bota e bota, em 2, 3 dias. Já botamos, mas tem que ver o preço do peixe.

Q7. Eu acho que falta aqui é comércio, comércio pra aguentar, né L.? Tempo de peixe. Não tem comércio. Aqui você mata peixe hoje em dia aqui, você tem que procurar vender logo onde tem o seu lugar, você vai levar em Niterói você já sabe que tem outra quantidade de peixe, tem outras embarcações que tem mais peixe que você... Você chega lá, você sai daqui com 40, 50 tabuleiros de peixe, vamos colocar 1 ton, conseguiu vender um pouco aqui, deixou de vender por 25 reais aqui, lá vai vender por 20 reais, 15 reais, e aí? Tem que vender, de qualquer jeito. Você vai colocar o peixe aonde? Aqui não tem como se guardar peixe não. Lá (nas embarcações) tá gelado, cada porão botam 300, 400 pedras de gelo pra gelar o peixe, você vai tirar dos porões, o atravessador dá o jeito dele, mas a gente não tem deixar no porão não, a gente precisa de mais gelo, aí não tem como... Aí você vê, o atravessador que compra, ele já gela dentro da carreta dele, se ele não vender hoje, fica guardado. Ele liga: ah cara de Belo Horizonte tá querendo não sei quantas caixas, aí o caminhoneiro já sabe. Você vai sair daqui vai pra BH, pra SP pra vender peixe? E aí? Antigamente tinha. Na época do meu pai tinha. Um mercado muito bom ali perto das barcas, no Rio de Janeiro, não sei se você pegou... Que mercado! Tinha até banco, pra trocar o dinheiro pra gente. Tinha tudo! Era só colocar o peixe que tinha comprador de tudo quanto é lugar, de São Paulo, de Belo Horizonte. Hoje em dia não, já tem carreta pra transportar o peixe e o atravessador leva. É muito difícil... Você leva hoje 20 ton de peixe pra vender aí, daqui a pouco vira bagunça: se você não vende, vai botar aonde? Volta? Pescador não tem pra onde correr não, se você

nasceu pra ser pescador tem que se aventurar mesmo. Hoje em dia até emprego aí tá difícil. Vai largar uma pescaria pra fazer o que? Ser pedreiro? Se você não sabe fazer o que os pedreiros faz? Só se você for camelô. Pra ser camelô também tá difícil, os caras querem dar porrada, quer dar tiro. É melhor você ser pescador, que você sabe o que tá fazendo. Agora, tem pescador aqui de terra, tem os caiçaras, J. que deu entrevista, e tem as traineiras. Eu sou de traineira por enquanto, mas sou daqui. Nascido e criado aqui. Moro ali na Avenida Central, perto do Ibiza. Aqui é meu lugar, dá vontade eu venho pra cá. Já pesquei de arrastão também.

Entrevistado 12

Q1/Q2/Q3. Me considero, lógico! Com certeza. Até a nossa própria atividade faz a gente saudável no dia a dia, remar, correr, nadar, o esforço físico, que você faz? Quer dizer, não acumula gordura, é saudável, correndo, caminhando na areia. Isso não é bom? Em relação à pesca, a gente acorda muito cedo, é uma vida muito sofrida. A base de uma boa alimentação. Mas isso depende, depende.

Q4. Mudança teve, mas pra pior, pra melhor não. Se você perguntar pra qualquer um deles aí, creio eu que eles vão falar a mesma coisa: piorou, com certeza, piorou. Pescador é uma classe muito esquecida, sem valor, benefício, o benefício que nós recebíamos do governo, não sei, se eu tô falando sem saber, mas creio que foi o governo que tirou. Nosso cheque cidadão, até o nosso seguro defeso que nós tínhamos foi retirado. Cada hora que passa dá um jeito que vai prejudicar o pescador. Às vezes vêm boatos que querem tirar nossas embarcações, querem tirar a casa de pescador, aí você fica meio apreensivo. A cada ano veio um boatinho novo.

Q5/Q6. Se você for fazer uma pesquisa aí, um levantamento. A maioria aí é tudo saudável. É impressionante. Apesar de eu estar gordinho assim, tá tudo saudável.

Questão financeira. É. Às vezes. No verão passado, vamos supor, ganhamos, tipo 2000 reais, como não é, nunca foi, diminui muito. Você fica com contas a pagar, tem que ser tudo certinho. Se você pegar um empréstimo, eu não sei, sei, mas esqueci, você tem que pagar dentro de um ano, se você não pagar, além dele bloquear, além daquele que pegou todos são bloqueados. Ou seja, por causa de um, todos pagam. Entendeu?

Q7. Cara, no meu entender, tinha que ter um investimento do governo federal e união também, dos pescadores também, se unir e reivindicar os seus direitos, não se acomodar, pra trazer melhoria, correr atrás, porque se deixar como tá, só piora, piora. Até chegar alguém e dar fim de vez, porque tá difícil. Banhista, o próprio banhista respeitava mais o pescador aqui. Hoje em dia não. Você vê, a gente tem esse espaço curto pra poder trabalhar na rede, costurar. Entendeu? Você tem às vezes que pedir pras pessoas chegar mais pra baixo, sair do lugar que a gente vai esticar a rede. Eles não gostam, falam que “a praia não é sua, a praia é pública”, aí você tem uma desavença. Mas como a maioria aí é tudo educado, não gosta de briga, a gente deixa pra lá. Com relação à poluição, aqui é muito, é lixo acumulado, é espeto de camarão. O amigo aí, ao lado, ele espetou o pé com esse espetinhos aí, de camarão e ficou 5 ou 6 meses pra poder curar. Aí é sinistro. Pra melhorar isso já é a Prefeitura, creio eu. Projeto de Urbanismo tem, mas pelo que chega aí pra gente é pra querer tirar todo mundo, fazer construção pra bacana, prédio. Sabe? Bom, pelo menos o que chega até o nosso conhecimento é isso. Se o projeto for esse, a gente tá lascado, o que a gente vai fazer? Tá tendo reunião, mas eles são param na mesma tecla, só ouvem a mesma coisa. Foi perguntando (Não vou citar nome aí porque você tá gravando pode ficar meio complicado)... Fizeram uma reunião na Câmara de Vereadores, foi perguntado pra gestora da união, ah, é que o governo federal, estadual e municipal não tem dinheiro pra custear o Projeto Orla (que é calçadão, não sei o que é o Projeto Orla, só de nome), aí perguntaram pra ela assim: quem vai custear essa obra? Ela falou: eu não sei. Falaram: vão ser as grandes empresas? Ou seja, custeia a obra, vão fazer calçadão, urbaniza, deixa tudo limpinho, o que eles vão querer em troca? A área pra poder fazer prédio, construção? Ela riu, não soube responder. Ela até soube, falou que podia ser que sim. Aí se levantou e se retirou da sala, ficou uma coisa no ar. Aí não ficou uma coisa precisa. Como tiram o pescador pra burro, ignorante, o pescador evolui muito, não é só burro, ignorante, mas tem muita gente inteligente também no meio. A pergunta foi essa, a colocação dela foi errada, ela falou pode ser que sim, levantou e saiu, e não falou nada. E chegou ao nosso conhecimento que realmente é isso. Já vieram, mas não falam nada, falam sempre a mesma coisa. Aí se reúnem as lideranças pra poder o que é melhor pro bairro, aí fica apressando: tem eu ver o que é mais rápido, porque o projeto tem prazo pra começar, pra terminar. Mas eu acho que é isso aí, imobiliária financia o projeto e depois vai querer a área, aí a gente vai pra onde? Vão querer colocar a gente aonde? No Alemão, no Bumba? Aqui é tradicional, têm famílias que moram aqui há mais de 100

anos, têm embarcações, que se você procurar saber têm mais de 200, 300 anos. Madeira que não existe mais. Eu conheci a avó, da avó, da avó que ainda mora aí, na época o mar ia lá encima, não tinha nada disso daqui não. Aqui onde você está sentada era só mar, mangue, caranguejo.

Entrevistado 13

Q1/Q2/Q3. Fora esse problema que eu tenho de coluna, sou, graças a Deus. Isso aí já é difícil, sabe, é aquele negócio, na pesca se a gente não tomar um pouquinho de precaução, às vezes contrai câncer de pele, velhice precoce, porque pega muito sol, inala muito sal. Tem muitos aí que não tem nada disso, só usa o corpo pra lá e pra cá, em casa não coloca um hidratante na pele, não procura levar um protetor e não querem saber de nada. Eu já me preocupo, principalmente no verão, verão levo um protetor solar, passo no corpo, chego em casa tomo aquele banho, passo hidratante do corpo. Melhora um bocadinho, mas não sei se a pesca rejuvenesce, eu sei é que envelhece, a maioria dos pescadores novos fica tudo acabadinho. A vista, por exemplo, a minha vista tá fraquinha, muito reflexo do sol, você fica ali, você cansa muito aí. Todo mundo com problema de vista. A pesca em si, ela deixa a gente meio danificado mesmo, não resta dúvida. Tanto é que a gente paga o nosso INSS com uma taxa especial, não paga 12 parcelas durante o ano, são 3 parcelas no ano. Pra ter isso é porque tem alguma coisa deve acontecer, não aconteceria dessa forma. O pescador paga 3 taxas do INSS, é reduzido.

Q4/Q5/Q6. A pesca diminui, a cada dia que passa, diminui mais ainda. Por exemplo, tá vendo esses barcos, aquele grandão, aquela traineira, aquele barco lá se ele ligar o equipamento que ele tem, ele sabe qual o peixe tá lá, ele dá choque na água. É o sonar, um equipamento caro, mais caro do que o barco muitas das vezes, vai localizar o peixe, vai dando choque, o peixe vai sentindo e vai saindo, indo embora. Eles rodando aqui, não é só um que fica com sonar ligado, e vai ligando aqui e ali e os peixes vão partindo e a gente que fica na mão. A poluição: lameiro que o barco joga lama ali, que polui por completo, a saco plástico, quando dá uma ressaca aí, a praia fica imunda, devido a eles e ao lixo descarregado das favelas, porque desce tudo, que cai nos valões da Baía de Guanabara, vai embora. A gente fica, que o motor ficar trombandando em tronco, saco plástico que agarra. Há pouco tempo eu tive que mandar, levar meu barco no torneiro, pro motor, pra mandar fazer hélice, que minha hélice estourou. É saco plástico, é

madeira. Vem de tudo. Aí o governo começa a privar, vem o INEA pra poder proibir a gente de pescar, esse pessoal pescar de rede, arrastão... Esses barcos aí tem que ver a rede deles, é do começo ao fim uma malhazinha super assassina, pega tudo ali. Pega tudo, desembarca tudo, leva tudo, não solta nada, quando chega lá eles começam a escolher o peixe, a separar o peixe, o que joga fora de peixe miúdo... Aí vão querer proibir o arrastão, privar o pobre coitado que não afeta tanto a Natureza quanto esses barcos aí, isso que não dá pra entender. Eles podem pescar, pescador de beira de praia tá privado, aí teve um dia aí que C. foi até preso, foi pra delegacia porque tava pescando, tava trabalhando. Aí vem o safado do Wagner Montes vai pra televisão, chamar pescador de vagabundo, de pilantra. Ele fala um monte de bobagem, só abre a boca pra falar bobagem. Falou: esses vagabundos, não sei o quê... Não sabe ele que os caras acordam de noite, até 7, 8 horas da manhã, se tivesse com um fuzil nas costas, valia alguma coisa. Ficou preso o dia todo, de 6h da manhã até 6h da tarde na delegacia. Um chefe de família, um trabalhador, passando vergonha sem necessidade. Por quê? Porque tava trabalhando. A pesca industrial faz o que quer aí e ninguém toma uma providência. Isso aí que eu to falando pra você já falei aí, até pro Ministro da Pesca eu já falei, de vez em quando eu participo, eles me convidam, vou e participo tem o pessoal da Associação aí, até pro Ministro da Pesca eu já falei sobre isso. Mas quem manda é o poder, quem tem dinheiro. Eles podem fazer o que querem e fazem o que querem.

Q7. Olha, se tivesse aqui um financiamento, alguma coisa pra melhorar a nossa pesca, pra ir buscar, pra gente poder ir um pouquinho mais longe, já era uma grande ajuda. E obrigar quem apanhar os empréstimos a arcar seus compromissos, que tem muitos que pegam e ficam como devedor e não paga. Ia melhor nossa condição de trabalho, de vida. No inverno a gente sofre aqui, se vê aquela época que tava aqueles desabamentos, caindo tudo aí, nós ficamos uns 3 ou 4 meses sem pescar. A água aqui não tinha condições, uma sujeira só, a água de tudo quanto é lugar, muita água, muita chuva, a água ficou barrenta, não tinha como pescar, o mar bravo. A água suja vem dos rios, né, das praias, muita chuvas, aquela água suja, aquela água horrorosa, não tem como buscar o peixe. E ninguém pra buscar o pescado, o tempo ruim, de chuva, a gente sofreu a beça. E obrigar essa colônia a ser parceira do pescador, tinha que ter um órgão que obrigasse eles a serem parceiro da gente, eles não são parceiros da gente. O grupo que tá aí é sem vergonha, não faz nada pelo pescador, só querem saber de receber e mais nada. Se tem alguma coisa em benefício do pescador, você aí, o setor petrolífero tá aí, isso

aqui tá tudo minado de petróleo, eles já devem ter algum acordo pra vender, a gente não tem participação de nada. O que vem de direito do pescador, ninguém fica sabendo de nada. Que nem tem o Projeto Orla que é de todo Brasil, aqui a gente descobriu aí na boca calada, sem saber de nada. Até movemos uma ação pública na Câmara dos Vereadores, pra tentar saber o que tá acontecendo o que vai ser ordenado, depois que o Projeto Orla for sancionado a lei lá em Brasília, o Ministro assinar, eles podem retirar nossos barcos todos, onde vamos colocar nossos barcos? Como a gente vai fazer? Nossos quartos de pescaria que a gente é obrigado a guardar motor, nosso material de pesca, aí como vai ser? Tá certo que tem que urbanizar, tem que modernizar, temos que acompanhar a evolução dos tempos, mas e aí? Aqui é uma área da União, toda orla, tudo bem, mas eu acho que a gente merece um pouco de respeito. A gente deveria saber o que tá acontecendo. Eles ficam negociando junto com a Prefeitura, a Colônia fica negociando com o Secretário de Obras da Região, mas é do jeito deles. Sem a gente saber o que eles estão negociando. Tá certo que eles são representantes nossos, mas a gente tem que opinar, saber o que está acontecendo, o que eles estão resolvendo, então eles estão decidindo. Tudo que eles resolvem é com a boca calada, a gente não sabe de nada, não coloca nem ali um edital, um papel ali colado, pra gente participar, saber o que tá acontecendo. Aí, o pessoal fala que o pescador de Itaipu é brigão, gosta de confusão. Não é não. A gente briga pelos nossos direitos, se a gente deixar do jeito que vai acontecer, a gente vai ver a Prefeitura vem aí e arranca tudo, tirando tudo que é nosso aqui. Aqui o problema também é o comércio. Comércio não respeita ninguém, só o bolso dele, eles tão só crescendo, tá fazendo obra ali, comprou o quartinho do pescador e tá crescendo pra. Se quiser vir e derrubar, eles vai sair derrubando. A Prefeitura não vê nada disso. O prejudicado aí é só a gente.

Entrevistado 14

Q1/Q2/Q3. Anham, saudável. A pesca ajuda, né? Ajuda muito. Têm muitos colegas nossos que param fazer isso que a gente faz hoje em dia e ficaram bem ruim, tem um que parou de pescar aí apareceu câncer no pulmão dele. Todo dia entrava, remava, é um exercício. É o sol, a pessoa tá acostumada a pegar um sol aí para, quando pega um solzinho já sente, começa a ficar todo vermelho, com mancha estranha no corpo, aconteceu muito isso. Muitos colegas nossos...

Q4. Mudou muito por causa das redes. As redes acabam com a pescaria, antigamente a gente ia ali e matava muitos peixes, hoje em dia muita rede largada, esses barcos grandes aí, eles vêm cercam a gente... Não respeitam. E eles andam com sonar, que é um aparelho que dá choque nos peixes, se você tiver pescando e eles passarem ali, ou 100 m, o peixe some. E você que depende disso, você não vai conseguir, aí já viu. Não acha. O rapaz daqui, chamado Chico, ele queria fazer uma reserva, pra acabar com esses negócios, mas não sei que aconteceu, não foi pra frente, ele trouxe um pessoal aí que fez umas palestras, mas não foi pra frente.

Em relação à poluição não vi nada mudar, não senti nada. Dá pra ver que o pessoal tá bem educado.

Q5/Q6. Mudou, né? No inverno não, mais no verão. No verão ajuda muito né, têm mais pessoas, você vende melhor, ajuda muito. Inverno é mais final de semana. A gente que pesca todos os dias, de segunda a segunda, fica um pouco difícil. Porque durante a semana é ruim, final de semana é bem melhor, muitos estão de folga, estão em casa, vem comprar um peixe, mas também isso é cedo, se você chegar depois do meio dia, 1h, você já não alcança mais ninguém. No verão não, tem gente, bastante gente.

Q7. Era ser essa reserva, ia melhorar muito. Ia ser melhor, o resto Deus que sabe.

Entrevistado 15

Q1. Acho que sou né? Nunca tive nada de problema de saúde, nunca tomei remédio assim por muito tempo.

Q2. Ah, eu acredito que fazer exercício, comer direito, não ficar nervoso. Essas coisas todas juntas. Pra mim o ideal é pescar, me sinto mais saudável quando eu pesco.

Q3. Tem tudo a ver com ela. Se eu pesco, acabo fazendo um monte de exercícios, tipo remar, nadar, carregar barco. Tem gente que tem problema na coluna por causa disso. Eu, por enquanto, nunca tive nada demais. Então tá bom.

Q4. Mudou um pouco. Agora a gente tem menos peixe. A poluição também aumentou muito, esses barcos todos aí que trazem o lixo da BG. Sem contar as traineiras que

levam tudo, a rede deles é enorme e vai lá no fundo, acaba com os peixes de profundidade. Isso tudo junto tá acabando com a nossa pesca.

Q5/Q6. A minha vida não, não mudou nada. Mas teve gente aí que ficou bem mal. Passando necessidade, quase fome mesmo. Só tinha o peixe mesmo pra comer e mais nada. Aí a família passando necessidade, você tem que fazer qualquer coisa. Teve gente saindo da pesca por causa disso.

Q7. Essa reserva aí seria boa. Pra gente pelo menos. Porque ia controlar os barcos que pescam aí. Pra melhorar a quantidade de pescado. Até aqueles peixes que não tem mais iam aparecer de novo.